

Coleção Grundrisse Economia



Felipe Reis Borti
Luiz Eduardo Simões de Souza
Perla Daniele Costa Carreiro

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

- ✓ RESUMO
- ✓ MAPAS MENTAIS
- ✓ QUESTÕES DE CONCURSOS COMENTADAS



EDUFMA

Economia do Setor Público

Resumo, mapas mentais e questões de concursos comentadas



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva

Vice-Reitor Prof. Dr. Leonardo Silva Soares



EDITORA DA UFMA

Coordenadora Dra. Suênia Oliveira Mendes

Conselho Editorial Profa. Dra Ana Caroline Amorim Oliveira

Profa. Dra. Andréa Katiane Ferreira Costa

Profa. Dra Débora Batista Pinheiro Sousa

Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa

Profa. Dra. Jaciara Januário da Silva

Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva

Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior

Prof. Dr. Luís Henrique Serra

Prof. Dr. Luiz Eduardo Neves dos Santos

Profa. Dra Luma Castro de Souza

Prof. Dr. Márcio José Celeri

Profa. Dra Maria Áurea Lira Feitosa

Profa. Dra. Raimunda Ramos Marinho

Prof. Dr. Ubiratane de Moraes Rodrigues

Bibliotecária Iole Costa Pinheiro



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Felipe Reis Borti
Luiz Eduardo Simões de Souza
Perla Daniele Costa Carreiro

Economia do Setor Público

Resumo, mapas mentais e questões de concursos comentadas

São Luís



EDUFMA

2025

© 2025 EDUFMA - Todos os direitos reservados

Design: Equipe Grundrisse

Revisor: Eduardo Hardmann

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa: Equipe Grundrisse

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Borti, Felipe Reis.

Economia do Setor Público: Resumo, mapas mentais e questões de concursos comentadas/ Felipe Reis Borti, Luiz Eduardo Simões de Souza, Perla Daniele Costa Carreiro. — São Luís: EDUFMA, 2025.

142 p.: il. — (Coleção Grundrisse Economia).

ISBN: 978-65-5363-503-6

1. Economia – Setor Público. 2. Finanças públicas. I. Título.

CDD 336.34

CDU 336.1

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Neli Pereira Lima CRB

13 / 600

CRIADO NO BRASIL [2025]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microfilmagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

| EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Av. dos Portugueses, 1966

Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís

MA | Brasil

Telefone: (98)3272-8157

www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
INTRODUÇÃO	9
RESUMO DA TEORIA	12
Conceitos Fundamentais	12
Tributação	13
Despesas Públicas	16
Orçamento Público	18
Política Fiscal	20
Empresas Públicas e Privatizações	25
Economia do Bem-Estar e Setor Público	34
Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	40
Tópicos Avançados	47
QUESTÕES COMENTADAS	55
Banca Cesgranrio	55
Banca FCC	68
Banca Vunesp	82
Banca FGV	94
Banca Cebraspe	108
ESTRATÉGIAS DE ESTUDO: ALGUMAS DICAS	116
TENTE VOCÊ MESMO	119
GLOSSÁRIO DE TERMOS ECONÔMICOS	131
REFERÊNCIAS	141

MAPAS MENTAIS

Mapa Mental 1 - Fundamentos da Economia do Setor Público	13
Mapa Mental 2 - Teoria e Princípios da Tributação	14
Mapa Mental 3 - Classificação dos Tributos	15
Mapa Mental 4 - Impactos Econômicos da Tributação	16
Mapa Mental 5 - Despesas Públicas	18
Mapa Mental 6 - Orçamento Público	20
Mapa Mental 7 - Política Fiscal	22
Mapa Mental 8 - Federalismo Fiscal	25
Mapa Mental 9 - Papel das Empresas Públicas na Economia	27
Mapa Mental 10 - Tipos de Empresas Públicas	31
Mapa Mental 11 - Aspectos Teóricos e Práticas da Privatização	32
Mapa Mental 12 - Regulação e a Concorrência em Setores Estratégicos	34
Mapa Mental 13 - Economia do Bem-Estar e o Setor Público	35
Mapa Mental 14 - Falhas de Mercado e as Intervenções do Governo	37
Mapa Mental 15 - Eficiência e Equidade nas Políticas Públicas	38
Mapa Mental 16 - Setor Público e a Economia do Bem-Estar	40
Mapa Mental 17 - Indicadores de Desempenho	42
Mapa Mental 18 - Metodologias de Avaliação de Impacto	44
Mapa Mental 20 - Monitoramento Contínuo	47
Mapa Mental 21 - Sustentabilidade Fiscal	49
Mapa Mental 22 - Inovações na Gestão Pública	51
Mapa Mental 23 - Economia Comportamental e Setor Público	53
Mapa Mental 24 - Exemplos	54

APRESENTAÇÃO

Esta obra foi desenvolvida com o objetivo de oferecer um recurso acessível, didático e tecnicamente embasado para compreender os fundamentos e as interações que caracterizam a Economia do Setor Público. Mais do que tratar de conceitos como tributação, alocação eficiente de recursos, desigualdade, externalidades e políticas fiscais, busca-se demonstrar como esses elementos moldam as decisões econômicas e a formulação de políticas públicas que afetam diretamente o bem-estar social e a governança.

Na elaboração do resumo teórico, buscamos equilibrar concisão e profundidade, sem comprometer a precisão analítica dos conceitos apresentados. O objetivo foi proporcionar um texto que otimize o processo de aprendizado, atendendo tanto às necessidades de profissionais e acadêmicos em busca de fundamentação quanto àqueles que enfrentam prazos reduzidos ou lidam com a complexidade de temas amplos e interdisciplinares.

A Economia do Setor Público apresenta desafios analíticos devido à sua amplitude e impacto social. Para facilitar a compreensão, esta obra inclui uma seleção de exemplos empíricos e estudos de caso. Cada tema é tratado com rigor técnico e clareza didática, permitindo ao leitor compreender os aspectos teóricos e avaliar criticamente as decisões políticas e econômicas em cenários diversos.

Adicionalmente, a obra oferece ferramentas complementares destinadas a enriquecer o aprendizado. Esquemas visuais e gráficos organizam os principais conceitos de forma estruturada, promovendo uma visão sistêmica. O glossário ao final do livro fornece uma referência para consulta rápida, consolidando o entendimento de termos técnicos e suprimindo lacunas conceituais.

Para uma utilização mais eficaz, sugere-se iniciar pelo resumo teórico, que estabelece as bases analíticas necessárias para avançar nos tópicos subsequentes. Os estudos de caso e as análises práticas possibilitam a aplicação dos conceitos em situações reais. Utilize os esquemas visuais e o glossário como suporte para reforçar o aprendizado e esclarecer dúvidas.

Combinando teoria, aplicações práticas e recursos didáticos, apresentamos *Economia do Setor Público* com a finalidade de ampliar a compreensão sobre as relações entre Estado e economia, fornecendo os fundamentos necessários para enfrentar os desafios inerentes à análise de políticas públicas e à gestão econômica.

Desejamos que esta leitura seja uma experiência enriquecedora e produtiva para sua formação acadêmica e profissional!

São Luís, janeiro de 2025.

Perla, Felipe e Luiz

INTRODUÇÃO

A Economia do Setor Público¹ é o ramo da ciência econômica que estuda a atuação do governo na economia², analisando suas funções, instrumentos e impactos. Em essência, ela busca compreender como o setor público interage com o setor privado e com a sociedade, desempenhando papéis fundamentais na alocação de recursos, redistribuição de renda e estabilização econômica. Essa área do conhecimento é essencial para compreender o funcionamento das economias modernas, onde os governos exercem influência significativa sobre a produção, o consumo, os investimentos e o bem-estar social.

O Setor Público é uma das preocupações mais antigas no pensamento econômico, com raízes que remontam à Antiguidade³. Filósofos e pensadores antigos já refletiam sobre o papel do governo e a gestão dos recursos públicos⁴. Na Grécia antiga, Aristóteles discutia em *Política* a relação entre a administração pública e a distribuição de bens comuns, destacando a necessidade de uma governança que assegurasse a justiça social e o bem-estar da comunidade. Ao mesmo tempo, em Roma, os pensadores republicanos, como Cícero, também refletiam sobre as funções do Estado, especialmente no que se refere à coleta de impostos e à alocação de recursos para as necessidades da cidade, como defesa e infraestrutura. Esses primeiros debates lançaram as bases para a compreensão de que o Estado tem um papel essencial na organização da economia e no fornecimento de bens públicos.

Com o desenvolvimento do pensamento e da teoria econômica, a preocupação com a intervenção do governo na economia se tornou um tema central, particularmente com o surgimento do pensamento clássico moderno. Adam Smith, em sua obra *A Riqueza das Nações* (1776), defendeu que, embora o mercado seja o principal motor da economia, o governo deve desempenhar funções essenciais

¹ RIANI, 2016. ; GIAMBIAGI e ALÉM, 2016.

² RIANI, 2016.

³ No Antigo Testamento, em Provérbios 29:4, é destacado que "o rei dá estabilidade à terra com o direito, mas o homem que cobra impostos de maneira injusta a destrói", o que reflete uma antiga preocupação com a justiça e a boa governança nas questões fiscais e a gestão dos recursos públicos. Esse tipo de reflexão, que atravessa milênios, ecoa até os debates modernos sobre a intervenção do Estado na economia e a importância de uma administração pública eficiente, idônea e justa.

⁴ A Economia do Setor Público, embora comumente associada à tradição ocidental, também pode ser compreendida através das lentes de diversas culturas coetâneas. Na antiga Mesopotâmia, por exemplo, os governantes de cidades como Babilônia e Ur, como evidenciado no Código de Hamurábi, estabeleciam leis detalhadas sobre a tributação e os deveres do Estado para garantir a justiça social, uma das funções que perdura até os dias de hoje no debate sobre as políticas públicas. Na Índia, os textos do *Arthasāstra*, escritos por Kautilya (ou Chanakya), já no século IV a.C., discutiam o papel do governo na administração econômica, com foco na coleta de impostos, regulação do comércio e utilização de recursos para o bem-estar do Estado e da sociedade. De maneira semelhante, na China antiga, filósofos como Confúcio e, mais tarde, legalistas como Han Fei Zi, refletiam sobre a ética do governante e o uso da lei para assegurar a prosperidade do Estado. Essas culturas, com suas visões únicas, também anteciparam muitos dos debates presentes, como a função reguladora do governo e a distribuição de recursos.

como defesa, justiça e a criação de infraestrutura, áreas onde o setor privado não consegue atuar eficientemente. No século XX, com a obra de John Maynard Keynes, a compreensão do papel do Estado se expandiu, especialmente na gestão de crises econômicas, como a Grande Depressão de 1929, em que o governo deveria intervir ativamente para estabilizar a economia. Assim, a Economia do Setor Público evoluiu, refletindo as complexas funções do governo, como alocador de recursos, redistribuidor de renda e estabilizador da economia, e continua sendo um campo central do estudo econômico.

O objeto de estudo da Economia do Setor Público abrange uma ampla gama de questões, incluindo a formulação e implementação de políticas fiscais, a tributação, os gastos públicos, a regulação de mercados e a provisão de bens e serviços públicos. A partir de uma perspectiva analítica, esta disciplina examina os fundamentos teóricos que justificam a intervenção estatal e avalia os resultados dessa intervenção em termos de eficiência econômica e equidade social. Ao fazer isso, ela busca responder a perguntas como: quais são os limites da atuação do governo? Como os recursos devem ser arrecadados e alocados? E de que maneira as políticas públicas⁵ podem corrigir falhas de mercado e promover o desenvolvimento sustentável?

No contexto mais amplo da ciência econômica, a Economia do Setor Público ocupa uma posição de destaque por integrar elementos de microeconomia, macroeconomia e teoria política. Ela se baseia em conceitos fundamentais, como eficiência de Pareto, externalidades, bens públicos e justiça distributiva, ao mesmo tempo que incorpora aspectos institucionais e históricos para compreender as especificidades de cada contexto. Essa abordagem interdisciplinar permite que os economistas do setor público avaliem de maneira rigorosa as implicações econômicas e sociais das decisões governamentais.

A relevância da Economia do Setor Público é especialmente evidente em tempos de crise, quando o papel do Estado na mitigação dos efeitos adversos sobre a sociedade torna-se ainda mais evidente. As discussões sobre a adoção de políticas fiscais expansionistas, a implementação de reformas tributárias ou a redefinição do papel do setor público em áreas estratégicas ilustram a importância dessa disciplina para enfrentar desafios contemporâneos, como a desigualdade, a pobreza, as mudanças climáticas e a instabilidade econômica global.

Esta obra apresenta uma introdução abrangente aos fundamentos da Economia do Setor Público, explorando tanto os aspectos teóricos quanto as aplicações práticas dessa disciplina. Ao longo dos capítulos, buscamos oferecer uma análise clara e acessível dos principais conceitos, ao mesmo tempo em que promovemos uma reflexão crítica sobre as decisões econômicas e políticas que moldam o funcionamento das economias e o bem-estar social. Com essa

⁵ RESENDE, 2017.

perspectiva, concebemos este livro para oferecer uma introdução clara e acessível ao tema, sem abrir mão do rigor teórico. Buscamos traduzir conceitos complexos em explicações práticas e conectadas ao cotidiano.

Também se oferecem ferramentas práticas para apoiar o aprendizado, como mapas mentais que organizam as ideias de forma visual e intuitiva. Além disso, há uma seleção de questões de concursos, permitindo testar e aplicar os conhecimentos adquiridos.

Aqui vai um convite tanto para iniciantes quanto para quem busca aprofundar-se com foco em provas e certificações. Acreditamos que a economia não precisa ser um mistério: compreender seus fundamentos de forma simples e prática é essencial para interagir melhor com o mundo ao nosso redor.

RESUMO DA TEORIA

Conceitos Fundamentais

A compreensão da Economia do Setor Público⁶ requer a definição clara de conceitos fundamentais que estruturam esta área de estudo. O primeiro deles é a própria definição da Economia do Setor Público, que pode ser entendida como o ramo da ciência econômica que analisa as ações do governo na economia, com ênfase em como os recursos são arrecadados, alocados e distribuídos para atender às demandas da sociedade⁷.

Uma distinção essencial se dá entre o setor público e o setor privado. O setor público abrange as instituições governamentais e entidades sob seu controle, enquanto o setor privado inclui empresas e indivíduos que atuam com fins lucrativos ou em organizações não governamentais. Essa distinção reflete não apenas diferenças de objetivos – o interesse público versus o lucro –, mas também os mecanismos de tomada de decisão e prestação de contas.

O papel do governo na economia pode ser analisado a partir de três funções fundamentais⁸:

1. **Função alocativa:** O governo intervém para corrigir falhas de mercado e garantir a provisão eficiente de bens públicos, como segurança, educação e infraestrutura. Em muitos casos, os mercados privados não fornecem bens públicos de forma adequada devido à sua natureza não excludente e de consumo não rival, exigindo a atuação estatal para suprir essa lacuna.
2. **Função distributiva:** O Estado busca promover maior equidade econômica e social, utilizando políticas redistributivas, como tributos progressivos e transferências de renda. Essa função tem como objetivo reduzir as disparidades que surgem em uma economia de mercado, promovendo justiça social e oportunidades mais igualitárias.
3. **Função estabilizadora:** O governo atua para suavizar as flutuações econômicas, utilizando políticas fiscais e monetárias para manter a estabilidade econômica, combater o desemprego, controlar a inflação e promover o crescimento sustentável. Essa função se torna especialmente relevante em momentos de crises econômicas, onde a intervenção estatal é necessária para restaurar a confiança e o equilíbrio econômico.

⁶ GIAMBIAGI e ALÉM, 2016.

⁷ RIANI, 2016; GIAMBIAGI e ALÉM, 2016.

⁸ RIANI, 2016.

Esses conceitos fornecem a base para a análise mais aprofundada das políticas públicas e das decisões econômicas no âmbito do setor público, destacando a importância do papel estatal em promover o bem-estar coletivo.

Mapa Mental 1 - Fundamentos da Economia do Setor Público



Fonte: Elaboração dos autores

Tributação

A teoria da tributação⁹ constitui um dos pilares da Economia do Setor Público, abordando os princípios e os impactos da arrecadação de recursos pelo governo. Os tributos são o principal instrumento de financiamento das atividades estatais, viabilizando a provisão de bens e serviços públicos e o cumprimento das funções alocativa, distributiva e estabilizadora.

⁹ BECKER, 2007.

Princípios da Tributação

A estrutura tributária deve ser guiada por três princípios fundamentais¹⁰:

- Equidade: Refere-se à justiça na distribuição da carga tributária. A equidade pode ser analisada sob duas perspectivas:
 - Equidade horizontal: Contribuintes em situações econômicas semelhantes devem pagar valores semelhantes.
 - Equidade vertical: Indivíduos com maior capacidade contributiva devem pagar mais, promovendo uma redistribuição de renda.

- Eficiência¹¹: O sistema tributário deve minimizar os impactos negativos na economia, evitando distorções nos incentivos econômicos, como o trabalho, o consumo e o investimento. Uma tributação eficiente é aquela que arrecada recursos sem comprometer o funcionamento dos mercados.

- Simplicidade: A administração e o cumprimento das obrigações tributárias devem ser simples e transparentes, reduzindo os custos de conformidade tanto para os contribuintes quanto para o governo.

Mapa Mental 2 - Teoria e Princípios da Tributação



Fonte: Elaboração dos autores

Classificação dos Tributos

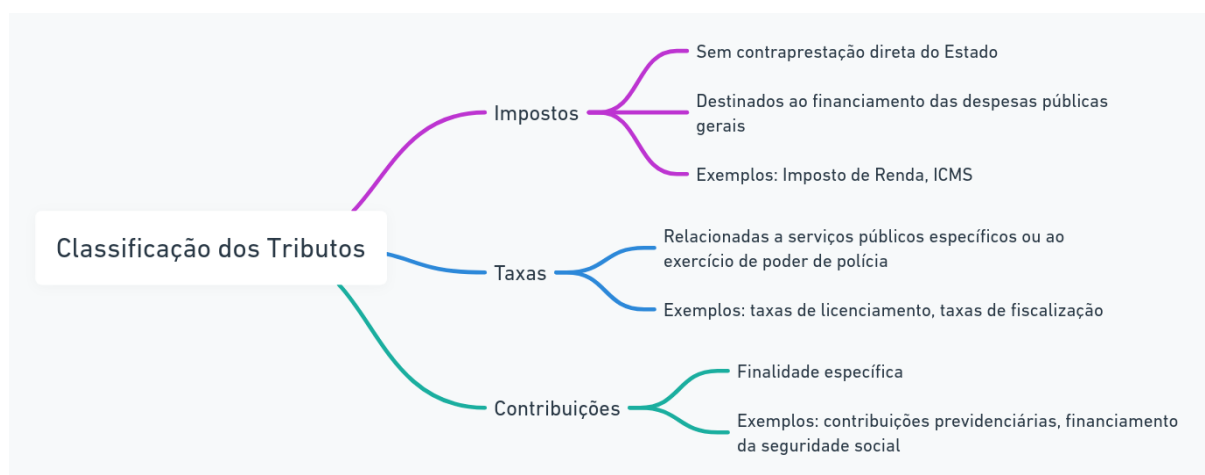
¹⁰ GIAMBIAGI e ALÉM, 2016.

¹¹ Idem.

Os tributos podem ser classificados de acordo com sua natureza e finalidade:

- **Impostos:** São tributos cobrados sem uma contraprestação direta por parte do Estado, destinados ao financiamento das despesas públicas em geral¹². Exemplos incluem o Imposto de Renda e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).
- **Taxas:** Correspondem a tributos cobrados em razão de um serviço público específico prestado ao contribuinte ou de um exercício regular de poder de polícia. Por exemplo, taxas de licenciamento ou fiscalização.
- **Contribuições:** Tributos com finalidade específica, como as contribuições previdenciárias ou as contribuições para financiamento da seguridade social.

Mapa Mental 3 - Classificação dos Tributos



Fonte: Elaboração dos autores

Impactos Econômicos da Tributação

A tributação gera efeitos econômicos que podem influenciar as decisões dos agentes econômicos e a alocação de recursos na economia¹³:

- **Incidência:** Determina quem, de fato, arca com o ônus do tributo. A incidência pode recair sobre o consumidor, o produtor ou ser partilhada entre ambos, dependendo da elasticidade da oferta e da demanda¹⁴.

¹² COUTINHO, 2018.

¹³ GIAMBIAGI e ALÉM, 2016 e COUTINHO, 2018.

¹⁴ BORTI, CARREIRO e SOUZA, 2025.

- **Transferência:** Refere-se ao deslocamento do ônus tributário de um agente econômico para outro, geralmente em resposta às condições do mercado.
- **Neutralidade:** Um sistema tributário neutro não interfere significativamente nas decisões econômicas, como a escolha entre poupar ou consumir, contratar trabalhadores ou investir.

A análise teórica da tributação fornece subsídios para a formulação de sistemas tributários mais justos e eficientes, alinhados aos objetivos de política pública e às necessidades fiscais do Estado.

Mapa Mental 4 - Impactos Econômicos da Tributação



Fonte: Elaboração dos autores

Despesas Públicas

As despesas públicas¹⁵ constituem um elemento central da atividade governamental, representando os gastos realizados pelo Estado para cumprir suas funções e atender às necessidades da sociedade. Elas viabilizam a provisão de bens e serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança, além de impulsionar o desenvolvimento econômico e social.

Elas podem ser classificadas segundo sua natureza econômica e sua finalidade. Do ponto de vista econômico, distinguem-se as despesas *correntes*, destinadas à manutenção das atividades estatais, como salários e consumo de bens

¹⁵BRASIL, 2025.

e serviços, e as despesas de *capital*, que incluem investimentos em infraestrutura, aquisição de bens duráveis e amortização da dívida pública.

Em termos funcionais, as despesas públicas podem ser agrupadas em *administrativas*, voltadas ao funcionamento da máquina pública; *sociais*, como os gastos em saúde e educação; e *econômicas*, que englobam subsídios e investimentos estratégicos.

Os efeitos das despesas públicas na economia são amplos. Em primeiro lugar, elas podem estimular o crescimento econômico, especialmente por meio de investimentos públicos em infraestrutura e tecnologia, que aumentam a produtividade e geram empregos. Elas têm um papel crucial na redução das desigualdades sociais, promovendo maior equidade por meio de programas de transferência de renda e serviços essenciais.

Elas também influenciam diretamente a demanda agregada, funcionando como um estabilizador econômico em períodos de crise, quando o aumento dos gastos públicos pode compensar a retração do consumo e do investimento privados.

A avaliação da eficiência e da eficácia¹⁶ dos gastos públicos é imprescindível para assegurar que os recursos arrecadados pela sociedade sejam utilizados de forma responsável e em benefício do bem-estar coletivo. Métodos como a análise custo-benefício e auditorias de desempenho ajudam a identificar áreas onde os recursos públicos podem ser melhor empregados, reforçando a transparência e a *accountability* na gestão pública.

¹⁶ BORTI, CARREIRO, SOUZA, 2025.

Mapa Mental 5 - Despesas Públicas



Fonte: Elaboração dos autores

Orçamento Público

Trata-se da ferramenta central de planejamento e controle das finanças governamentais, estabelecendo as prioridades e metas para a utilização dos recursos financeiros do Estado¹⁷. Ele reflete as escolhas políticas e econômicas de um governo, sendo fundamental para a provisão de bens e serviços públicos, bem como para a condução de políticas de desenvolvimento e redistribuição de renda.

O processo orçamentário é dividido em três etapas principais: elaboração, aprovação e execução¹⁸. Na fase de elaboração, o Poder Executivo define a proposta orçamentária com base em projeções econômicas e prioridades de governo. Essa proposta é então submetida ao Poder Legislativo, que tem a responsabilidade de debater, ajustar e aprovar o orçamento. Após a aprovação, a execução orçamentária cabe ao Executivo, sob a fiscalização de órgãos de controle interno e externo, que monitoram o cumprimento das disposições legais e a aplicação dos recursos.

¹⁷BRASIL, 2025.

¹⁸ RIANI, 2016.

Os tipos de orçamento variam em termos de enfoque e metodologia. O orçamento tradicional é centrado na categorização das despesas, sem grande preocupação com resultados. O orçamento-programa, por outro lado, busca vincular os recursos a objetivos específicos e resultados mensuráveis, promovendo maior eficiência e alinhamento com as metas governamentais. Há também o orçamento base zero, que exige a justificativa detalhada para todas as despesas, partindo do princípio de que nada é garantido sem uma análise criteriosa.

No Brasil, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) desempenha um papel crucial na regulação das finanças públicas¹⁹. Ela estabelece limites para gastos e endividamento, além de exigir maior transparência na gestão orçamentária, contribuindo para o equilíbrio fiscal e para a sustentabilidade das contas públicas no longo prazo.

¹⁹ A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), instituída pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece normas para a gestão fiscal responsável no Brasil, visando assegurar o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais. Sua implementação tem como objetivo principal evitar o endividamento excessivo por parte dos entes federativos, impondo limites para as despesas com pessoal, endividamento e comprometendo-se a transparência das contas públicas. A LRF prevê, entre outras medidas, a elaboração de planos e relatórios de gestão fiscal, o monitoramento da execução orçamentária e a obrigatoriedade de cumprimento de metas fiscais, além de criar sanções para os gestores públicos que descumprirem as normas estabelecidas, como a limitação de empenho de despesas.

Mapa Mental 6 - Orçamento Público



Fonte: Elaboração dos autores

Política Fiscal

A política fiscal²⁰ é uma das principais ferramentas do governo para conduzir a economia, utilizando a arrecadação de tributos e os gastos públicos como instrumentos para alcançar objetivos macroeconômicos. Ela desempenha um papel estratégico na estabilização econômica, na redistribuição de renda e no estímulo ao crescimento econômico.

²⁰ GIAMBIAGI e ALÉM, 2016.

Os objetivos da política fiscal são amplos e interdependentes. Em termos de estabilização econômica, ela busca mitigar os ciclos econômicos, reduzindo o desemprego e controlando a inflação. No campo social, a política fiscal promove maior equidade por meio de sistemas tributários progressivos e programas de transferência de renda. Além disso, incentiva o crescimento econômico ao direcionar recursos para investimentos em infraestrutura, saúde e educação, que ampliam a capacidade produtiva da economia e geram benefícios de longo prazo.

Os principais instrumentos da política fiscal são a tributação e os gastos públicos. A tributação permite ao governo arrecadar os recursos necessários para financiar suas atividades, ao mesmo tempo em que pode ser utilizada para corrigir desigualdades econômicas e estimular comportamentos desejáveis, como investimentos em áreas estratégicas. Já os gastos públicos impactam diretamente a demanda agregada, promovendo estabilidade e crescimento.

Em contextos de crise econômica, a política fiscal torna-se especialmente relevante. Medidas como o aumento dos gastos públicos em infraestrutura ou a redução temporária de tributos podem reverter cenários recessivos, estimulando a atividade econômica. No entanto, tais políticas devem ser conduzidas com cautela, considerando os efeitos sobre o endividamento público e a sustentabilidade fiscal.

Mapa Mental 7 - Política Fiscal



Fonte: Elaboração dos autores

Federalismo Fiscal

No caso brasileiro, trata-se do modelo de organização do poder público que visa distribuir responsabilidades e competências fiscais entre os diferentes níveis de governo – União, Estados, Municípios e Distrito Federal²¹. Este arranjo, baseado na Constituição de 1988, busca garantir que os entes federados tenham autonomia, mas ao mesmo tempo, uma interdependência que permita a execução de políticas públicas adequadas às realidades locais, respeitando as diretrizes nacionais. A Constituição brasileira estabelece que a União, os Estados e os Municípios são autônomos, mas também interdependentes na gestão de recursos e na implementação de políticas públicas.

A Constituição de 1988, em seu Art. 1º, define o Brasil como uma República Federativa, e o Art. 60, no caput, estabelece que a União, os Estados, os Municípios

²¹ REZENDE, OLIVEIRA e ARAÚJO, 2007.

e o Distrito Federal são as entidades políticas autônomas que formam a federação. A repartição de competências entre esses entes é detalhada nos Arts. 21 a 24 para a União, Arts. 25 a 28 para os Estados e Arts. 29 a 31 para os Municípios. Cada ente federado possui atribuições fiscais específicas, mas também pode realizar ações conjuntas, quando necessário, para atender à necessidade de políticas públicas.

A União, por exemplo, possui competências para instituir impostos sobre a renda, produção e comércio, além de poderes para instituir empréstimos compulsórios e emitir moeda, conforme disposto nos Arts. 153 a 156. Já os Estados têm competência para instituir impostos sobre a circulação de mercadorias e a propriedade de veículos automotores, como prevê o Art. 155, e os Municípios são responsáveis por tributos relacionados a serviços locais, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), conforme o Art. 156.

A repartição das receitas tributárias entre os entes federados é regida pelos Arts. 157 a 159 da Constituição, que prevêem uma série de mecanismos de transferências intergovernamentais. Entre os mais importantes estão o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), criados com o intuito de reduzir desigualdades regionais e garantir que os entes menos desenvolvidos tenham recursos suficientes para desempenhar suas funções. Essas transferências são feitas de maneira automática, de acordo com critérios estabelecidos pela Constituição, mas também existem transferências voluntárias da União, que ocorrem por meio de convênios e contratos de repasse para a execução de políticas públicas em áreas como saúde, educação e infraestrutura.

No entanto, o modelo de federalismo fiscal brasileiro enfrenta desafios significativos. Um dos maiores problemas é a desigualdade regional na arrecadação de receitas. Os estados e municípios das regiões mais ricas, como o Sudeste, conseguem arrecadar mais tributos devido ao maior dinamismo econômico local. Em contraste, os entes federados das regiões Norte e Nordeste, historicamente mais pobres, dependem fortemente das transferências da União para financiar seus orçamentos. Esse desequilíbrio é um dos principais desafios da descentralização fiscal e tem levado a discussões sobre uma maior redistribuição de recursos. A Constituição prevê essa redistribuição no Art. 159, que trata do repasse de recursos financeiros para os Estados, Municípios e Distrito Federal.

Outro desafio é a *guerra fiscal*, que ocorre quando os estados buscam atrair investimentos por meio de incentivos fiscais, como isenções tributárias, o que pode resultar em uma perda de arrecadação para outros estados. A Lei Complementar nº 24/1975, estabeleceu normas para a concessão de incentivos fiscais, regulamentando essa prática. A LC nº 24/1975 foi parcialmente alterada e complementada por normas posteriores, sobretudo após a LC nº 160/2017, que promoveu uma importante atualização no regime dos benefícios fiscais do ICMS.

A LC nº 160/2017 alterou dispositivos da LC nº 24/1975 e da Lei nº 12.973/2014, permitindo que os Estados e o Distrito Federal convalidassem e prorrogassem benefícios fiscais concedidos sem a aprovação unânime do CONFAZ, mediante deliberação de dois terços dos Estados e de um terço de cada região. Essa mudança buscou regularizar a guerra fiscal e promover segurança jurídica às empresas beneficiadas.

Além disso, o Convênio ICMS 190/2017, editado pelo CONFAZ, regulamentou a aplicação prática dessas alterações, estabelecendo prazos e condições para a convalidação e transparência dos incentivos fiscais. Embora a LC nº 24/1975 permaneça vigente, seu conteúdo foi significativamente modificado e atualizado pela LC nº 160/2017 e normas complementares, que adaptaram o sistema às novas dinâmicas do federalismo fiscal brasileiro. De toda forma, a guerra fiscal continua sendo um problema para a harmonia do sistema tributário nacional.

Muitos estados e municípios continuam excessivamente dependentes das transferências da União, o que limita sua autonomia financeira e os torna vulneráveis a decisões nacionais que nem sempre refletem as necessidades locais. O sistema tributário brasileiro não só precisa abordar as desigualdades de maneira mais eficaz, mas também fomentar uma maior autonomia fiscal dos entes locais, incentivando-os a ampliar sua base de arrecadação própria.

A complexidade na coordenação das políticas fiscais também representa um obstáculo significativo. A interação entre os diversos níveis de governo exige uma gestão eficiente e articulada para evitar sobreposição de políticas e a duplicação de esforços, além de garantir que os recursos sejam alocados de forma eficiente. O Art. 23 da Constituição atribui competência comum aos entes federados para o planejamento e execução de políticas públicas em áreas como saúde, educação e meio ambiente, o que exige uma atuação coordenada para o êxito das ações.

Para solucionar esses problemas, diversos especialistas sugerem reformas no sistema tributário e fiscal, incluindo uma redistribuição mais equitativa dos recursos. A proposta de uma reforma tributária busca criar um sistema mais justo, permitindo que as transferências entre os entes federados sejam feitas de forma a reduzir as desigualdades regionais. Além disso, outras soluções incluem o fortalecimento da autonomia financeira dos estados e municípios por meio de uma maior capacidade de arrecadação própria e a implementação de mecanismos para reduzir a guerra fiscal entre os entes. Nesse contexto, o Art. 152 da Constituição, que trata da limitação dos benefícios fiscais, poderia ser um ponto de partida para discutir regras mais rígidas de concessão de incentivos fiscais.

O federalismo fiscal no Brasil representa um modelo de governança que busca equilibrar a autonomia dos entes federados com a necessidade de um desenvolvimento mais homogêneo entre as diferentes regiões. Embora o sistema tenha permitido avanços nas últimas décadas, a distribuição de receitas, a

dependência de transferências e as desigualdades regionais continuam sendo desafios a serem enfrentados para garantir a eficiência e a justiça fiscal no país.

Empresas Públicas e Privatizações²²

As empresas públicas²³ têm uma presença significativa na economia brasileira, sendo responsáveis por uma série de setores estratégicos, como energia, telecomunicações, transportes e recursos naturais. A atuação do Estado, por meio dessas empresas, visa garantir o fornecimento de serviços essenciais, regular mercados e exercer o controle sobre áreas que impactam diretamente o bem-estar da população. Embora o papel dessas empresas seja central em várias dimensões do desenvolvimento, a sua gestão e o debate sobre sua privatização geram intensas discussões, particularmente em relação à eficiência, à autonomia estatal e aos impactos sociais.

Mapa Mental 8 - Federalismo Fiscal



Fonte: Elaboração dos autores.

Papel das Empresas Públicas na Economia²⁴

As empresas públicas no Brasil são instrumentos do Estado para realizar políticas públicas em setores considerados cruciais para a sociedade. Elas não

²² CERQUEIRA, 2019.

²³ BIONDI, 2014.

²⁴ OLIVEIRA, 2018.

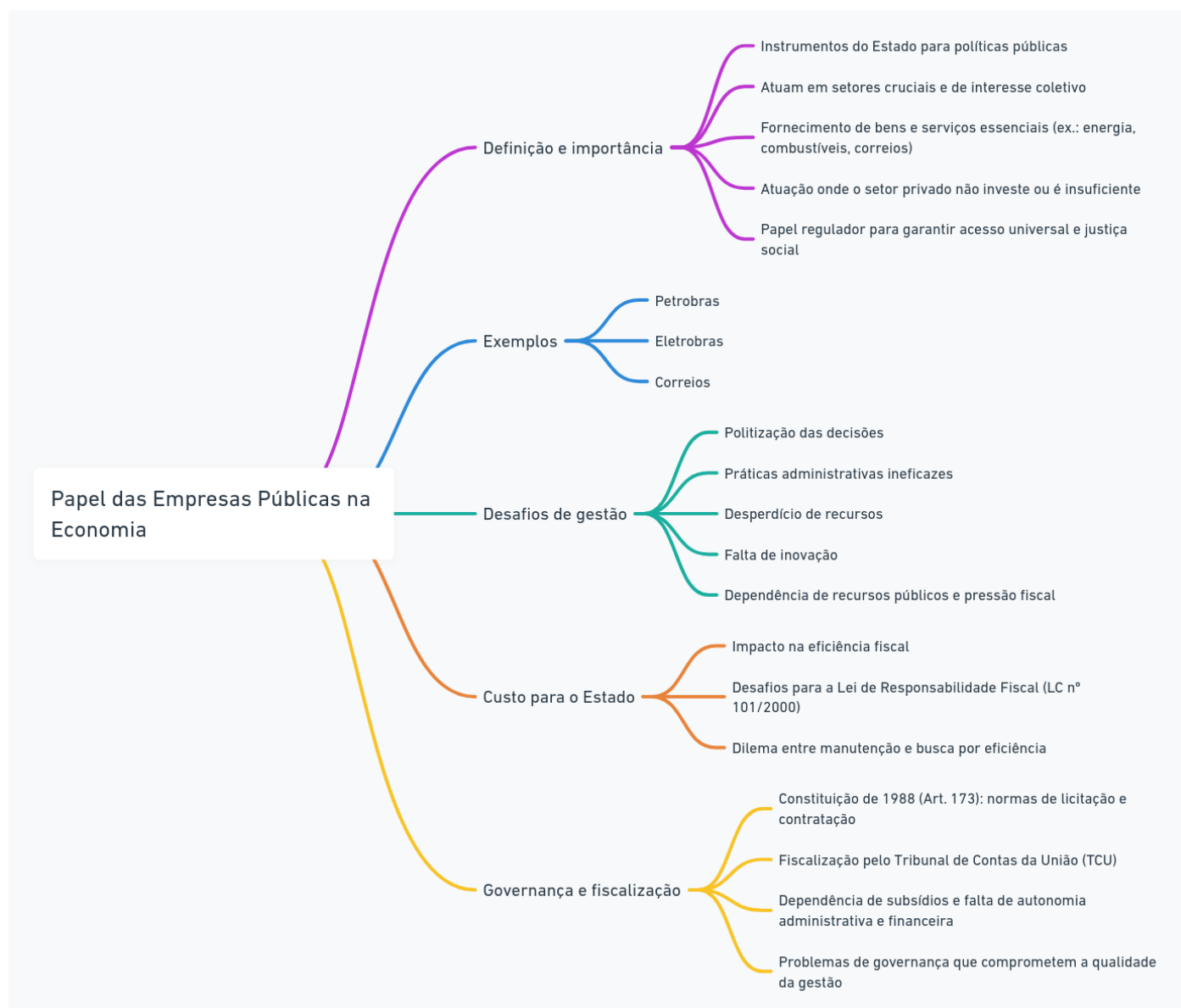
apenas asseguram o fornecimento de bens e serviços essenciais, mas também atuam em áreas onde o mercado privado poderia não ter interesse em investir, ou onde a intervenção pública se faz necessária para garantir a universalização do acesso e a justiça social. Exemplos como a Petrobras, a Eletrobras e os Correios ilustram o peso dessas empresas na infraestrutura nacional. Elas garantem, por exemplo, o abastecimento de energia elétrica e de combustíveis, serviços essenciais para o funcionamento do país, e desempenham um papel regulador, assegurando o acesso de toda a população a esses serviços.

No entanto, a presença do Estado na economia, por meio dessas empresas, nem sempre é eficiente. A gestão de empresas públicas pode ser afetada por problemas como a politização das decisões, que resulta em práticas administrativas ineficazes, o desperdício de recursos e a falta de inovação. Além disso, as empresas públicas frequentemente enfrentam um dilema de subvenção governamental, o que as torna dependentes de recursos públicos e as coloca sob pressão fiscal²⁵. Isso leva a um custo elevado para o Estado, sem necessariamente garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados. A lei de responsabilidade fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), visando controlar o gasto público, enfrentou desafios ao tentar equilibrar a manutenção dessas empresas com a busca pela eficiência fiscal. Desde sua promulgação, foi alterada por diversas leis complementares, como a LC nº 131/2009 (Lei da Transparência), que ampliou a publicidade das contas públicas, e a LC nº 178/2021, que introduziu novas regras de sustentabilidade fiscal e reequilíbrio financeiro dos entes federativos. Essas atualizações reforçam o papel da LRF como pilar da governança fiscal e da disciplina orçamentária no Brasil.

Embora a Constituição de 1988, no Art. 173, exija que essas empresas sigam as normas de licitação e contratação pública e sejam fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a dependência de subsídios e a falta de autonomia administrativa e financeira são questões que comprometem a qualidade da gestão. Dessa forma, o modelo de empresas públicas, embora necessário, enfrenta sérios problemas de governança.

²⁵ CERQUEIRA, 2019.

Mapa Mental 9 - Papel das Empresas Públicas na Economia



Fonte: Elaboração dos autores.

Parcerias Público-Privadas (PPPs)

As Parcerias Público-Privadas²⁶ (PPPs) surgem como uma alternativa para suprir a limitação de recursos públicos na execução de grandes projetos de infraestrutura e na prestação de serviços essenciais. Por meio dessa parceria, o setor privado financia, constrói e opera os projetos, enquanto o setor público mantém a responsabilidade regulatória e, em muitos casos, garante parte da receita ao parceiro privado por meio de pagamentos vinculados ao desempenho. Embora prometam maior eficiência e inovação, as PPPs têm sido objeto de debates devido

²⁶ PEREIRA, 2011.

aos riscos de subordinação do interesse público aos objetivos de lucro privado e à possibilidade de má alocação de recursos em projetos de baixo impacto social.

Porém, as PPPs nem sempre cumprem suas promessas de eficiência e podem acarretar custos ocultos ao setor público, como a necessidade de renegociações contratuais, garantias onerosas e riscos fiscais a longo prazo. Além disso, a transferência de riscos ao setor privado muitas vezes é parcial, já que, em cenários de crise financeira ou desempenho abaixo do esperado, o governo pode ser obrigado a intervir para evitar a interrupção do serviço. Falhas de monitoramento, captura regulatória e dificuldades na definição de métricas claras de desempenho também são recorrentes, levantando questionamentos sobre até que ponto as PPPs geram benefícios líquidos para a sociedade. Em ambientes com baixa capacidade institucional, essas parcerias podem acabar resultando em contratos mal estruturados que favorecem mais o parceiro privado do que o interesse público.

Tipos de Empresas Públicas

No Brasil, as empresas públicas desempenham um papel central na economia e são reguladas por um conjunto de normas que visa garantir a prestação de serviços essenciais, a implementação de políticas públicas e o controle do Estado sobre setores estratégicos. Existem diferentes tipos de empresas públicas, cada uma com características específicas em relação à sua forma de constituição, operação e governança. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 173, prevê que as empresas públicas devem atuar com autonomia administrativa e financeira, mas sempre sob a vigilância e controle do Estado, visando ao interesse público.

De maneira geral, as empresas públicas no Brasil podem ser classificadas em três tipos principais: *empresas públicas de direito privado*, *empresas públicas de direito público* e *sociedades de economia mista*²⁷. Cada tipo possui características distintas que influenciam sua forma de gestão, seu grau de autonomia e a forma como interagem com o mercado e o governo.

Empresas Públicas de Direito Privado

São aquelas constituídas sob as normas do Código Civil, ou seja, elas têm personalidade jurídica própria e funcionam como sociedades empresariais, sujeitando-se às regras do mercado e à legislação pertinente às empresas privadas, com algumas exceções estabelecidas pela legislação pública. Elas são criadas para atuar em setores em que a intervenção estatal seja necessária, mas em que não se justifique a adoção do regime jurídico próprio da administração pública, com a flexibilização das normas de licitação e contratação.

²⁷ GIAMBIAGI e ALEM, 2016; RIANI, 2016.

A principal característica dessas empresas é que elas não estão vinculadas ao regime jurídico administrativo, mas sim ao regime de direito privado, o que lhes confere maior autonomia na gestão. Elas podem celebrar contratos e realizar operações no mercado como empresas privadas, mas com o diferencial de que o Estado é seu acionista majoritário.

Exemplos de empresas públicas de direito privado incluem a Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.), a Caixa Econômica Federal (CEF) e os Correios. Embora sejam empresas de direito privado, essas entidades têm um controle estatal que visa garantir o cumprimento de objetivos de interesse público, como a regulação do mercado de energia ou a universalização do acesso a serviços bancários.

Empresas Públicas de Direito Público

As empresas públicas de direito público são entidades criadas com base no regime jurídico da administração pública, sujeitando-se às normas constitucionais e à legislação aplicável ao setor público. Elas atuam, portanto, de forma mais rígida e com maiores restrições em termos de procedimentos administrativos e governamentais. No entanto, assim como as empresas públicas de direito privado, essas entidades têm o objetivo de prestar serviços públicos essenciais ou atuar em setores econômicos estratégicos.

A principal diferença entre as empresas de direito público e as de direito privado é que as primeiras seguem as normas do direito administrativo, enquanto as últimas têm a flexibilidade do direito privado. As empresas de direito público também não têm fins lucrativos como seu objetivo principal, sendo criadas para garantir a execução de políticas públicas ou a prestação de serviços essenciais à população, muitas vezes por conta da natureza monopolista ou da complexidade do serviço a ser prestado.

Exemplo clássico de empresa pública de direito público no Brasil é a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), que, por ser uma empresa estatal vinculada ao Ministério da Defesa, atua sob a legislação pública, especialmente no que tange a contratos e procedimentos administrativos. Empresas nesse modelo têm uma função essencial na infraestrutura nacional, com foco na promoção do bem-estar coletivo.

Sociedades de Economia Mista²⁸

Embora não sejam estritamente consideradas "empresas públicas" no sentido estrito da Constituição, elas desempenham funções similares, pois são empresas controladas majoritariamente pelo Estado, mas com a participação de investidores

²⁸ GIAMBIAGI e ALEM, 2016; RIANI, 2016.

privados. Sua principal diferença é que, ao contrário das empresas públicas de direito privado, as sociedades de economia mista não têm 100% do capital pertencente ao Estado. O controle acionário, portanto, é compartilhado entre o poder público e os acionistas privados.

As sociedades de economia mista são instituídas para atuar em áreas que exigem a presença do Estado, mas também a participação do mercado privado. Elas têm maior flexibilidade de gestão em comparação com as empresas públicas de direito público, mas o Estado mantém a capacidade de controle estratégico.

Exemplos típicos de sociedades de economia mista incluem a Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.) e o Banco do Brasil S.A.. Embora ambas sejam consideradas empresas públicas devido à participação majoritária do governo em seu capital, elas não têm o monopólio sobre seus respectivos setores e podem atuar com maior liberdade para atrair investimentos privados e realizar operações financeiras no mercado.

A diversidade de modelos de empresas públicas no Brasil reflete a complexidade da administração pública e a busca por diferentes formas de atender às necessidades da sociedade. A gestão dessas entidades enfrenta desafios comuns, como a politização, a falta de eficiência administrativa e os problemas relacionados à governança.

Embora as empresas públicas de direito privado possam ter maior flexibilidade para operar no mercado, o controle do Estado é muitas vezes diluído, o que pode gerar problemas de responsabilidade pública e comprometer o atendimento às demandas sociais. Por outro lado, as empresas de direito público, apesar de seguirem normas mais rígidas, podem ser alvo de ineficiência burocrática, limitando sua capacidade de inovação e adaptação às mudanças do mercado.

Já as sociedades de economia mista são criticadas pela sua natureza híbrida, que muitas vezes resulta em conflitos de interesse entre os objetivos lucrativos dos acionistas privados e as obrigações públicas do Estado. O fato de o governo manter o controle, mas não a totalidade das ações, pode gerar uma falta de alinhamento entre as metas empresariais e os interesses sociais, principalmente quando se trata da prestação de serviços essenciais à população.

A regulação dessas empresas é um ponto crucial. Independentemente do modelo adotado, as empresas públicas e as sociedades de economia mista precisam ser adequadamente regulamentadas para garantir que seus serviços atendam aos princípios da eficiência, transparência e responsabilidade pública, respeitando os direitos dos cidadãos e promovendo o bem-estar social.

Mapa Mental 10 - Tipos de Empresas Públicas



Fonte: Elaboração dos autores.

Aspectos Teóricos e Práticos das Privatizações

O debate sobre a privatização das empresas públicas é polarizado²⁹, com defensores e críticos apontando tanto benefícios quanto riscos significativos. A privatização é frequentemente defendida como uma medida para melhorar a eficiência. A ideia central é que a iniciativa privada, movida por incentivos de lucro e pela concorrência, pode oferecer serviços de maneira mais eficaz, com custos reduzidos e mais inovação. A privatização de grandes empresas estatais, como a Telebrás na década de 1990, teve como objetivo aumentar a qualidade dos serviços de telecomunicações e expandir a infraestrutura no Brasil. O argumento era de que, com a privatização, o setor se tornaria mais competitivo e eficiente, resultando em melhores serviços para os consumidores e menores custos operacionais para o governo.

As privatizações podem representar uma forma de alívio fiscal para o Estado, especialmente em um cenário de elevado endividamento público. A venda de ativos estatais pode gerar uma significativa entrada de recursos, que poderiam ser utilizados para pagar dívidas ou investir em outras áreas prioritárias, como saúde e educação. Contudo, essa lógica simplista ignora as complexidades socioeconômicas de um processo de privatização, que muitas vezes acaba por beneficiar apenas uma

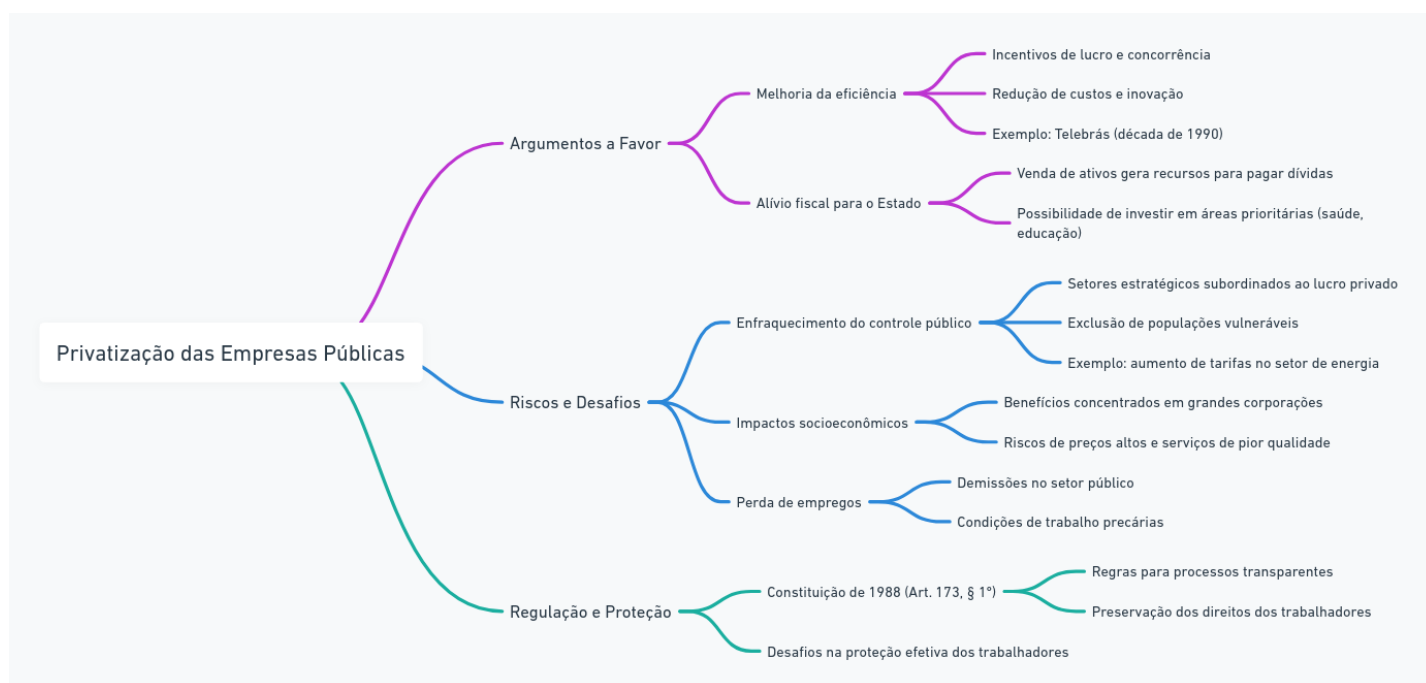
²⁹ BIONDI, 2014, CERQUEIRA, 2019 e PEREIRA 2011.

minoria concentrada em grandes corporações, enquanto a população fica à mercê de preços mais altos e serviços de pior qualidade.

Em muitos casos, a privatização tende a enfraquecer o controle público sobre setores estratégicos. Serviços essenciais, como saúde, energia e transporte, podem se tornar subordinados ao lucro privado, com o risco de exclusão de segmentos da população mais vulneráveis, que não têm acesso aos preços ou serviços oferecidos. Um exemplo disso pode ser visto nas privatizações no setor de energia, que, em algumas regiões, resultaram em aumentos significativos nas tarifas, afetando as camadas mais pobres da população. A privatização da Eletrobras, embora tenha como justificativa a melhoria da gestão e a redução do custo fiscal, levanta preocupações quanto à manutenção do controle público sobre um setor vital para a soberania nacional.

Além disso, as privatizações podem resultar em perda de empregos no setor público, sem a devida proteção para os trabalhadores que, muitas vezes, são desligados ou transferidos para condições de trabalho mais precárias. A Constituição de 1988, no Art. 173, § 1º, trata das regras para a privatização das empresas públicas, exigindo que os processos sejam transparentes e que os direitos dos trabalhadores sejam preservados, mas na prática, a proteção efetiva aos trabalhadores nem sempre é garantida.

Mapa Mental 11 - Aspectos Teóricos e Práticas da Privatização



Fonte: Elaboração dos autores.

Regulação e Concorrência em Setores Estratégicos

A regulação das empresas privatizadas é um ponto crucial que merece atenção³⁰. Mesmo após a privatização, é fundamental que o Estado continue a exercer um papel de controle e fiscalização sobre setores que impactam diretamente o bem-estar da população.

Em áreas como energia elétrica, telecomunicações e saneamento, a presença do governo na regulação deve ser mantida para evitar abusos e garantir o acesso universal aos serviços. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), por exemplo, têm a responsabilidade de monitorar as empresas privadas nesses setores, mas a eficácia dessa regulação depende da independência e da capacidade de atuação desses órgãos.

A regulação precisa ser robusta e eficiente, para que os interesses da população sejam protegidos. No entanto, é comum que a regulação acabe sendo capturada por interesses privados, enfraquecendo sua capacidade de proteger o consumidor e de assegurar que os serviços sejam prestados de forma justa e acessível. O Art. 175 da Constituição estabelece que os serviços públicos essenciais devem ser prestados de forma direta, mas pode ser delegada a concessão à iniciativa privada, desde que o Estado continue atuando na regulação e fiscalização. Isso, porém, muitas vezes não é suficiente, pois o governo, ao abdicar da gestão direta, perde a capacidade de influenciar a qualidade do serviço e garantir que ele seja universal e acessível a toda a população.

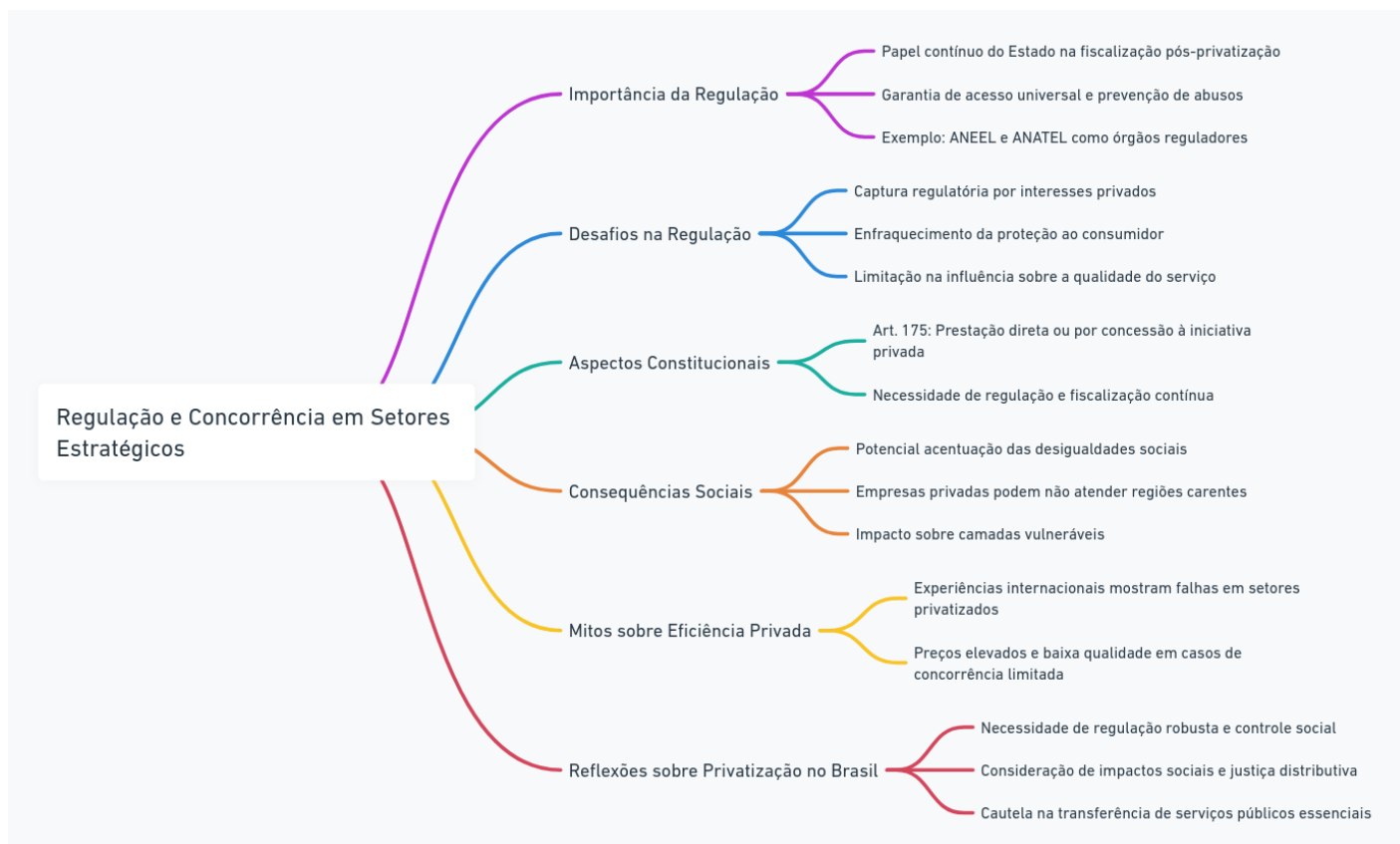
Embora as privatizações possam trazer ganhos em termos de eficiência econômica, elas frequentemente negligenciam as consequências sociais e o impacto sobre a igualdade de acesso aos serviços. Em uma sociedade desigual como a brasileira, a transferência de serviços públicos essenciais para a iniciativa privada pode acentuar as disparidades entre ricos e pobres, uma vez que empresas privadas buscam maximizar o lucro e podem não ter interesse em atender as regiões mais carentes ou as camadas mais vulneráveis da população. Além disso, a ideia de que a iniciativa privada sempre será mais eficiente do que a pública não se sustenta quando observamos exemplos de setores privatizados em outros países, onde a concorrência limitada e a falta de regulação adequada resultaram em altos preços e serviços de baixa qualidade.

A privatização no Brasil deve ser vista com cautela. A falta de uma regulação adequada, a fragilidade do controle social e a falta de uma visão clara de interesse público muitas vezes tornam as privatizações mais um instrumento de transferência de riqueza do que uma solução para a melhoria dos serviços. O debate sobre as empresas públicas e as privatizações precisa, portanto, considerar não apenas a eficiência econômica, mas também os impactos sociais, a justiça distributiva e a

³⁰ CERQUEIRA, 2019, IPEIA 2020 e RESENDE, 2017.

soberania nacional, garantindo que os interesses privados não prevaleçam sobre o bem-estar coletivo.

Mapa Mental 12 - Regulação e a Concorrência em Setores Estratégicos



Fonte: Elaboração dos autores

Economia do Bem-Estar e Setor Público

Essa área da economia se preocupa em entender como as intervenções do governo podem corrigir falhas de mercado e promover uma sociedade mais justa e eficiente. Dentro desse contexto, o Setor Público desempenha um papel fundamental na implementação de políticas que visam à eficiência econômica e à justiça distributiva³¹.

A Economia do Bem-Estar³² fundamenta-se na análise de como a distribuição de recursos e a organização da produção e do consumo podem ser ajustadas para aumentar o bem-estar social. Essa teoria parte do princípio de que as preferências individuais não são suficientes para garantir a otimização do bem-estar coletivo, uma vez que o mercado, por si só, não é capaz de resolver problemas relacionados à justiça social, eficiência e igualdade.

³¹ Ver Glossário.

³² PIGOU, 2001.

Existem dois pilares principais da economia do bem-estar:

1. Eficiência de Pareto³³: Este princípio propõe que uma alocação de recursos é considerada eficiente quando ninguém pode ser melhorado sem que outra pessoa seja prejudicada. Ou seja, o Estado deve buscar alocar os recursos de maneira que aumente o bem-estar geral sem causar perdas para outros indivíduos.
2. Justiça distributiva: Além de se preocupar com a eficiência, a Economia do Bem-Estar também se preocupa com a distribuição equitativa dos benefícios da produção. A ideia é que, em uma sociedade justa, o Estado deve adotar políticas que garantam que os benefícios do crescimento econômico sejam distribuídos de maneira que favoreçam os mais pobres e vulneráveis.

Mapa Mental 13 - Economia do Bem-Estar e o Setor Público



Fonte: Elaboração dos autores

Falhas de Mercado e Intervenções Governamentais

Um dos principais objetivos da Economia do Bem-Estar é lidar com as falhas de mercado. Estas ocorrem quando o mercado, por si só, não consegue alocar recursos de forma eficiente ou justa, levando a situações onde a distribuição de bens e serviços não atende ao interesse público. As principais falhas de mercado identificadas pela teoria³⁴ incluem:

- Monopólios e oligopólios: Quando poucas empresas dominam um setor, elas podem impor preços altos e reduzir a concorrência, prejudicando os

³³ Ver Glossário.

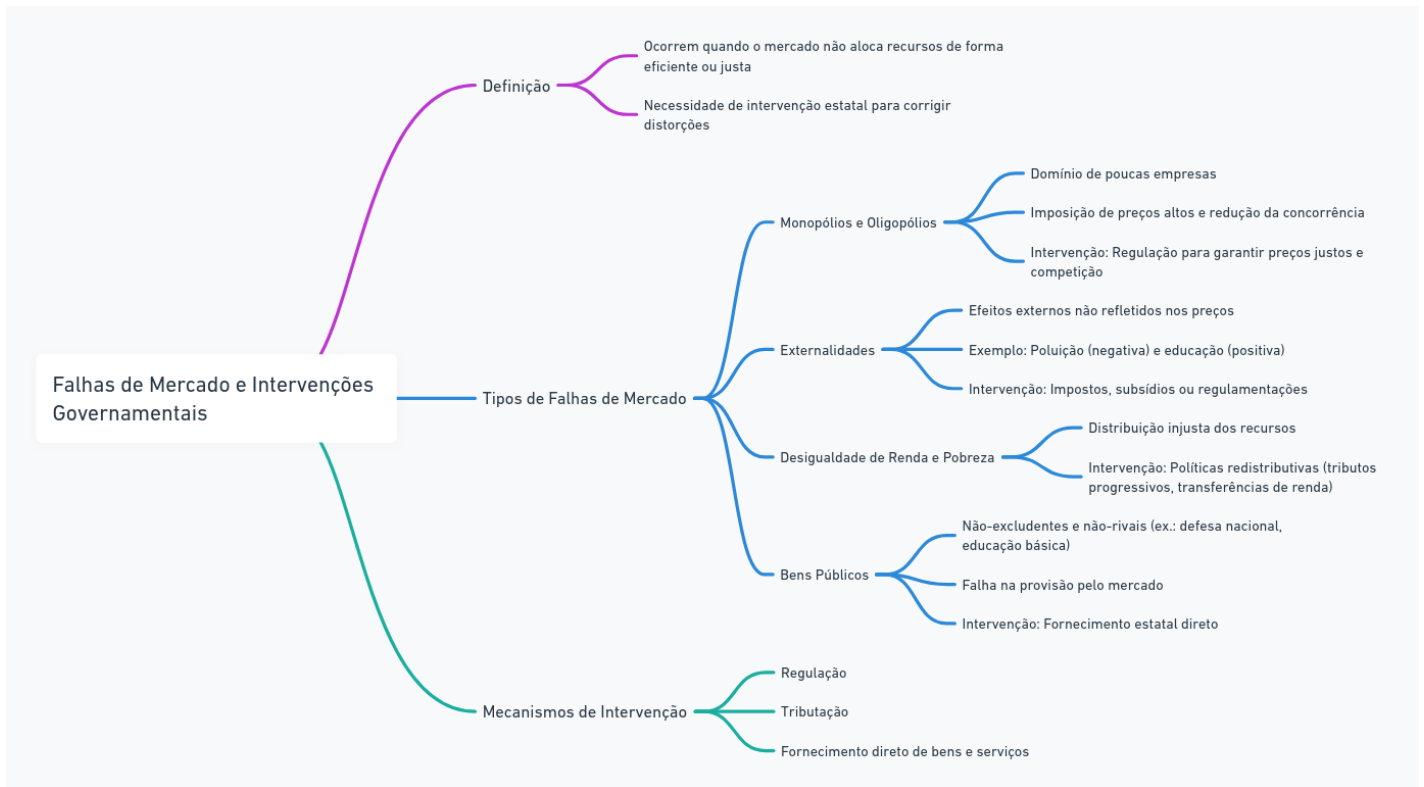
³⁴ Ver BORTI, CARREIRO e SOUZA, 2025, para o assunto.

consumidores e reduzindo o bem-estar social. O Estado deve intervir regulando esses mercados para garantir preços justos e acesso à competição.

- **Externalidades:** As externalidades ocorrem quando as ações de um agente econômico afetam outras pessoas sem que esses efeitos sejam refletidos nos preços de mercado. Isso pode ser observado em situações como a poluição (uma externalidade negativa) ou a educação (uma externalidade positiva). O governo pode intervir para corrigir essas distorções, seja por meio de impostos, subsídios ou regulamentações.
- **Desigualdade de renda e pobreza:** O mercado, muitas vezes, não distribui os recursos de forma justa, resultando em desigualdade de renda e pobreza. O Estado deve atuar por meio de políticas redistributivas, como tributos progressivos e transferências de renda, para garantir que os benefícios da economia sejam compartilhados de maneira mais equitativa.
- **Bens públicos:** Alguns bens, como a defesa nacional, a educação básica e a saúde pública, são não-excludentes e não-rivais, ou seja, sua oferta não diminui com o aumento do consumo e não é possível excluir indivíduos de seu acesso. O mercado tende a falhar na provisão desses bens, razão pela qual o Estado assume a responsabilidade de oferecê-los.

As falhas de mercado exigem que o governo intervenha na economia, a fim de corrigir as distorções. Para isso, o Estado deve estar atento a diferentes mecanismos de intervenção, incluindo a regulação, a tributação e o fornecimento direto de bens e serviços.

Mapa Mental 14 - Falhas de Mercado e as Intervenções do Governo



Fonte: Elaboração dos autores

Eficiência e Equidade nas Políticas Públicas

Um dos maiores desafios enfrentados pela Economia do Bem-Estar no contexto das políticas públicas é a conciliação entre eficiência e equidade. O Estado, ao tentar corrigir as falhas de mercado e promover o bem-estar social, deve balancear essas duas dimensões, que nem sempre caminham juntas.

Em alguns casos, políticas que buscam eficiência econômica podem resultar em maior desigualdade social, enquanto políticas que promovem justiça social podem comprometer a eficiência dos mercados.

Por exemplo, a tributação progressiva, que tem como objetivo redistribuir a riqueza e reduzir a desigualdade, pode afetar o incentivo para a produção e o investimento, o que pode impactar negativamente a eficiência da economia. Da mesma forma, políticas que visam à abertura do mercado e à privatização de serviços públicos podem aumentar a eficiência econômica, mas também podem levar ao aumento das desigualdades sociais, se não forem acompanhadas de políticas que protejam os mais vulneráveis.

A busca por um equilíbrio entre esses dois objetivos é o cerne das políticas públicas de bem-estar, e o Setor Público desempenha um papel central na formulação e implementação dessas políticas. O governo, por meio de investimentos públicos em infraestrutura, saúde, educação e segurança social, pode promover tanto a eficiência econômica quanto a equidade social, criando as condições necessárias para uma sociedade mais justa e próspera.

Mapa Mental 15 - Eficiência e Equidade nas Políticas Públicas



Fonte: Elaboração dos autores

O Papel do Setor Público na Economia do Bem-Estar

O Setor Público tem um papel fundamental na implementação das políticas de Economia do Bem-Estar. Por meio de sua capacidade de regulação, tribulação e intervenção direta, o Estado pode corrigir falhas de mercado e garantir que os recursos sejam distribuídos de forma mais equitativa.

O Setor Público pode atuar de maneira a minimizar as externalidades negativas e incentivar as externalidades positivas. Por exemplo, o governo pode regulamentar as indústrias poluentes e cobrar impostos sobre as emissões de carbono, ao mesmo tempo em que subsidia a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias limpas. Políticas públicas que promovem o acesso universal à saúde e à educação também são fundamentais para promover a igualdade de oportunidades, permitindo que indivíduos de diferentes origens tenham as mesmas chances de sucesso na vida.

Outro ponto crucial é a sustentabilidade fiscal³⁵. Para garantir que o Setor Público tenha recursos para implementar políticas de bem-estar, é necessário que o governo tenha uma gestão fiscal eficiente e responsável. Isso envolve uma política fiscal equilibrada, onde os gastos públicos sejam direcionados para áreas prioritárias sem comprometer a saúde financeira do Estado.

A Economia do Bem-Estar oferece uma base teórica importante para a formulação de políticas públicas, com o objetivo de corrigir as falhas de mercado e promover a equidade social. O Setor Público tem um papel crucial na implementação dessas políticas, buscando equilibrar eficiência econômica e justiça social. No entanto, os desafios são consideráveis, pois, ao mesmo tempo em que busca a promoção do bem-estar coletivo, o governo deve atuar de forma a garantir a sustentabilidade fiscal e a inclusão social, sempre atento aos impactos de suas intervenções sobre a sociedade e o mercado.

³⁵ Ver Glossário.

Mapa Mental 16 - Setor Público e a Economia do Bem-Estar



Fonte: Elaboração dos autores

Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas

Esses processos envolvem a coleta e análise de dados que permitem medir os resultados e impactos das políticas, possibilitando ajustes e correções durante a execução das mesmas. A importância da avaliação de políticas públicas³⁶ no contexto da Economia do Setor Público é indiscutível, pois permite não apenas a melhoria contínua das políticas, mas também a prestação de contas à sociedade.

Indicadores de Desempenho

São instrumentos fundamentais para medir a eficácia das políticas públicas³⁷. Eles consistem em dados quantitativos e qualitativos que refletem os objetivos e metas estabelecidas pelas políticas e que ajudam a mensurar seu impacto. Esses indicadores podem ser divididos em diferentes categorias, como:

1. Indicadores de Eficiência: Relacionados ao uso dos recursos públicos na implementação de uma política. Avaliam se os recursos (financeiros, humanos, materiais) foram utilizados da melhor forma possível, sem

³⁶ IPEIA, 2020.

³⁷ RESENDE, 2017.

desperdício, buscando maximizar os resultados com o menor custo.

2. **Indicadores de Eficácia:** Avaliam o grau de atingimento das metas e objetivos da política pública. Em outras palavras, medem se os resultados esperados foram alcançados, como a redução da pobreza, o aumento do acesso à saúde ou a melhoria da educação.
3. **Indicadores de Impacto:** Refletem as consequências de longo prazo de uma política pública. Por exemplo, a melhoria da qualidade de vida, o aumento da produtividade ou a redução das desigualdades sociais. São os indicadores que medem os efeitos duradouros das políticas na sociedade.
4. **Indicadores de Satisfação:** Relacionados à percepção da população em relação aos serviços prestados pelo Estado. Esses indicadores podem ser coletados por meio de pesquisas de opinião ou entrevistas com os beneficiários das políticas públicas, e são essenciais para entender a aceitação e os possíveis ajustes necessários nas políticas implementadas.

Mapa Mental 17 - Indicadores de Desempenho



Fonte: Elaboração dos autores

Metodologias de Avaliação de Impacto

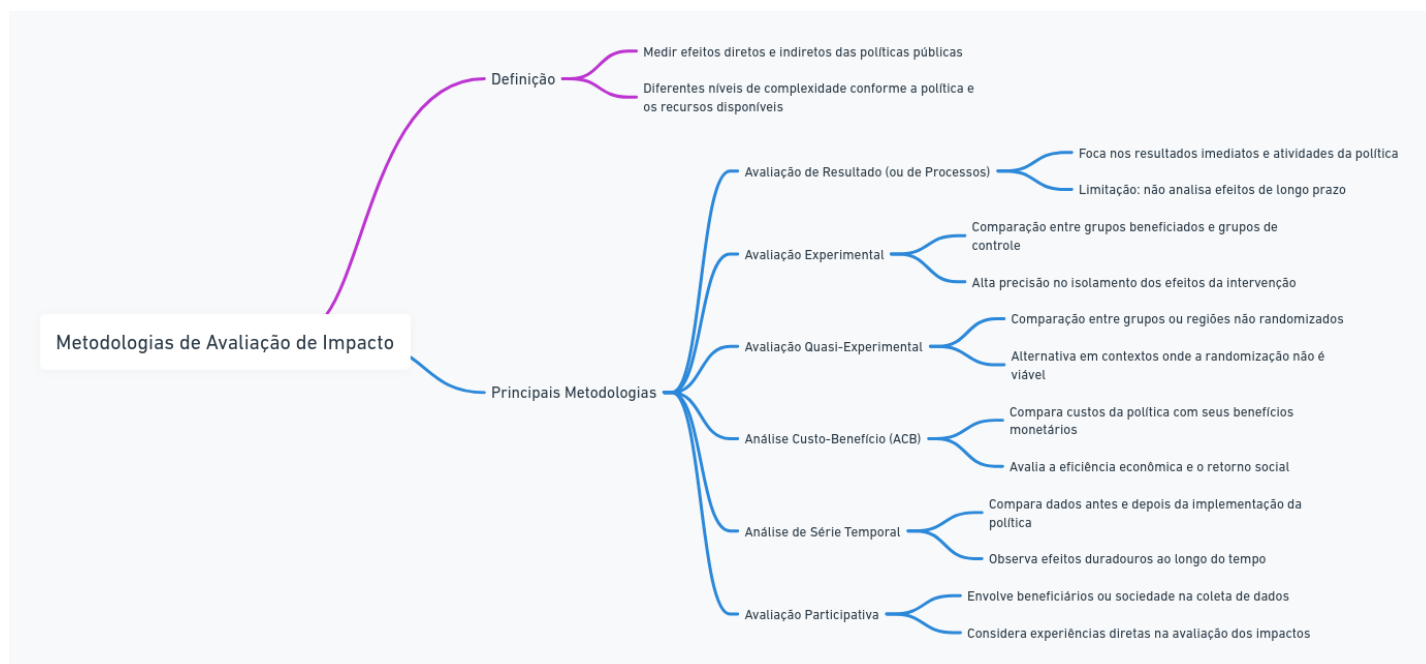
A avaliação de impacto é um processo que busca medir os efeitos diretos e indiretos de uma política pública sobre a sociedade e os indivíduos. Existem diferentes metodologias para realizar essas avaliações, que podem ser mais ou

menos complexas, dependendo do tipo de política e dos recursos disponíveis. As principais metodologias de avaliação de impacto incluem³⁸:

1. Avaliação de Resultado (ou de Processos): Foca no acompanhamento das atividades e resultados imediatos da política. Embora importante, essa avaliação tem uma limitação, pois não analisa os efeitos de longo prazo ou as causas subjacentes de problemas sociais.
2. Avaliação Experimental: Utiliza métodos controlados para comparar grupos que receberam o benefício de uma política pública com aqueles que não receberam (grupo de controle). Esse tipo de avaliação é considerado um dos mais rigorosos, pois permite medir de maneira mais precisa o impacto de uma política, isolando os efeitos da intervenção.
3. Avaliação Quase-Experimental: Quando não é possível realizar uma avaliação experimental, utilizam-se métodos quasi-experimentais, como a comparação entre diferentes grupos ou regiões que passaram por intervenções similares, mas em momentos diferentes. Esses métodos ajudam a aproximar a avaliação experimental e são úteis em contextos onde a randomização não é viável.
4. Análise Custo-Benefício (ACB): A ACB é uma técnica econômica que busca comparar os custos de implementação de uma política com seus benefícios, expressos em termos monetários. Essa análise auxilia na decisão sobre qual política deve ser adotada com base na eficiência econômica, permitindo avaliar se o retorno social justifica os investimentos realizados.
5. Análise de Série Temporal: Esse método observa os efeitos de uma política ao longo do tempo, comparando dados antes e depois de sua implementação. Ele é útil para entender as tendências e os efeitos duradouros de políticas que se prolongam no tempo.
6. Avaliação Participativa: Nesse modelo, os beneficiários das políticas públicas ou a sociedade em geral participam ativamente da avaliação, fornecendo dados e insights sobre os impactos percebidos. A avaliação participativa garante que as experiências de quem está diretamente afetado pelas políticas sejam levadas em consideração.

³⁸ RESENDE, 2017.

Mapa Mental 18 - Metodologias de Avaliação de Impacto



Fonte: Elaboração dos autores

Transparência e Prestação de Contas

A transparência e a prestação de contas³⁹ são princípios essenciais da boa governança no setor público. Ao avaliar e monitorar as políticas públicas, é imprescindível que os resultados dessas avaliações sejam divulgados de maneira clara e acessível à sociedade. Isso fortalece a democracia e a confiança pública, permitindo que os cidadãos acompanhem o uso dos recursos públicos e a eficiência das políticas implementadas.

A transparência também envolve a publicação de relatórios de desempenho, que devem ser elaborados periodicamente e disponibilizados para consulta pública. Esses relatórios devem conter informações sobre os custos das políticas, os resultados alcançados, os desafios enfrentados e os planos de melhoria. Além disso, é importante que o processo de avaliação seja realizado de forma independente, garantindo que as conclusões não sejam influenciadas por interesses políticos ou partidários.

A prestação de contas também pode ocorrer por meio de auditorias e avaliações externas, que verificam a conformidade das políticas públicas com as normas legais e os padrões de qualidade. Essas auditorias podem ser realizadas por órgãos de controle interno do governo, como os tribunais de contas, ou por agências independentes que têm a função de fiscalizar a gestão pública.

³⁹ RIANI, 2016.

Mapa Mental 19 - Transferências e as Prestações de Contas



Monitoramento Contínuo

O monitoramento contínuo das políticas públicas é fundamental para garantir que elas se mantenham eficientes ao longo do tempo. Ao contrário da avaliação, que é realizada após a implementação de uma política, o monitoramento envolve a coleta de dados durante a execução, permitindo ajustes e correções rápidas sempre que necessário.

Ele pode ser realizado por meio de sistemas de indicadores em tempo real, como plataformas digitais que registram dados sobre a execução das políticas, ou por meio de relatórios periódicos que permitem acompanhar os progressos e identificar desvios. Esse processo é essencial, especialmente em políticas de grande escala e impacto, como aquelas relacionadas à educação, saúde e segurança pública, onde mudanças rápidas e respostas imediatas são necessárias.

Desafios

Apesar de sua importância, a avaliação e o monitoramento de políticas públicas enfrentam diversos desafios. Entre eles, destacam-se:

1. Falta de dados confiáveis e atualizados: A coleta de dados de qualidade é essencial para uma avaliação precisa, mas em muitas áreas, os dados são escassos ou desatualizados. Isso dificulta a análise dos resultados e limita a capacidade de avaliar o impacto real das políticas.

2. Dificuldades metodológicas: Em muitas políticas públicas, os efeitos são complexos e difíceis de medir, especialmente quando envolvem múltiplos fatores que afetam os resultados. A utilização de metodologias rigorosas nem sempre é possível, especialmente em contextos de escassez de recursos.
3. Resistência política e institucional: A avaliação e o monitoramento das políticas públicas muitas vezes encontram resistência, especialmente quando os resultados não são favoráveis. A falta de vontade política ou a pressão de grupos de interesse pode comprometer a realização de uma avaliação imparcial.
4. Falta de capacidade técnica: A realização de avaliações de impacto e o monitoramento contínuo exigem capacitação técnica adequada, o que nem sempre está disponível nas equipes responsáveis pela implementação das políticas. A falta de formação e de ferramentas adequadas pode prejudicar a eficácia desses processos.

A avaliação e monitoramento de políticas públicas são processos cruciais para garantir a efetividade e a eficiência da administração pública. Esses processos permitem que o governo faça ajustes e correções em tempo real, assegurando que as políticas atendam aos objetivos de bem-estar social e desenvolvimento sustentável. Além disso, a transparência e a prestação de contas fortalecem a confiança pública e a responsabilidade social, permitindo que a sociedade tenha um papel ativo na fiscalização da atuação do Estado.

Mapa Mental 20 - Monitoramento Contínuo



Fonte: Elaboração dos autores

Tópicos Avançados

No estudo da Economia do Setor Público, além dos conceitos e princípios fundamentais abordados nos tópicos anteriores, existem questões mais complexas e contemporâneas que exigem uma análise mais profunda. Esses tópicos avançados envolvem desafios estruturais e inovadores, que influenciam a forma como o setor público opera e interage com a economia. A seguir, são apresentados três desses tópicos: sustentabilidade fiscal, inovações em gestão pública, e economia comportamental aplicada ao setor público⁴⁰.

Sustentabilidade Fiscal

Trata-se de um dos maiores desafios que os governos enfrentam, especialmente em um cenário de crescente pressão por serviços públicos de qualidade e em um contexto de constante evolução das economias globais. Esse conceito refere-se à capacidade do governo de manter suas finanças em equilíbrio,

⁴⁰ SANTOS, 2022.

garantindo que as dívidas públicas e os déficits fiscais não se tornem insustentáveis ao longo do tempo.

Uma de suas preocupações centrais é evitar o aumento excessivo da dívida pública, o que poderia comprometer a capacidade do Estado de financiar serviços essenciais e investimentos estratégicos, como saúde, educação e infraestrutura. Quando a dívida cresce de forma descontrolada, os custos da dívida aumentam, resultando em maior serviço da dívida (juros pagos), o que diminui os recursos disponíveis para outras áreas. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que regula a gestão fiscal no Brasil, é um exemplo de tentativa de limitar o crescimento da dívida pública e garantir que as políticas fiscais sejam sustentáveis no longo prazo.

A sustentabilidade fiscal não deve ser analisada apenas sob a ótica da redução da dívida, mas também pela capacidade do governo de promover crescimento econômico sustentável e de criar um sistema tributário eficiente que seja capaz de financiar a expansão dos serviços públicos sem onerar excessivamente os cidadãos ou as empresas. A sustentabilidade fiscal é, portanto, um equilíbrio delicado entre controle de gastos, aumento da receita e investimento em áreas que impulsionam o crescimento econômico.

Mapa Mental 21 - Sustentabilidade Fiscal



Fonte: Elaboração dos autores

Inovações em Gestão Pública

As inovações em gestão pública envolvem a adoção de novas práticas e tecnologias para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pelo Estado. Em um cenário de escassez de recursos e crescente demanda por serviços

de qualidade, a inovação se torna uma necessidade para que o setor público consiga atender às expectativas da sociedade.

Uma das principais inovações tem sido a digitalização dos serviços públicos, que inclui a implementação de plataformas *online* para facilitar o acesso a informações e a serviços essenciais, como pagamento de impostos, inscrição em programas de saúde ou solicitação de benefícios. O uso de *big data* e inteligência artificial para análise de dados também tem sido uma tendência crescente, permitindo que os gestores públicos tomem decisões baseadas em informações mais precisas e em tempo real. Essas inovações podem tornar a administração pública mais transparente e ágil, promovendo uma gestão mais eficiente e menos suscetível a erros e fraudes.

Além disso, a governança colaborativa tem se tornado um modelo importante de gestão pública, onde o Estado interage com a sociedade civil, o setor privado e outras entidades para a co-criação de políticas públicas. O design thinking, por exemplo, tem sido utilizado para desenvolver políticas mais centradas nas necessidades reais da população, garantindo maior participação cidadã e melhor adequação das políticas às demandas locais.

Entretanto, a inovação no setor público também enfrenta desafios, como a resistência a mudanças dentro das instituições públicas, a falta de capacitação dos servidores e as limitações orçamentárias. A implementação bem-sucedida de inovações exige uma cultura organizacional que favoreça a adaptação constante e o aprendizado, além de investimentos em infraestrutura e treinamento.

Mapa Mental 22 - Inovações na Gestão Pública



Fonte: Elaboração dos autores

Economia Comportamental Aplicada ao Setor Público

A economia comportamental⁴¹ tem se destacado como uma disciplina que integra insights da psicologia e das ciências sociais à teoria econômica, oferecendo uma nova perspectiva sobre as decisões dos indivíduos e do governo. No contexto da Economia do Setor Público, a economia comportamental pode ser usada para entender como as pessoas tomam decisões em relação aos serviços públicos e como as políticas públicas podem ser estruturadas para influenciar de forma mais eficaz o comportamento da população.

Uma das abordagens mais discutidas nesse campo é a ideia de *nudge* (ou "empurrão"), que consiste em usar pequenos incentivos ou mudanças no ambiente para modificar o comportamento das pessoas de forma previsível, sem a necessidade de proibir ou taxar. Por exemplo, políticas de poupança obrigatória ou de educação financeira podem ser estruturadas de maneira que incentivem os cidadãos a poupar mais para a aposentadoria, usando, por exemplo, a inscrição automática em planos de poupança, com a opção de *opt-out*.

⁴¹ SANTOS, 2022.

Outro exemplo são as campanhas de saúde pública, que podem ser baseadas em teorias comportamentais, como o uso de mensagens que apelam ao compromisso público ou ao status social para incentivar comportamentos mais saudáveis, como o abandono do tabagismo ou a adesão a programas de vacinação.

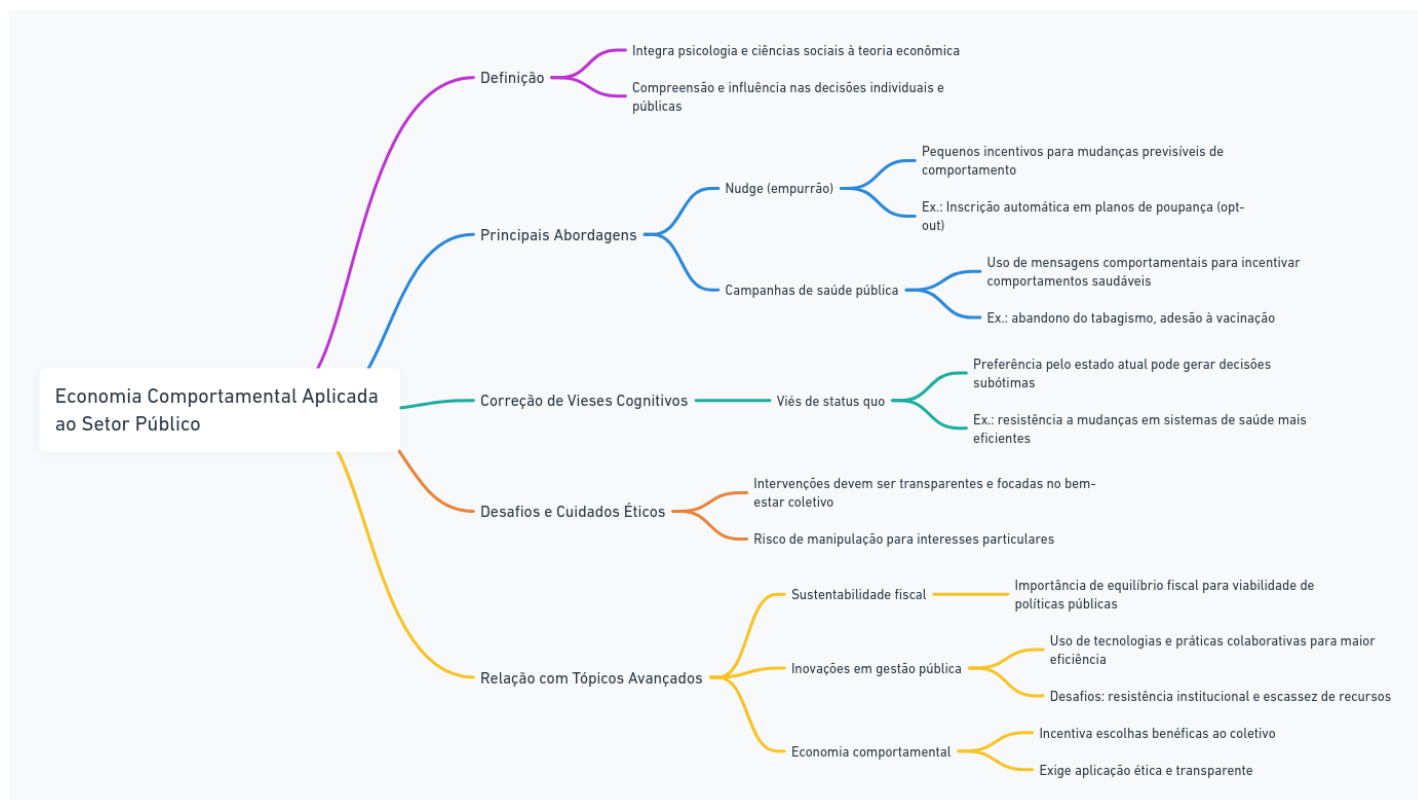
Além disso, a economia comportamental oferece pontos de discussão sobre como o viés cognitivo afeta as decisões políticas e como as políticas públicas podem ser estruturadas para corrigir esses vieses. Por exemplo, o viés de status quo pode levar as pessoas a tomarem decisões subótimas porque preferem manter o estado atual ao invés de aceitar mudanças, como a adesão a um novo sistema de saúde mais eficiente⁴².

No entanto, a aplicação de insights da economia comportamental no setor público requer uma análise cuidadosa e ética, pois as intervenções devem ser feitas de forma transparente e com o objetivo de promover o bem-estar coletivo. O risco de manipulação do comportamento das pessoas para atender a interesses particulares pode ser um desafio importante para a implementação dessa abordagem.

Os tópicos avançados em Economia do Setor Público abordam questões relevantes para a eficácia das políticas públicas em um contexto de crescente complexidade. A sustentabilidade fiscal é uma preocupação central, pois o desequilíbrio fiscal pode comprometer a viabilidade de outras políticas públicas. As inovações em gestão pública buscam melhorar a eficiência dos serviços prestados pelo Estado, utilizando tecnologias digitais e práticas colaborativas, mas enfrentam desafios como a resistência institucional e a escassez de recursos. A economia comportamental, por sua vez, oferece novas formas de influenciar o comportamento dos cidadãos, através de intervenções que incentivam escolhas mais benéficas para o coletivo, mas exige uma aplicação ética e transparente. Esses três tópicos exigem um ambiente institucional dinâmico que promova adaptação, inovação e avaliação contínua, com o objetivo de garantir políticas mais eficientes, equitativas e responsáveis.

⁴² SANTOS, 2022.

Mapa Mental 23 - Economia Comportamental e Setor Público



Fonte: Elaboração dos autores

Alguns Exemplos

Aqui estão alguns exemplos práticos para os três tópicos avançados mencionados:

1. Sustentabilidade Fiscal

- Regras fiscais no Brasil: A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), instituída pela Lei Complementar nº 101/2000, sucessivamente modificada pelas Leis Complementares nº 131/2009, 148/2014, 156/2016, 159/2017 e 178/2021, é um exemplo de como o Brasil busca garantir a sustentabilidade fiscal. Ela impõe limites à dívida pública, estabelece parâmetros para o controle de gastos e exige transparência na gestão fiscal, com o objetivo de evitar que os governos comprometam a capacidade futura de geração de receita por meio de endividamento excessivo.
- Estabilidade Orçamentária da União Europeia: O Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Europeia define limites para o déficit fiscal e a dívida pública dos países membros, com a intenção de garantir que a economia da zona do euro se mantenha fiscalmente sustentável. Os países devem manter o déficit abaixo de 3% do PIB e a dívida abaixo de 60% do PIB.

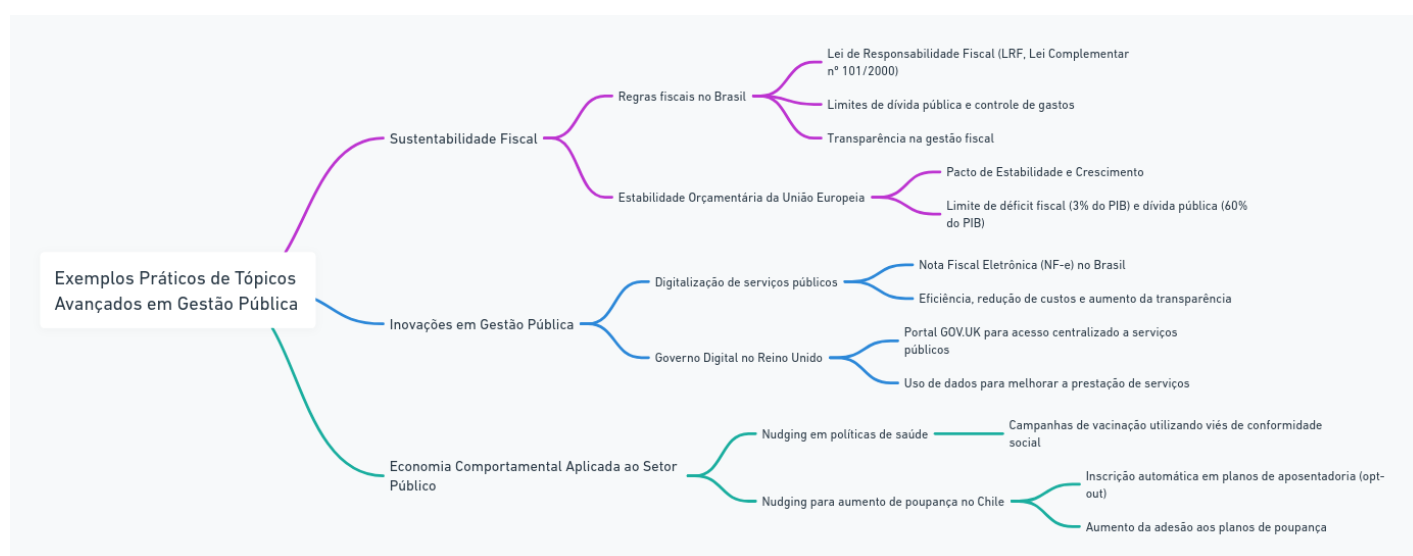
2. Inovações em Gestão Pública⁴³

- Digitalização de serviços públicos: A Receita Federal do Brasil implementou a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), permitindo que empresas emitissem documentos fiscais de forma digital, tornando o processo mais eficiente, reduzindo custos administrativos e aumentando a transparência.
- Governo Digital no Reino Unido: O GOV.UK, um portal online criado pelo governo britânico, reúne diversos serviços públicos em um único site, permitindo que cidadãos acessem facilmente informações sobre impostos, benefícios sociais e serviços de saúde. A plataforma também utiliza dados para melhorar a prestação de serviços e aumentar a eficiência da administração pública.

3. Economia Comportamental Aplicada ao Setor Público

- *Nudging* em políticas de saúde: O “*nudge*” tem sido usado em campanhas de saúde pública para promover comportamentos mais saudáveis. Por exemplo, campanhas para incentivar a adesão à vacinação, onde as mensagens são moldadas para aproveitar o viés de conformidade social, mostrando que muitas pessoas já estão vacinadas, para influenciar outros a seguir o mesmo comportamento.
- *Nudging* para aumento de poupança no Chile: O governo chileno utilizou o *nudge* para incentivar os cidadãos a pouparem mais para a aposentadoria. Uma estratégia comum foi a inscrição automática dos trabalhadores em planos de aposentadoria, com a opção de *opt-out*, o que aumentou significativamente a adesão aos planos de poupança.

Mapa Mental 24 - Exemplos



Fonte: Elaboração dos autores

⁴³ SANTOS, 2022.

QUESTÕES COMENTADAS

Banca Cesgranrio

1. CESGRANRIO - 2024 - BNDES - Analista - Economia (Manhã)

A política industrial é um conjunto coordenado de ações, envolvendo setor público e setor privado, visando a ampliar a competitividade da indústria. Essas ações podem representar medidas de política industrial horizontais e verticais.

Dentre as políticas industriais seguintes, qual delas é uma medida de política industrial vertical?

- A) Manutenção de um ambiente de crescimento com estabilidade de preços
- B) Subsídios à produção de produtos farmacêuticos para o consumo da população de baixa renda
- C) Investimentos na recuperação, no aprimoramento e na criação de infraestrutura física
- D) Melhora significativa dos padrões educacionais do país
- E) Maior integração e sinergia entre os sistemas de ciência básica e aplicada, orientados para o aparelhamento de um sistema nacional de inovação

Resolução:

A. Incorreta. Essa medida é um exemplo clássico de política industrial vertical, pois está direcionada a um setor específico da economia: a indústria farmacêutica. Políticas verticais são aquelas que focam em setores ou atividades econômicas específicas, com o objetivo de promover seu desenvolvimento, aumentar sua competitividade ou resolver problemas particulares desse segmento. No caso dos subsídios à produção de medicamentos, o governo está intervindo de forma direta para estimular a produção de um produto essencial (fármacos) e garantir seu acesso a uma parcela específica da população (pessoas de baixa renda). Essa ação é claramente setorial, pois não beneficia a economia como um todo, mas sim um segmento específico (a indústria farmacêutica) e um grupo social (a população de baixa renda). Além disso, os subsídios podem incluir incentivos fiscais, financiamentos a taxas reduzidas ou compras garantidas pelo governo, o que reforça o caráter direcionado e focalizado da medida. Portanto, essa alternativa está correta, pois se trata de uma política industrial vertical, que atua de forma específica em um setor e com um objetivo claro.

B. Correta. Essa medida é uma política vertical, pois está direcionada a um setor específico (indústria farmacêutica) e tem um objetivo claro: subsidiar a produção de medicamentos para atender a população de baixa renda. A política é focada em um segmento específico da economia, caracterizando-se como uma ação vertical.

C. Incorreta. Essa medida é uma política horizontal, pois a infraestrutura física (como estradas, portos e energia) beneficia todos os setores da economia, e não apenas um segmento específico. A melhoria da infraestrutura é uma condição geral que impacta positivamente a competitividade de toda a economia.

D. Incorreta. Essa medida é uma política horizontal, pois a educação é um fator que impacta todos os setores da economia, e não apenas um segmento específico. A melhoria dos padrões educacionais eleva a qualificação da mão de obra e a capacidade de inovação de forma ampla, beneficiando toda a sociedade e a economia.

E. Incorreta. Essa medida é uma política horizontal, pois a integração entre ciência básica e aplicada, visando à inovação, beneficia todos os setores da economia. A criação de um sistema nacional de inovação é uma condição geral que promove o desenvolvimento tecnológico e a competitividade de forma ampla, e não apenas em um setor específico.

Gabarito: Letra B

2. CESGRANRIO - 2024 - BNDES - Analista - Administração (Manhã)

Em diversos países, na atualidade, a política fiscal tem sido norteadada por regras relacionadas à variação real das receitas e despesas do setor público, com o objetivo de assegurar a sustentabilidade da dívida bruta do setor público (como proporção do PIB) no longo prazo. As seguintes regras podem caracterizar a política fiscal de uma economia em cada ano:

I – Limites para a variação real das despesas primárias.

II – Limites para a variação real das despesas com juros incidentes sobre o estoque total da dívida bruta do setor público, como proporção do PIB.

III – Meta para a obtenção de resultado fiscal primário.

IV – Fixação de nível máximo para o estoque total da dívida bruta do setor público, como proporção do PIB.

O regime fiscal brasileiro vigente, também conhecido como “novo arcabouço fiscal”, instituído pela Lei Complementar no 200/2023, contempla a(s) regra(s) prevista(s) em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

Resolução:

A política fiscal envolve o gerenciamento das receitas e despesas públicas para alcançar metas macroeconômicas, como o crescimento econômico, a estabilidade da inflação, a redução do desemprego e a sustentabilidade das finanças públicas. O novo arcabouço fiscal brasileiro, que substituiu o teto de gastos, foi projetado para equilibrar o controle das contas públicas com a retomada dos investimentos públicos, oferecendo maior flexibilidade em momentos de crise econômica. Esse modelo busca evitar a rigidez excessiva da política fiscal anterior, permitindo ao governo manter o investimento em áreas estratégicas sem comprometer a responsabilidade fiscal a longo prazo.

Dentre as regras estabelecidas pelo novo arcabouço fiscal, destacam-se o limite para o crescimento das despesas primárias e a meta de obtenção de um resultado primário. As despesas primárias englobam os gastos do governo, exceto os juros da dívida pública. O resultado primário é calculado como a diferença entre as receitas e as despesas primárias, ou seja, sem incluir os juros da dívida pública.

Análise dos itens:

- I. Correto. A lei do novo arcabouço fiscal define que o crescimento das despesas primárias estará limitado a um percentual da variação real da receita primária, com limites mínimos e máximos para esse crescimento.
- II. Incorreto. O novo arcabouço fiscal brasileiro não regula ou limita os juros da dívida pública.
- III. Correto. O novo arcabouço fiscal estabelece metas anuais para o resultado primário, com bandas de tolerância, visando ao equilíbrio fiscal.

- IV. Não há limite ou teto para o estoque da dívida pública em relação ao PIB no arcabouço fiscal. O controle das contas públicas é focado no controle das despesas e nas metas de resultado primário.

Gabarito: Letra C

3. CESGRANRIO - 2024 - CNU - Bloco 6 - Setores Econômicos e Regulação - tarde

A teoria microeconômica neoclássica admite, em casos excepcionais, a adoção de estímulos governamentais em prol do desenvolvimento econômico e social. Tais estímulos, como as subvenções e subsídios fiscais, são admitidos quando a existência de “falhas de mercado” faz com que os fluxos de investimentos privados sejam insuficientes para assegurar taxas de crescimento econômico sustentáveis e compatíveis com o bem-estar social, no longo prazo. Entre as atividades sujeitas a “falhas de mercado”, podem ser enquadradas, por exemplo, as associadas à pesquisa e ao desenvolvimento em ciência e tecnologia básica e outras atividades com características de “bens públicos”.

As atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), em ciência e tecnologia básica (C&T), são caracterizadas como um “bem público”, porque

- A) o risco de captura dos lucros decorrentes dessas atividades, por parte das empresas imitadoras rivais, torna altamente incerta a rentabilidade privada esperada das empresas inovadoras, fazendo com que os investimentos totais em C&T sejam efetivados em condições subótimas.
- B) os custos marginais privados de acesso aos resultados das atividades de C&T tendem ao infinito, por parte de empresas imitadoras rivais.
- C) os custos fixos iniciais envolvidos são muito elevados.
- D) as externalidades negativas são geradas no longo prazo.
- E) as atividades são altamente rentáveis para os setores governamentais.

Resolução:

A. Correta. Essa alternativa está correta. As atividades de P&D em C&T geram conhecimentos que podem ser facilmente copiados ou imitados por outras empresas (não exclusividade). Isso reduz a capacidade das empresas inovadoras de capturar todos os benefícios de seus investimentos, tornando a rentabilidade privada incerta. Como resultado, os investimentos privados em C&T tendem a ser insuficientes (subótimos), justificando a intervenção governamental por meio de subsídios ou subvenções.

B. Incorreta. Os custos marginais de acesso aos resultados das atividades de C&T não tendem ao infinito; na verdade, eles são geralmente baixos ou até zero, pois o conhecimento pode ser compartilhado e replicado sem custos adicionais significativos. Isso reforça a característica de não exclusividade dos bens públicos, mas não justifica a afirmação de que os custos marginais tendem ao infinito.

C. Incorreta. Embora os custos fixos iniciais das atividades de P&D possam ser elevados, isso não é uma característica exclusiva de bens públicos. Custos fixos altos são comuns em muitos setores, como infraestrutura e indústrias de capital intensivo, mas não definem por si só a natureza de um bem público.

D. Incorreta. As atividades de P&D em C&T geram externalidades positivas, pois os benefícios do conhecimento produzido se estendem a toda a sociedade, promovendo avanços tecnológicos e econômicos. Externalidades negativas estão associadas a impactos prejudiciais, como poluição, o que não é o caso aqui.

E. Incorreta. A rentabilidade para o setor governamental não é uma característica que define um bem público. Além disso, as atividades de P&D em C&T nem sempre são rentáveis para o governo, mas são essenciais para o desenvolvimento econômico e social, justificando a intervenção estatal.

Gabarito: Letra A

4. CESGRANRIO - 2024 - IPEA - Técnico de Planejamento e Pesquisa - Políticas Públicas e Desenvolvimento

Considere o texto sobre desigualdade de renda no Brasil.

Uma das características mais marcantes da economia brasileira é o seu elevado grau de desigualdade de renda, embora de comportamento variável. De fato, é possível identificar, durante o último quarto de século, três períodos com dinâmicas inteiramente distintas: (a) de 1981 a 1989, em que houve um contínuo crescimento do grau de desigualdade; (b) de 1989 a 1993, caracterizado por uma alta volatilidade e por um pico da desigualdade; e (c) de 1993 a 2005, marcado por um persistente declínio do grau de desigualdade. Nesse último longo período é possível destacar,

ainda, o último quinquênio (2001-2005) como um período de nítida aceleração na queda de desigualdade de renda, como mostram pesquisas do Ipea. FERREIRA, F. et al. Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil: uma atualização para 2005. In: BARROS, L. et al. (org.). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília, DF: Ipea, v. 1, 2006, p. 359. Adaptado.

No terceiro período mencionado no texto, identifica-se como um fator responsável pela redução da desigualdade de renda a(o)

- A) aceleração do processo inflacionário em todo o território nacional
- B) expansão educacional lenta da força de trabalho com alto retorno marginal
- C) expansão dos programas governamentais de transferência de renda
- D) divergência significativa entre rendas médias das áreas rurais e urbanas
- E) aumento da diferença de renda entre grupos educacionais distintos

Resolução:

A. Incorreto. A alta inflação tende a prejudicar mais as camadas de menor renda, pois essas famílias possuem menos meios para se proteger dos efeitos inflacionários, como acesso limitado a investimentos financeiros que preservam o poder de compra.

B. Incorreto. A elevação do nível educacional da população tende a reduzir as desigualdades, mas a alternativa mencionada refere-se à "expansão educacional lenta" com "alto retorno marginal", o que não está alinhado com os elementos centrais na explicação da redução das desigualdades apontada no texto.

C. Correto. Conforme destacado no texto, durante o período de redução da desigualdade, os programas de transferência de renda tiveram ampla abrangência, contribuindo significativamente para o aumento da renda das camadas mais pobres da sociedade.

D. Incorreto. Uma divergência significativa entre as rendas rurais e urbanas tenderia a aumentar a desigualdade, o que contraria o enunciado da questão. Se a desigualdade caiu, não faz sentido atribuir essa queda a uma crescente divergência entre as rendas dessas regiões.

E. Incorreto. O aumento da diferença de renda entre grupos com níveis educacionais distintos tende a agravar a desigualdade, e não a reduzi-la.

Gabarito: Letra C

5. CESGRANRIO - 2024 - IPEA - Técnico de Planejamento e Pesquisa - Políticas Públicas e Desenvolvimento

Tendo em vista as características da estrutura produtiva e o nível de renda per capita do Brasil na atualidade, o argumento teórico neoschumpeteriano que justifica a aplicação de instrumentos da política comercial para promover a reindustrialização e o desenvolvimento econômico brasileiro é baseado na

- A) existência de hiatos (gaps) tecnológicos significativos, em relação à fronteira tecnológica internacional
- B) existência de falhas de mercado
- C) necessidade de proteção da indústria nascente
- D) possibilidade de aplicação da tarifa ótima
- E) necessidade do uso de salvaguardas comerciais

Resolução:

A. Correta. A alternativa correta, pois esse argumento está alinhado com a abordagem neoschumpeteriana, que enfatiza a importância da inovação e da redução dos gaps tecnológicos para promover a reindustrialização e o desenvolvimento econômico. As demais alternativas, embora relevantes em outros contextos, não capturam o cerne do argumento neoschumpeteriano.

B. Incorreta. Embora as falhas de mercado sejam um argumento válido para justificar intervenções governamentais, elas não são o foco central da abordagem neoschumpeteriana. As falhas de mercado (como externalidades, assimetrias de informação e poder de monopólio) são mais associadas à teoria econômica convencional e à justificativa para políticas públicas em geral, mas não especificamente à política comercial no contexto neoschumpeteriano.

C. Incorreta. A proteção da indústria nascente é um argumento clássico da teoria do comércio internacional, associado a autores como Alexander Hamilton e Friedrich List. Embora esse argumento possa ser relevante para o desenvolvimento industrial, ele não é o principal foco da abordagem neoschumpeteriana, que prioriza a inovação e a dinâmica tecnológica. Além disso, a proteção da indústria nascente é mais associada a estágios iniciais de industrialização, enquanto o Brasil já possui uma base industrial consolidada, embora com desafios de competitividade.

D. Incorreta. A tarifa ótima é um conceito da teoria do comércio internacional que se refere ao nível de tarifa que maximiza o bem-estar de um país ao explorar seu poder de mercado no comércio global. Embora esse conceito seja relevante para a política comercial, ele não está diretamente relacionado à abordagem neoschumpeteriana, que enfatiza a inovação e a dinâmica tecnológica como motores do desenvolvimento econômico.

E. Incorreta. As salvaguardas comerciais são medidas temporárias que um país pode adotar para proteger sua indústria de aumentos súbitos nas importações que causem danos à produção doméstica. Embora essas medidas possam ser úteis em determinadas circunstâncias, elas não são o foco central da abordagem neoschumpeteriana, que prioriza a inovação e a redução dos hiatos tecnológicos como estratégias para o desenvolvimento econômico.

Gabarito: Letra A

6. CESGRANRIO - 2023 - Transpetro - Profissional Transpetro de Nível Superior - Junior: Ênfase 8: Comercialização e Logística - Comércio e Suprimentos

De acordo com o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás – IBP –, as participações governamentais atingiram um recorde de R\$ 129,9 bilhões em 2022, o maior nível dos últimos anos.

Dois componentes das participações governamentais relevantes para esse resultado foram

- A) royalties e retenção de área
- B) royalties e participação especial
- C) retenção de área e participação especial
- D) retenção de área e taxa de ocupação
- E) taxa de ocupação e royalties

Resolução:

A. Incorreto. A retenção de área não é um componente das participações governamentais. Ela se refere à manutenção de áreas contratadas pelas empresas para exploração, mas não gera receita direta para o governo. Portanto, essa alternativa está incorreta.

B. Correta. royalties e participação especial. Esses dois componentes são as principais fontes de arrecadação das participações governamentais no setor de petróleo e gás no Brasil, explicando o recorde de R\$ 129,9 bilhões em 2022. Os royalties são pagamentos obrigatórios calculados como um percentual sobre o valor da produção de petróleo e gás, representando a maior parte da arrecadação. Já a participação especial é uma cobrança adicional aplicada a campos com elevada produção ou alta rentabilidade, como os do pré-sal, sendo igualmente significativa. Outros componentes, como retenção de área e taxa de ocupação, têm impacto financeiro muito menor e não explicam o aumento expressivo da arrecadação. O recorde de 2022 foi impulsionado pela alta produção nacional e pelos preços elevados do petróleo no mercado internacional, que ampliaram substancialmente as receitas de royalties e participação especial, tornando-os os elementos mais relevantes das participações governamentais.

C. Incorreta. A retenção de área não tem relevância financeira suficiente para ser considerada um componente significativo no resultado mencionado.

D. Incorreta. A retenção de área e a taxa de ocupação não são componentes das participações governamentais. A taxa de ocupação é um valor pago pelas empresas para manter o direito de uso de áreas contratadas, mas não está diretamente relacionada à produção ou à rentabilidade dos campos. Portanto, essa alternativa está incorreta.

E. Incorreta. A taxa de ocupação, como explicado, não é um componente das participações governamentais. Embora os royalties sejam relevantes, a combinação com a taxa de ocupação torna essa alternativa incorreta.

Gabarito: Letra B

7. CESGRANRIO - 2022 - ELETROBRAS-ELETRONUCLEAR - Economista

Considere um setor que produza um bem, sob condições de monopólio, no Brasil.

Se o governo anunciar um aumento da tarifa aduaneira ad valorem de importação desse produto, comparativamente à situação vigente antes da mudança da tarifa, os efeitos serão

A) aumento do preço e da produção locais e redução das importações.

B) aumento do preço e da produção locais e aumento das importações.

C) aumento do preço local, redução da produção local e aumento das importações.

D) aumento do preço local, manutenção da produção local e redução das importações.

E) manutenção do preço e da produção locais e redução das importações.

Resolução:

Em uma situação de monopólio na produção de um bem no mercado doméstico, a oferta total desse bem é composta tanto pela produção interna quanto pelas importações a um dado preço. Com o aumento da tarifa de importação, o custo efetivo de importar o produto também aumenta, elevando o preço do bem importado no mercado interno. Isso, por sua vez, torna o produto importado mais caro para os consumidores locais.

O aumento do preço dos bens importados reduz a pressão concorrencial sobre a empresa monopolista, já que os consumidores têm menos opções de produtos estrangeiros a preços competitivos. Como o objetivo da empresa monopolista é maximizar seu lucro, ela tende a aumentar seu preço de venda, aproveitando a menor disponibilidade de alternativas no mercado. Além disso, a empresa deve ampliar sua produção, pois parte da demanda que antes seria direcionada aos bens importados passará a ser atendida pela produção doméstica.

Portanto, com a elevação do preço dos bens importados, resultante do aumento das tarifas de importação, a quantidade demandada de produtos estrangeiros diminui, levando à queda nas importações. Como resultado, ocorre um aumento nos preços e na produção dos bens locais, enquanto as importações se reduzem.

Gabarito: Letra A

8. CESGRANRIO - 2022 - ELETROBRAS-ELETRONUCLEAR - Economista

Definindo-se as receitas líquidas de impostos como a diferença entre o total de impostos arrecadados pelo governo e as transferências governamentais realizadas em determinado período, entende-se por saldo fiscal nominal nesse mesmo período a

A) diferença entre as receitas líquidas de impostos e os gastos primários do governo, acrescida das despesas de juros incidentes sobre a dívida pública

B) diferença entre as receitas líquidas de impostos e os gastos primários do governo

C) diferença entre as receitas de impostos e as transferências realizadas

D) diferença entre as receitas líquidas de impostos e as despesas anuais de juros incidentes sobre a dívida pública

E) soma dos gastos primários do governo e das despesas anuais de juros incidentes sobre a dívida pública

Resolução:

A. Correto. As receitas líquidas de impostos são a diferença entre o total de impostos arrecadados pelo governo e as transferências governamentais realizadas no período. Os gastos primários são as despesas do governo excluindo os juros da dívida pública. O saldo fiscal nominal é expresso pela diferença entre as receitas líquidas de impostos e os gastos primários do governo somado às despesas com juros sobre a dívida pública.

B. Incorreto. A diferença entre as receitas líquidas de impostos e os gastos primários do governo é o resultado primário, pois não inclui o juros. Logo, não se trata da definição de saldo nominal.

C. Incorreto. A diferença entre as receitas de impostos e as transferências realizadas é a receita líquida, e não o saldo nominal.

D. Incorreto. Essa definição ignora os gastos primários. Logo, não pode ser uma definição do saldo nominal.

E. Incorreto. A soma dos gastos primários do governo com as despesas anuais de juros sobre a dívida pública corresponde à despesa total, e não ao saldo nominal.

Gabarito: Letra A

9. CESGRANRIO - 2022 - ELETROBRAS-ELETRONUCLEAR - Economista

O conceito de transição energética atual está relacionado a grandes mudanças na matriz energética no mundo.

Essa transformação ocorre na direção de uma economia de

A) baixo carbono e menor pegada ambiental

B) baixo carbono e maior pegada ambiental

C) alto carbono e menor pegada ambiental

D) alto carbono e menor pegada hídrica

E) alto metano e menor pegada hídrica

Resolução:

A. Correta. Essa alternativa está correta. A transição energética atual busca promover uma economia de baixo carbono, ou seja, reduzir as emissões de CO₂ e outros gases de efeito estufa. Além disso, o objetivo é alcançar uma menor pegada ambiental, o que significa minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente, como a poluição, o desmatamento e a degradação dos ecossistemas. Essa alternativa reflete os principais pilares da transição energética: sustentabilidade e descarbonização.

B. Incorreta. Embora o conceito de baixo carbono esteja alinhado com a transição energética, a ideia de uma maior pegada ambiental contradiz os objetivos dessa transformação. A transição energética visa justamente reduzir os impactos ambientais, e não aumentá-los. Essa alternativa está incorreta.

C. Incorreta. Uma economia de alto carbono significa altas emissões de CO₂, o que é incompatível com a transição energética. Além disso, é contraditório associar altas emissões de carbono a uma menor pegada ambiental, já que o carbono é um dos principais responsáveis pelos impactos ambientais negativos.

D. Incorreta. Assim como na alternativa C, uma economia de alto carbono não está alinhada com a transição energética. Além disso, a pegada hídrica refere-se ao uso de água, e embora a redução do consumo de água seja importante, ela não é o foco central da transição energética, que prioriza a redução das emissões de carbono.

E. Incorreta. O metano é outro gás de efeito estufa, mas a transição energética não busca promover uma economia de alto metano. Pelo contrário, o objetivo é reduzir as emissões de todos os gases de efeito estufa, incluindo o metano. Além disso, a pegada hídrica, como mencionado anteriormente, não é o foco principal da transição energética.

Gabarito: Letra A

10. CESGRANRIO - 2019 - UNIRIO - Economista

Um bem público pode ser imediatamente identificado pelas suas características de não rivalidade e não exclusividade.

Sendo assim, é classificado como bem público o(a)

- A) transporte aéreo de passageiros
- B) serviço de telefonia celular
- C) serviço de segurança de um shopping center
- D) serviço de segurança oferecido pela polícia militar
- E) pesquisa e o desenvolvimento (P&D) no setor de telecomunicações

Resolução:

A. Incorreta. Embora os royalties sejam uma das maiores fontes de receita, a retenção de área tem peso financeiro muito reduzido e não contribui significativamente para o recorde mencionado.

B. Incorreta. O serviço de telefonia celular também é um bem privado, pois é rival (a capacidade da rede pode ser limitada) e exclusivo (apenas quem paga pelo serviço pode utilizá-lo). Portanto, essa alternativa está incorreta.

C. Incorreta. O serviço de segurança de um shopping center é um bem privado, pois é rival (a atenção dos seguranças pode ser limitada) e exclusivo (o serviço é direcionado aos frequentadores do shopping, que indiretamente pagam por ele). Portanto, essa alternativa está incorreta.

D. Correta. O serviço de segurança oferecido pela polícia militar é um bem público, pois é não rival (a segurança proporcionada a uma pessoa não reduz a segurança disponível para outras) e não exclusivo (todos os cidadãos usufruem da segurança pública, independentemente de contribuírem diretamente para seu custo). É um exemplo clássico de bem público, atendendo às características de não rivalidade e não exclusividade. As demais alternativas descrevem bens privados ou semipúblicos, que não se enquadram na definição de bem público. Portanto, essa alternativa está correta.

E. Incorreta. A pesquisa e desenvolvimento (P&D) no setor de telecomunicações pode gerar benefícios amplos, como avanços tecnológicos que são aproveitados por toda a sociedade. No entanto, os resultados do P&D podem ser patenteados e comercializados, o que os torna bens privados ou bens de clube (quando há exclusividade no acesso). Portanto, essa alternativa está incorreta.

Gabarito: Letra D

Banca FCC

1. FCC - 2023 - Copergás - PE - Analista Economista

No que se refere à promoção da mudança tecnológica, a pesquisa básica é um bem público. Essa afirmação implica que

A) as despesas com pesquisa e desenvolvimento para invenções ou inovações nunca foram fontes de externalidades.

B) as externalidades provenientes da pesquisa básica são tão grandes que podem ser consideradas um bem não-excludente e não rival.

C) se um agente adicional aproveitar-se dos benefícios gerados pela pesquisa básica, o custo marginal será sempre diferente de zero e positivo.

D) o fato de um agente adicional ser informado da descoberta básica subtrai o conhecimento do descobridor original, embora não afete seus lucros advindos dessa descoberta.

E) os mercados privados resultam em superoferta de pesquisa básica, assim como acontece com todos os bens públicos.

Resolução:

A característica básica de um **bem público** é a não exclusividade e a não rivalidade no consumo, ou seja, ninguém pode ser impedido de usá-lo, mesmo sem pagar por ele, e seu consumo por uma pessoa não reduz a disponibilidade para as demais.

O principal objetivo da **pesquisa básica** é expandir o conhecimento científico, sem foco imediato em aplicações comerciais. Por isso, seus resultados costumam ser amplamente compartilhados, contribuindo para o avanço da ciência e trazendo benefícios para toda a sociedade.

As **externalidades** podem ser positivas ou negativas, dependendo dos efeitos que uma atividade gera para terceiros sem que esses custos ou benefícios sejam necessariamente refletidos no mercado. Externalidades positivas, como a educação e a pesquisa básica, impulsionam o progresso e beneficiam a sociedade. Já as externalidades negativas, como a poluição industrial, impõem custos a terceiros sem compensação.

A. Incorreto. A afirmação é falsa. As despesas com pesquisa e desenvolvimento, tanto na pesquisa básica quanto na aplicada, geram externalidades. No caso da pesquisa básica, a externalidade positiva é alta, pois o conhecimento produzido é compartilhado e beneficia toda a sociedade.

B. Correto. O caráter não excludente e não rival da pesquisa básica a torna um bem público, pois gera externalidades positivas tão amplas que é impossível impedir o acesso ao conhecimento gerado, e seu uso por uma pessoa não reduz sua disponibilidade para outras.

C. Incorreto. O custo marginal para que mais uma pessoa aproveite os benefícios da pesquisa básica é zero, pois o conhecimento não se desgasta com o uso. Em outras palavras, o fato de alguém utilizar um conhecimento gerado pela pesquisa básica não implica custos adicionais.

D. Incorreto. É absurda a ideia de que o conhecimento gerado pela pesquisa básica é subtraído quando uma pessoa utiliza. O uso por outras pessoas não reduz a capacidade do descobridor original de usufruir da sua descoberta.

E. Incorreto. A oferta de pesquisa básica pelo setor privado é insuficiente, pois os agentes privados tendem a investir menos em bens públicos, já que não conseguem capturar totalmente os benefícios gerados e convertê-los em lucro. Essa limitação caracteriza uma falha de mercado, tornando essencial a atuação do Estado no financiamento da pesquisa básica.

Gabarito: Letra B

2. FCC - 2022 - SEFAZ-PE - Auditor Fiscal do Tesouro Estadual - Conhecimentos Gerais

Sobre as contas públicas para o segundo trimestre de 2022, publicadas pelo Tesouro Nacional (R\$ milhões – valores correntes), considere as informações seguintes:

	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Governo Geral
Receita total	772.485	336.748	259.032	1.093.215
Juros (receita)	86.607	5.164	7.763	83.217
Despesa total	897.279	333.677	233.626	1.189.532
Juros (despesa)	216.978	21.941	2.234	224.835

Com base nesses números:

A) aumentou a necessidade líquida de financiamento primária para os Governos Municipais.

B) o Governo Central teve resultado nominal positivo.

C) o Governo Geral teve resultado primário positivo.

D) aumentou a necessidade líquida de financiamento primária para os Governos Estaduais.

E) diminuiu a necessidade líquida de financiamento nominal para o Governo Central.

Resolução:

A. Incorreto. Para calcular a necessidade de financiamento primária dos Governos Municipais, devemos considerar o resultado primário, que corresponde à diferença entre receitas e despesas não financeiras (excluindo os juros).

A receita primária é obtida subtraindo os juros das receitas totais:
 $259.032 - 7.763 = 251.269$.

A despesa primária é calculada da mesma forma, subtraindo os juros das despesas totais: $233.626 - 2.234 = 231.392$.

O resultado primário, então, é a diferença entre a receita primária e a despesa primária: $251.269 - 231.392 = 19.877$.

Como o resultado primário é positivo em 19.877, há um superávit primário, o que significa que não houve aumento da necessidade de financiamento primária para os Governos Municipais. Portanto, a afirmação é falsa.

B. Incorreto. O resultado nominal é a diferença entre a receita total e a despesa total. A receita total do Governo Central é 772.485 e a despesa total é 897.279. Portanto, o resultado nominal = -124.794, ou seja, ocorreu um déficit nominal. Logo, é falso que o Governo Central teve resultado nominal positivo.

C. Correto. O resultado primário do Governo Geral é dado pela diferença entre receitas e despesas não financeiras (excluindo os juros), ou seja, a diferença entre a receita primária e a despesa primária.

A receita primária é obtida subtraindo os juros das receitas totais:
 $1.093.215 - 83.217 = 1.009.998$.

A despesa primária é calculada da mesma forma, subtraindo os juros das despesas totais: $1.189.532 - 224.835 = 964.697$.

Por fim, o resultado primário é a diferença entre a receita primária e a despesa primária: $1.009.998 - 964.697 = 45.301$.

Portanto, o resultado primário é positivo, representando um superávit primário.

D. Incorreto. Para calcular a necessidade de financiamento primária dos Governos Estaduais, devemos considerar o resultado primário, que corresponde à diferença entre receitas e despesas não financeiras (excluindo os juros).

A receita primária é obtida subtraindo os juros das receitas totais: $336.749 - 5.164 = 331.585$.

A despesa primária é calculada da mesma forma, subtraindo os juros das despesas totais: $333.677 - 21.941 = 311.736$.

O resultado primário é a diferença entre a receita primária e a despesa primária: $331.585 - 311.736 = 19.849$.

Como o resultado primário é positivo em 19.849, há um superávit primário, o que significa que não houve aumento da necessidade de financiamento primária para os Governos Estaduais. Logo, a afirmação da alternativa D é falsa.

E. Incorreto. Como vimos através dos cálculos na letra B, o Governo Central teve o resultado nominal = -124.794, ou seja, ocorreu um déficit nominal. Portanto, aumentou a necessidade de financiamento nominal do Governo Central.

Gabarito: Letra C

3. FCC - 2020 - AL-AP - Analista Legislativo - Economista

Considerando a teoria da tributação, é correto afirmar que

A) o princípio tributário do benefício implica a cobrança do tributo em grau proporcional ao benefício que o indivíduo auferir do consumo do bem público e que é facilmente observado em modalidades como o imposto de renda ou o imposto predial e territorial urbano.

B) a teoria da tributação ótima consiste em analisar como uma dada receita tributária pode ser arrecadada pelo governo a um mínimo custo para a sociedade, respeitando-se as preferências reveladas de cada indivíduo acerca de quanto contribuir com o financiamento do Estado.

C) a escolha da melhor combinação entre eficiência e equidade de um sistema tributário é uma questão objetiva que independe da opinião do avaliador ou da sociedade.

D) o princípio do benefício está associado à função alocativa, enquanto o princípio da capacidade de pagamento se relaciona mais claramente à função distributiva do Estado.

E) os conceitos de neutralidade e de progressividade do sistema tributário cumprem o mesmo objetivo econômico e social.

Resolução:

A. Incorreto. De fato, o **princípio do benefício** estabelece que os tributos devem ser proporcionais aos benefícios que o contribuinte recebe. No entanto, esse princípio não é aplicado no caso do imposto de renda e do IPTU. O imposto de renda é calculado com base na capacidade de pagamento do indivíduo, enquanto o IPTU é determinado pelo valor do imóvel.

B. Incorreto. O objetivo da **teoria da tributação ótima** é minimizar os custos sociais e maximizar o bem-estar coletivo, garantindo a arrecadação necessária de recursos. No entanto, essa teoria não se apoia nas preferências reveladas de cada indivíduo sobre quanto deseja contribuir. Diferentemente das escolhas de consumo em mercados de bens privados, onde as preferências podem ser reveladas pelas decisões de compra, no caso dos impostos, os indivíduos tenderiam a subestimar quanto estão dispostos a pagar, adotando um comportamento de "carona" (free rider). Por isso, a tributação ótima é baseada em critérios objetivos, como a capacidade de pagar e os efeitos sobre a eficiência econômica, em vez de depender das preferências individuais.

C. Incorreto. A combinação entre eficiência, que busca minimizar distorções econômicas, e equidade, voltada à justiça social, depende dos valores e prioridades de cada sociedade. Alguns países podem dar maior importância à eficiência, adotando sistemas tributários menos progressivos, enquanto outros podem priorizar a equidade, implementando estruturas tributárias mais distributivas.

D. Correto. O princípio do benefício está relacionado à função alocativa, pois seu objetivo é alocar recursos públicos de forma eficiente, garantindo que aqueles que mais utilizam os serviços públicos contribuam proporcionalmente, como no caso dos

pedágios. Por outro lado, o princípio da capacidade de pagamento está associado à função distributiva, buscando reduzir as desigualdades por meio da redistribuição de renda, geralmente realizada por meio de impostos progressivos.

E. Incorreto. A neutralidade tributária e a progressividade não têm o mesmo objetivo econômico e social. Enquanto a neutralidade se concentra na eficiência, visando minimizar distorções na alocação de recursos, a progressividade tem como foco a promoção da equidade social e a redistribuição de renda.

Gabarito: Letra D

4. FCC - 2020 - AL-AP - Analista Legislativo - Economista

De acordo com a teoria das finanças públicas,

A) na presença de um monopólio natural, é social e estritamente preferível que o Estado se responsabilize diretamente pela produção do bem ou serviço sujeito a retornos crescentes à escala, evitando-se a criação de monopólios privados com tendência a praticar preços abusivos.

B) a existência de bens públicos conforma uma falha de mercado que justifica a intervenção do Estado nos mercados, na medida em que a natureza rival (ou indivisível) deste tipo de bem acarreta uma suboferta do mesmo pelos mecanismos de mercado.

C) o teorema do orçamento equilibrado estabelece que um aumento nos gastos, financiado inteiramente por meio de maior arrecadação, gera efeitos negativos sobre a atividade econômica, servindo como base teórica para a defesa de déficits fiscais sistemáticos.

D) o financiamento de um déficit público nominal pode ser feito ilimitadamente por meio de emissão de títulos da dívida pública, mesmo que o governo perca controle sobre as contas públicas.

E) a ocorrência de desemprego e inflação constitui falha de mercado que justifica a intervenção estatal na economia por meio da função estabilizadora da política econômica, acarretando, como resultado do sucesso da mesma, a geração de externalidades positivas como estabilidade de preços e elevação do nível de renda.

Resolução:

A. Incorreto. O monopólio natural ocorre quando os custos médios de produção diminuem à medida que a escala aumenta, tornando inviável a concorrência entre várias empresas, como nos casos de serviços de energia elétrica e abastecimento de água. Nessa situação, a intervenção do Estado é recomendada. No entanto, isso não significa que o Estado precise produzir diretamente o bem ou serviço. Ele pode regulamentar monopólios privados por meio de agências reguladoras, firmar parcerias público-privadas ou conceder a exploração a empresas privadas. A produção estatal pode ser preferível em situações específicas, como na produção de tecnologias de defesa nacional, em setores estratégicos para a segurança do país ou em casos onde o investimento privado é insuficiente para atender ao interesse público, como em projetos de infraestrutura em áreas remotas ou de baixo retorno financeiro. Contudo, essa não é uma regra geral.

B. Incorreto. De fato as falhas de mercado justificam a intervenção estatal. Entretanto, a característica básica dos bens públicos é a não rivalidade e a não exclusividade, ou seja, uma pessoa pode utilizá-los sem reduzir sua disponibilidade para os outros, e ninguém pode ser excluído de seu uso, mesmo que não pague por eles. A alternativa afirma que os bens públicos são rivais, o que é incorreto.

C. Incorreto. O **teorema do orçamento equilibrado** estabelece que um aumento nos gastos públicos quando financiado por um aumento igual nos tributos, terá um efeito positivo sobre a demanda agregada igual ao valor do aumento dos gastos, visto que o multiplicador fiscal do orçamento equilibrado é igual a 1. Além disso, o teorema de forma alguma está ligado com a defesa de déficits fiscais sistemáticos.

D. Incorreto. Embora o déficit público possa ser financiado por meio da emissão de títulos, essa prática não é sustentável de forma ilimitada devido aos seus potenciais impactos econômicos, como o aumento da dívida pública e dos juros, além das restrições impostas pelas leis de controle fiscal.

E. Correto. A função estabilizadora do Estado refere-se à utilização de políticas econômicas, como a política fiscal e monetária, para estabilizar a economia, reduzir o desemprego, controlar a inflação e promover o crescimento econômico. Quando essas políticas são bem-sucedidas, geram externalidades positivas, como a estabilidade dos preços, a redução do desemprego e o fortalecimento da economia como um todo.

Gabarito: Letra E

5. FCC - 2019 - SEFAZ-BA - Auditor Fiscal - Administração, Finanças e Controle Interno - Prova II

Considere um programa de combate ao *aedes aegypti* em uma determinada região. Com base nos conceitos de bens públicos e privados, esse programa

- A) se beneficia da condição de não haver o efeito carona.
- B) tem a característica de um bem rival.
- C) tem sua efetividade dificultada, tendo em vista que a ele se aplica à condição de exclusividade.
- D) tem como ser realizado na condição de um bem privado, por conter as características básicas deste.
- E) é não rival e não exclusivo.

Resolução:

A. Incorreto. O efeito carona ocorre quando um indivíduo se beneficia de um bem ou serviço sem contribuir diretamente para seu custo. No caso do combate ao *Aedes aegypti*, o programa utiliza esse efeito de forma positiva para alcançar maior efetividade, pois mesmo aqueles que não participam ativamente acabam se beneficiando das ações de prevenção. Assim, é falso afirmar que o programa depende da ausência desse efeito.

B. Incorreto. Um bem rival é aquele em que o consumo por um indivíduo reduz a disponibilidade para outros. No caso do programa em questão, ele é não rival, pois o combate ao mosquito mantém sua eficácia independentemente do número de pessoas que se beneficiam dele.

C. Incorreto. A exclusividade refere-se à possibilidade de impedir que outras pessoas utilizem ou se beneficiem de um determinado bem. No programa em questão, não há exclusividade, pois qualquer pessoa ou comunidade pode ser beneficiada por suas ações.

D. Incorreto. O programa em questão não apresenta as características de um bem privado, mas sim de um bem público, caracterizado pela não rivalidade e não exclusividade. Isso ocorre porque não é possível restringir o benefício da redução na transmissão, e o consumo por um indivíduo não reduz o benefício disponível para os demais.

E. Correto. O programa em questão é um bem público, caracterizado pela não rivalidade e não exclusividade. Assim, todos os moradores da área se beneficiam da redução do mosquito, e esse benefício não diminui conforme o número de pessoas que o aproveitam.

Gabarito: Letra E

6. FCC - 2019 - AFAP - Analista de Fomento - Crédito

A análise das necessidades de financiamento do setor público pode deixar de considerar a informação do cálculo do resultado operacional se

- A) o efeito inflacionário for considerado irrelevante.
- B) os juros no país se situarem no nível daqueles praticados nos países industrializados.
- C) o sistema financeiro não tiver condição de absorver a dívida pública.
- D) o resultado primário for maior que o resultado nominal.
- E) a taxa de juros implícita corresponder à taxa média de juros nominal incidente sobre a Dívida Líquida do Setor Público.

Resolução:

O resultado operacional ajusta o efeito da inflação sobre os juros pagos pelo governo. Em países com altas taxas de inflação, esse ajuste é essencial, pois a dívida pública nominal pode aumentar apenas devido à inflação, sem que haja déficits reais.

O resultado nominal é calculado como a diferença entre as receitas totais, sejam elas tributárias ou financeiras, e as despesas totais, incluindo os juros da dívida pública, mas não considera a correção inflacionária.

Já o resultado primário é a diferença entre as receitas e despesas não financeiras, ou seja, exclui as despesas com juros.

A. Correto. Como o resultado operacional ajusta o resultado nominal ao incorporar o efeito da inflação sobre a dívida pública, em contextos onde o impacto inflacionário for considerado insignificante, é possível simplificar a análise, focando apenas no resultado nominal e no resultado primário, sem a necessidade de calcular o resultado operacional.

B. Incorreto. Os juros normalmente baixos em países industrializados não eliminam necessariamente a necessidade de calcular o resultado operacional, especialmente se a inflação nesses países for significativa. O ajuste inflacionário feito pelo resultado operacional não está condicionado ao nível da taxa de juros, mas sim ao grau de inflação presente na economia.

C. Incorreto. A incapacidade do sistema financeiro de absorver a dívida pública está ligada ao financiamento do déficit fiscal, mas não descarta a necessidade de calcular o resultado operacional, cuja importância varia de acordo com o grau de inflação na economia.

D. Incorreto. Assim como na alternativa anterior, isso não dispensa a importância de calcular o resultado operacional, caso o efeito inflacionário tenha impacto significativo na economia.

E. Incorreto. Como já explicado nas alternativas anteriores, a equivalência entre as taxas de juros não eliminam a necessidade de calcular o resultado operacional.

Gabarito: Letra A

7. FCC - 2019 - AFAP - Analista de Fomento - Crédito

Um exemplo de materialização da função estabilizadora do governo é dada

A) pelo provimento de bens meritórios.

B) pela redistribuição de renda por meio da política fiscal.

C) pela condução da política monetária.

D) pela produção de bens públicos.

E) pela fixação de impostos progressivos.

Resolução:

A função estabilizadora é uma das funções típicas do Estado, voltada para garantir a estabilidade macroeconômica por meio do controle da inflação, redução do desemprego, promoção do crescimento econômico sustentável e a busca pelo equilíbrio nos mercados. Para alcançar esses objetivos, o Estado utiliza diversas políticas econômicas, como a política monetária, a política fiscal e a política cambial.

A. Incorreto. Os bens meritórios são bens e serviços que o governo oferece ou subsidia porque considera que a oferta de mercado é insuficiente ou inadequada. Esses bens são considerados desejáveis para o bem-estar da sociedade, como educação, saúde e vacinação. A oferta desses bens pelo governo está relacionada à sua função alocativa, que tem como objetivo corrigir falhas de mercado e promover uma distribuição mais eficiente de bens e serviços essenciais.

B. Incorreto. A distribuição de renda está mais relacionada à função distributiva do governo, que visa reduzir desigualdades por meio de políticas econômicas, como impostos progressivos e transferências sociais.

C. Correto. A política monetária é uma das ferramentas mais importantes para a função estabilizadora da economia, pois pode ser utilizada para controlar a inflação, reduzir flutuações econômicas, estimular ou conter o crescimento econômico e influenciar variáveis como a oferta de crédito, consumo, câmbio e investimento, por exemplo.

D. Incorreto. A provisão de bens públicos está mais diretamente ligada à função alocativa do governo, pois busca corrigir falhas de mercado na alocação eficiente de recursos, garantindo que bens não rivais e não excludentes (bens públicos) sejam oferecidos.

E. Incorreto. A adoção de impostos progressivos relacionada à função distributiva do governo, visto que seu objetivo é promover a redistribuição de renda, cobrando proporcionalmente mais de quem possui maior capacidade de pagamento.

Gabarito: Letra C

8. FCC - 2019 - AFAP - Analista de Fomento - Crédito

Uma situação passível de consideração na análise dos tipos de bens é a figura do “carona”. Ele

A) estimula a produção de bens públicos.

B) existe quando os bens são exclusivos.

C) dificulta a oferta eficiente de bens pelos mercados.

D) não é passível de solução.

E) é uma característica inerente aos bens privados.

Resolução:

O efeito carona ocorre quando os indivíduos se beneficiam de um bem ou um serviço sem pagar por ele.

A. Incorreto. É falso afirmar que o efeito carona estimula a produção de bens públicos. Na realidade, esse efeito dificulta a provisão desses bens, pois a possibilidade de os usuários consumirem sem pagar reduz o incentivo para que os produtores privados os ofereçam. Como os benefícios dos bens públicos são compartilhados por toda a sociedade e não podem ser facilmente cobrados individualmente, o setor privado enfrenta dificuldade em obter retornos financeiros adequados, o que justifica a necessidade de intervenção estatal.

B. Incorreto. Nesse caso de bem exclusivo, é possível impedir o consumo por parte de quem não paga. Portanto, a exclusividade tende a reduzir ou eliminar o problema do carona.

C. Correto. O efeito carona é um dos principais problemas dos bens públicos, dificultando sua oferta eficiente pelo mercado privado, pois os produtores não conseguem cobrar de todos os beneficiários. Como resultado, o setor privado não tem incentivos para oferecer esses bens em quantidade suficiente, o que justifica a intervenção do governo para garantir a provisão desses bens.

D. Incorreto. O efeito carona pode ser reduzido pela intervenção estatal por meio de mecanismos como a tributação, a concessão de subsídios, a regulamentação, e, em alguns casos, através de parcerias público-privadas para garantir o fornecimento de bens públicos.

E. Incorreto. O efeito carona não ocorre em bens privados devido à sua natureza exclusiva e rival. A exclusividade impede que uma pessoa consuma o bem sem pagar por ele. Já nos bens públicos, caracterizados pela não exclusividade e não rivalidade, o efeito carona é comum, pois as pessoas podem se beneficiar do bem sem contribuir diretamente para o seu financiamento.

Gabarito: Letra C

9. FCC - 2019 - AFAP - Analista de Fomento - Crédito

Uma das questões habitualmente referidas no contexto das finanças públicas é a chamada Lei de Wagner. Formulada de forma simples [significa que] a procura por bens e serviços fornecidos pelo Estado é elástica em relação ao rendimento. Isso implicaria que a despesa pública poderia ser tratada como um resultado, ou um fator endógeno, e não, por exemplo, uma causa do crescimento do rendimento nacional.

(Adaptado de: PEREIRA, Paulo Trigo; AFONSO, António; ARCANJO, Manuela; SANTOS, José Carlos Gomes. Economia e Finanças Públicas. 5.ed. revisada e atualizada. Lisboa: Escolar, 2016. p. 175/176)

Dito de outra forma, os autores expressam que

- A) o endividamento público é indutor do crescimento
- B) as famílias deveriam buscar menos serviços públicos.
- C) países desenvolvidos tem menor procura por bens e serviços públicos.
- D) o gasto público cresce com o rendimento das famílias.
- E) a despesa pública é um fator exógeno à análise.

Resolução:

A **Lei de Wagner** estabelece que, à medida que a economia cresce e a renda nacional aumenta, a demanda por bens e serviços públicos tende a crescer proporcionalmente ou mais que proporcionalmente, apresentando uma demanda elástica em relação à renda. Isso implica que a despesa pública é elástica em relação ao crescimento econômico, o que leva a um aumento dos gastos públicos conforme a economia se expande. Portanto, nessa perspectiva, o crescimento dos gastos públicos é visto como um fator endógeno, resultante do próprio processo de crescimento econômico.

A. Incorreto. A Lei de Wagner não considera o endividamento público como o principal motor do crescimento econômico, mas sim que o crescimento econômico impulsiona uma maior demanda por bens e serviços públicos, resultando no aumento dos gastos públicos.

B. Incorreto. A ideia da Lei de Wagner é justamente o oposto, pois estabelece que, com o aumento da renda, a demanda por bens e serviços públicos cresce, podendo ocorrer de forma proporcional ou mais que proporcional.

C. Incorreto. Segundo essa lei, os países desenvolvidos, por possuírem um maior nível de renda, tendem a apresentar uma maior demanda por bens e serviços públicos.

D. Correto. Essa alternativa descreve corretamente a Lei de Wagner, que estabelece que a despesa pública é elástica em relação à renda, ou seja, os gastos públicos tendem a crescer proporcionalmente ou mais que proporcionalmente conforme a renda nacional aumenta.

E. Incorreto. A Lei de Wagner considera a despesa pública como um fator endógeno resultante do crescimento econômico.

Gabarito: Letra D

10. FCC - 2019 - AFAP - Analista de Fomento - Economista

Conforme dados do Banco Central do Brasil, as necessidades de financiamento do setor público, em fluxo de 12 meses na posição de abril de 2018, apresentaram resultado nominal de R\$ 499.255 milhões e resultado primário de R\$ 118.397 milhões. Com isso,

A) a diferença entre os resultados nominal e primário corresponde aos juros reais.

B) os juros reais superaram os juros nominais.

C) o resultado operacional foi superior ao resultado nominal.

D) no resultado primário estão adicionados os juros nominais.

E) no período o setor público apresentou déficit.

Resolução:

A. Incorreto. A diferença entre o resultado nominal e o resultado primário corresponde aos juros nominais pagos pelo setor público.

B. Incorreto. Os juros reais não superam os juros nominais, pois os juros nominais incluem o componente inflacionário. Assim, quando há inflação, os juros reais são sempre menores que os juros nominais.

C. Incorreto. Em condições normais, principalmente em um cenário de inflação moderada, o resultado operacional tende a ser inferior ao resultado nominal.

D. Incorreto. Os resultados primários exclui as receitas e despesas financeiras, ou seja, exclui os juros da análise.

E. Correto. Um resultado positivo no cálculo da necessidade de financiamento do setor público significa que as despesas excedem as receitas, criando um déficit. Portanto, o resultado positivo nas necessidades de financiamento expressa um déficit público.

Gabarito: Letra E

Banca Vunesp

1. VUNESP - 2023 - CAMPREV - SP - Economista

A televisão por assinatura difere da televisão aberta, pois, enquanto essa última é um bem público, a primeira é um bem:

A) não rival e excludente.

B) rival e não excludente.

C) não rival e meritório.

D) rival e excludente.

E) excludente e meritório.

Resolução:

Os **bens públicos** possuem duas características fundamentais: não rivalidade e não exclusão. A não rivalidade significa que o consumo por uma pessoa não reduz a disponibilidade de outra pessoa consumir também e a não exclusão decorre do fato de que é impossível ou muito custoso excluir alguém do consumo desse bem. Exemplos de bens públicos: iluminação pública, segurança pública, faróis em rodovias ou mar, dentre outros.

Os **bens privados** são rivais e excludentes. São rivais porque o consumo por uma pessoa reduz a disponibilidade para outra e excludentes porque é possível restringir o acesso ao bem, seja por cobrança ou barreiras físicas. Exemplos: comida, roupa, automóveis, dentre outros.

Os **bens de clube** são não rivais e excludentes. Isso significa que o consumo por uma pessoa não reduz a disponibilidade de consumo de outra e é possível impedir o consumo através de cobrança. Exemplos: tv por assinatura, academias, serviços de streaming, dentre outros.

A. Correta. A TV por assinatura é um bem não rival, visto que uma pessoa assistir não impede de outra assistir ao mesmo tempo. Além disso, também é excludente, pois somente quem paga pela assinatura tem acesso ao serviço.

B. Incorreta. No caso do Ben rival, o consumo por parte de uma pessoa reduz a disponibilidade para outra, o que não ocorre na TV por assinatura. Além disso, a TV por assinatura é excludente, visto que é necessário pagar para ter acesso ao serviço.

C. Incorreta. De fato é não rival, entretanto não é um bem meritório. Bens meritórios são aqueles que geram benefícios sociais (externalidades positivas) e que normalmente recebem incentivos do governo, o que não é o caso da TV por assinatura. Exemplos de bens meritórios são saúde, educação, cultura, dentre outros.

D. Incorreta. Como já explicado anteriormente, não se trata de um bem rival. De fato é um bem excludente.

E. Incorreta. Basta conferir as explicações anteriores para entender que não é um bem meritório.

Gabarito: Letra A

2. VUNESP - 2022 - Prefeitura de São José dos Campos - SP - Analista Previdenciário - Economia

Considere as seguintes ações do governo: construção de uma ferrovia; aumento da taxa de juros em função de alta na inflação; criação de um programa social de renda mínima. As funções do Estado presentes em cada uma delas são, respectivamente, as funções:

A) distributiva, alocativa e estabilizadora.

B) alocativa, distributiva e estabilizadora.

C) distributiva, estabilizadora e alocativa.

D) alocativa, estabilizadora e distributiva.

E) estabilizadora, alocativa e distributiva.

Resolução:

As funções alocativa, estabilizadora e distributiva são as funções econômicas típicas do Estado.

A **função alocativa** diz respeito à oferta de bens e serviços públicos e as correções de falhas de mercado, ou seja, é a atuação do governo para alocar recursos de forma eficiente, principalmente em setores em que o mercado falha em suprir essas necessidades como infraestrutura, pesquisa de base, dentre outros.

A **função estabilizadora** diz respeito à regulação da economia para garantir a estabilidade macroeconômica. Trata-se da utilização de políticas econômicas para controle da inflação, estímulo ao crescimento econômico, combate ao desemprego, equilíbrio do balanço de pagamento, entre outros.

A **função distributiva** diz respeito à atuação do estado para redução das desigualdades sociais através de políticas de distribuição de renda e criação de oportunidades no mercado de trabalho. Alguns exemplos são programas sociais, subsídios, tributação progressiva dentre outros.

A construção de uma ferrovia cria uma infraestrutura importante para o país, facilitando o transporte e o desenvolvimento econômico. Isso reflete a função alocativa do governo, que busca oferecer serviços essenciais para a sociedade.

O aumento da taxa de juros é uma política monetária usada para controlar a inflação. Essa medida está ligada à função estabilizadora do governo, que busca manter a economia estável.

A criação de um programa de renda mínima é uma política pública voltada a reduzir desigualdades. Isso se relaciona à função distributiva do governo, que busca promover mais justiça social.

Gabarito: Letra D

3. VUNESP - 2022 - Prefeitura de São José dos Campos - SP - Analista Previdenciário - Economia

Com relação à classificação entre bens públicos e privados, os combustíveis são

- A) públicos, uma vez que são fornecidos por uma empresa pública.
- B) privados, uma vez que são fornecidos por uma empresa que é uma sociedade anônima.
- C) públicos, já que o seu preço afeta os demais preços.
- D) privados, já que o consumidor os adquire nos postos, que são privados.
- E) privados, pois são rivais e excludentes.

Resolução:

A classificação de um bem como bem público ou privado independe do tipo de empresa que fornece esse bem (pública ou privada), mas sim das características intrínsecas do bem em questão.

A. Incorreto. A classificação do bem não depende da empresa que o fornece.

B. Incorreto. Assim como na alternativa anterior, a natureza jurídica da empresa não define o bem como público ou privado.

C. Incorreto. O fato de que o preço dos combustíveis impacta o preço de outros bens na economia não o torna um bem público.

D. Incorreto. Embora os postos sejam privados, a explicação está incorreta, pois o fato de pertencerem a empresas privadas não define automaticamente o bem em questão como privado. A classificação depende da natureza do bem, e não de quem o fornece.

E. Correto. O combustível é considerado um bem privado porque possui as características de rivalidade e exclusão. Ele é rival porque, ao ser consumido por uma pessoa, reduz a quantidade disponível para outras. Além disso, é excludente, já que seu acesso pode ser restringido por cobrança ou outras barreiras. Assim como comida, roupas e automóveis, o combustível se enquadra nessa categoria.

Gabarito: Letra E

4. VUNESP - 2022 - Prefeitura de Piracicaba - SP - Economista

Quanto à classificação da receita pública, receitas correntes são receitas

A) derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e venda de ativos.

B) oriundas das atividades operacionais, visando à consecução dos objetivos constantes dos programas e ações do governo.

C) que não constam na Lei Orçamentária Anual e compreendem as entradas de caixa ou créditos de terceiros que o Estado tem a obrigação de devolução ou recolhimento.

D) que decorrem de saída de itens do ativo ou entrada de obrigações no passivo.

E) provenientes do patrimônio público, ou seja, o Estado obtém receitas através de seu patrimônio, bens e direitos, colocados à disposição da sociedade.

Resolução:

Na classificação da receita pública, destacam-se três categorias principais: receitas correntes, receitas de capital e receitas extraorçamentárias.

As **receitas correntes** são aquelas que não aumentam o patrimônio líquido do governo, sendo utilizadas para financiar despesas relacionadas à manutenção das atividades governamentais, conhecidas como despesas correntes.

As **receitas de capital** são aquelas que aumentam o patrimônio líquido do governo, como empréstimos, alienação de bens e amortização de empréstimos.

As **receitas extraorçamentárias** são aquelas que não constam na Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo entradas temporárias que o governo tem a obrigação de devolver, como cauções e depósitos em garantia.

A. Incorreto. A descrição seria mais compatível com as receitas de capital, não com as receitas correntes.

B. Correto. As receitas correntes são arrecadadas a partir das atividades operacionais (impostos, taxas, contribuições e outras fontes de arrecadação regular). Essas receitas são destinadas a cobrir as despesas correntes, que incluem gastos com manutenção de serviços públicos, pagamento de salários, encargos sociais, materiais de consumo e outras ações ou programas voltados para o funcionamento contínuo da administração pública.

C. Incorreto. Essa descrição seria mais compatível com o conceito de receitas extraorçamentárias, que não entram na LOA.

D. Incorreto. Assim como na letra A, essa descrição é mais compatível com o conceito de receita de capital, como a alienação de bens (saída do ativo), por exemplo.

E. Incorreto. A descrição é mais compatível com as receitas patrimoniais, que é um subconjunto das receitas correntes. As receitas correntes incluem diferentes tipos de receitas que o governo arrecada de forma regular para financiar despesas de manutenção e operação, e as receitas patrimoniais estão entre essas categorias.

Gabarito: Letra B

O governo apresentou, em determinado ano, superávit primário de \$100 milhões, porém um déficit nominal de \$200 milhões. Sabendo que a dívida pública totaliza \$1,5 bilhão, qual foi a taxa de juros paga pelo serviço dessa dívida?

- A) 10%.
- B) 15%.
- C) 20%.
- D) 25%.
- E) 30%.

Resolução:

A **dívida pública** corresponde ao estoque total de obrigações que o governo tem com seus credores. O **superávit (ou déficit) primário** é o resultado das receitas menos as despesas sem considerar o pagamento de juros da dívida. Se as receitas são maiores que as despesas, sem considerar o pagamento dos juros, tem-se um superávit primário; se for menor, tem-se um déficit primário. O **déficit nominal** é a diferença entre as receitas e despesas considerando os gastos com juros. Portanto:

$$\text{Resultado nominal} = \text{receitas totais (incluso os juros)} - \text{despesas totais}$$

Como se trata de um déficit, significa que as despesas são maiores que as receitas. Além disso, podemos expressar o resultado nominal como:

$$\text{Resultado nominal} = \text{resultado primário} - \text{despesas com juros}$$

Como temos

- Superávit primário = 100 milhões
- Déficit nominal = 200 milhões
- Dívida pública total = 1,5 bilhão

Portanto, o resultado nominal é igual a -200 milhões de reais (negativo pois se trata de um déficit), o resultado primário é 100 milhões de reais (positivo por ser um superávit). Podemos então calcular as despesas com juros manipulando a fórmula resultado nominal = resultado primário - despesas com juros. Portanto, temos:

$$-200 = 100 - X$$

$$-200 - 100 = -X$$

$$- 300 = -X (-1)$$

$$X = 300$$

Portanto, o gasto com juros foram 300 milhões de reais. Para calcular a taxa de juros paga pelo serviço dessa dívida basta dividir as despesas com juros pela dívida pública total. Logo,

$$\text{Taxa de juros} = \frac{300 \text{ milhões}}{1,5 \text{ bilhão}} = \frac{300}{1500} = 0,2 \text{ (ou 20\%)}$$

Portanto, a taxa de juros paga a serviço da dívida é 20%.

Gabarito: Letra C

6. VUNESP - 2022 - Prefeitura de Piracicaba - SP - Economista}

São exemplos de bens públicos, no conceito econômico:

- A) sinal de TV aberta, combustíveis, peixes em um rio.
- B) energia elétrica, combustíveis, gás encanado.
- C) peixes em um rio, energia elétrica, alimentos da cesta básica.
- D) combustíveis, estrada com pedágio, iluminação pública.
- E) Iluminação pública, sinal de TV aberta, estrada sem pedágio e congestionamento.

Resolução:

A. Incorreto. Sinal de tv aberta é uma bem público, pois é não rival e não excludente. Entretanto, combustíveis são bens privados, pois são rivais e excludentes, ou seja, o consumo por uma pessoa impede ou reduz a quantidade disponível para outra (rivalidade), e seu uso pode ser restringido por meio de preços ou outras formas de controle de acesso (excludência). Os peixes são bens de recursos comuns, pois são rivais e não excludentes, ou seja, a pesca de um peixe por uma pessoa reduz a quantidade disponível para outras (rivalidade), mas não é possível impedir que indivíduos tenham acesso ao recurso, considerando que as águas são de livre acesso (não excludência).

B. Incorreto. Energia elétrica, combustíveis e gás encanado são bens privados visto que possuem as características de rivalidade e excludência, conforme já explicado nas alternativas anteriores.

C. Incorreto. Como já explicado, peixes são bens de recurso comum; energia elétrica e alimentos da cesta básica são bens privados.

D. Incorreto. Iluminação pública é um bem público. Entretanto, o combustível é um bem privado e a estrada com pedágio é um bem de clube, pois é não rival (até certo ponto, desde que não haja congestionamento), mas é excludente, visto que o acesso pode ser limitado apenas àqueles que pagam o pedágio.

E. Correto. As características fundamentais dos bens públicos são serem não rivais e não excludentes, ou seja, o consumo por uma pessoa não reduz a disponibilidade para outras (não rivalidade) e ninguém pode ser impedido de usá-las (não excludência). É o caso da iluminação pública, do sinal de TV aberta e de estradas sem pedágio e sem congestionamento (em situações de congestionamento, a rivalidade passa a existir).

Gabarito: Letra E

7. VUNESP - 2022 - Prefeitura de Sorocaba - SP - Economista I

O resultado operacional do governo foi deficitário em \$ 100 milhões. As despesas correntes do governo totalizaram \$ 800 milhões e as receitas \$ 900 milhões. Os juros pagos sobre a dívida pública foram de 20% e a taxa de inflação foi de 10%. O montante da dívida pública é aproximadamente:

A) \$ 100 milhões.

B) \$ 200 milhões.

C) \$ 1 bilhão.

D) \$ 2 bilhões.

E) não há dívida.

Resolução:

Calculamos o resultado operacional através da fórmula:

$$\text{Resultado operacional} = \text{receitas} - \text{despesas correntes}$$

Quando as despesas excedem as receitas, ocorre um déficit (resultado operacional negativo); por outro lado, quando as receitas superam as despesas, ocorre um superávit (resultado operacional positivo). As receitas correntes não incluem os gastos com juros da dívida pública, ou seja, as despesas correntes do governo de 800 milhões de reais são despesas não financeiras (despesas primárias). O resultado primário pode ser obtido subtraindo das receitas as despesas primárias.

$$\text{Resultado primário} = \text{receitas} - \text{despesas primárias}$$

$$\text{Resultado primário} = 900 \text{ milhões de reais} - 800 \text{ milhões de reais}$$

$$\text{Resultado primário} = 100 \text{ milhões de reais (superávit primário)}$$

Como os juros nominais foram de 20% e a taxa de inflação de 10%, podemos obter o valor aproximado da taxa de juros real como $20\% - 10\% \approx 10\%$. Podemos obter o resultado operacional pela fórmula:

$$\text{Resultado operacional} = \text{resultado primário} - \text{despesas de juros reais}$$

Utiliza-se as despesas de juros reais para considerar o efeito inflacionário sobre a dívida. Como o enunciado da questão diz que o resultado operacional é deficitário em 100 milhões, significa que as despesas de juros reais superam o resultado primário nesse mesmo valor. Portanto:

$$- 100 \text{ milhões de reais} = 100 \text{ milhões de reais} - X \text{ milhões de reais}$$

$$- 100 \text{ milhões de reais} - 100 \text{ milhões de reais} = - X \text{ milhões de reais}$$

$$- 200 \text{ milhões de reais} = - X \text{ milhões de reais} (-1)$$

$$X = 200 \text{ milhões de reais}$$

O valor da taxa de juros real ($\approx 10\%$) multiplicado pela dívida pública é igual às despesas de juros reais (200 milhões de reais). Logo,

$$0,1 * \text{dívida pública} = 200 \text{ milhões de reais}$$

$$\text{Dívida pública} = \frac{200 \text{ milhões de reais}}{0,1} = 2 \text{ bilhões de reais}$$

Portanto, o valor da dívida pública é aproximadamente 2 bilhões de reais.

Gabarito: Letra D

8. VUNESP - 2020 - FITO - Analista de Gestão - Contabilidade

Em um país que apresenta alta taxa de inflação porque a oferta agregada é insuficiente para atender a demanda agregada, uma medida de política governamental que pode estabilizar a economia é

- A) o aumento da oferta monetária para elevar a taxa de juros da economia.
- B) a redução das alíquotas dos tributos sobre a renda.
- C) a diminuição dos gastos públicos.
- D) o resgate de títulos da dívida pública pelo Banco Central.
- E) a desvalorização da taxa de câmbio da economia para aumentar as importações.

Resolução:

A. Incorreto. Os efeitos do aumento da oferta de moeda na economia são opostos ao que é afirmado na alternativa: ele reduz a taxa de juros. Isso ocorre porque, considerando uma demanda por moeda constante, o aumento da oferta monetária gera uma redução relativa da demanda por moeda e quanto menor a demanda relativa por moeda, menor será a taxa de juros (considerando tudo mais constante).

B. Incorreto. A redução dos tributos eleva o nível de renda disponível, estimulando o consumo. No entanto, em uma economia com problemas de insuficiência de oferta, esse aumento no consumo agravaria ainda mais o desequilíbrio entre a oferta agregada e a demanda agregada, intensificando as pressões inflacionárias.

C. Correto. A redução dos gastos públicos é uma política fiscal contracionista, que visa reduzir a demanda agregada. Como o problema inflacionário dessa economia é decorrente do desequilíbrio entre oferta e demanda⁴⁴ agregada, mais especificamente a insuficiência de oferta agregada, a redução da demanda agregada poderia ajudar a conter a inflação nesse cenário em questão.

D. Incorreto. O resgate de títulos da dívida pública pelo Banco Central aumenta a quantidade de moeda em circulação, o que tende a reduzir a taxa de juros. Essa redução pode estimular o investimento e o consumo, agravando mais o desequilíbrio entre a oferta e a demanda agregada e fortalecendo as pressões inflacionárias nesse contexto.

⁴⁴ Para uma conceituação de oferta e demanda, veja-se BORTI, CARREIRO e SOUZA, 2025.

E. Incorreto. A desvalorização da taxa de câmbio tende a aumentar as exportações e reduzir as importações, pois torna os bens e serviços nacionais mais baratos para os compradores estrangeiros e os bens e serviços importados mais caros para os consumidores domésticos. Além disso, quando os bens importados são amplamente utilizados como insumos na produção doméstica, a desvalorização da taxa de câmbio pode aumentar os custos de produção, gerando maior pressão inflacionária.

Gabarito: Letra C

9. VUNESP - 2019 - Prefeitura de Campinas - SP - Economista

Ocorre um déficit primário do setor público quando

- A) o total das receitas do Governo for inferior ao total de suas despesas, independentemente da natureza das mesmas.
- B) o Governo consegue reduzir de forma permanente sua dívida pública interna para com o setor privado.
- C) as receitas financeiras do Governo são inferiores às suas despesas financeiras.
- D) o Governo não necessita emitir papel-moeda para financiar os seus gastos.
- E) as despesas não financeiras do Governo são maiores que suas receitas não financeiras.

Resolução:

Para compreender essa questão, é fundamental distinguir entre o resultado nominal e o resultado primário. O **resultado primário** corresponde à diferença entre as receitas e as despesas não financeiras do governo, ou seja, desconsidera os juros pagos sobre a dívida pública. Já o **resultado nominal** leva em conta essa despesa com juros na apuração do saldo fiscal.

Se as receitas forem menores que as despesas não financeiras, ocorre um déficit primário; caso sejam maiores, há superávit primário. Da mesma forma, quando as receitas totais — incluindo os juros da dívida pública — são inferiores às despesas, há um déficit nominal; caso sejam superiores, registra-se superávit nominal.

A. Incorreto. O déficit primário considera apenas as receitas e despesas não financeiras, ou seja, desconsidera os gastos com juros da dívida pública. Já o resultado nominal inclui tanto as despesas financeiras quanto as não financeiras, podendo ser deficitário quando as despesas superam as receitas ou superavitário quando as receitas são maiores que as despesas.

B. Incorreto. O déficit primário é uma variável de fluxo, pois mede a diferença entre receitas e despesas não financeiras dentro de um período específico, enquanto a dívida pública é uma variável de estoque, representando o total acumulado das obrigações financeiras do governo. A alternativa B trata da gestão da dívida pública, um conceito distinto do déficit primário, que se refere ao saldo fiscal antes do pagamento de juros

C. Incorreto. O déficit primário considera apenas as receitas e despesas não financeiras do governo, ou seja, não inclui receitas nem despesas financeiras, como os juros da dívida pública.

D. Incorreto. O governo pode financiar um déficit por outros meios além da emissão de moeda, como a colocação de títulos públicos no mercado. No Brasil, a forma de financiamento mais comum para o governo é a emissão de títulos públicos, e não a emissão monetária. Dessa forma, a necessidade de emissão de papel-moeda não está diretamente relacionada ao conceito de déficit primário.

E. Correto. Trata-se da única alternativa que descreve corretamente o conceito de déficit primário.

Gabarito: Letra E

10. VUNESP - 2019 - Prefeitura de Campinas - SP - Economista

Em relação aos princípios teóricos da tributação, é correto afirmar que o princípio

A) da isonomia recomenda que todos os cidadãos paguem impostos de forma proporcional à sua renda.

B) da equidade estabelece que os tributos devem ser pagos de forma proporcional aos serviços que cada cidadão recebe do Estado.

C) do benefício propõe que o sistema tributário seja progressivo, ou seja, quem tem mais renda paga proporcionalmente mais tributos.

D) da neutralidade preceitua que os tributos devem ser cobrados de forma a minimizar os desvios na alocação de recursos pelo setor privado.

E) da capacidade de pagar dispõe que os tributos sobre a renda tenham uma alíquota única para todas as classes de renda.

Resolução:

A. Incorreto. O **princípio da isonomia tributária** diz para tratar igualmente os iguais e diferentemente os desiguais, conforme sua capacidade econômica. A ideia de proporcionalidade à renda está mais ligada ao princípio da capacidade contributiva.

B. Incorreto. O **princípio da equidade** refere-se à justiça tributária, buscando garantir que a tributação seja justa e adequada às diferenças entre os contribuintes. Ele não determina que os tributos sejam pagos proporcionalmente aos serviços recebidos do Estado, pois, em geral, a tributação segue o critério da capacidade contributiva, e não o do benefício direto.

C. Incorreto. Incorreto. O **princípio do benefício** estabelece que os tributos devem estar relacionados ao uso ou benefício obtido dos serviços públicos, sem relação direta com a progressividade, que está ligada ao princípio da capacidade contributiva. Além disso, se a tributação fosse baseada exclusivamente no princípio do benefício, poderia gerar desigualdades ao penalizar os mais pobres, tornando o sistema tributário regressivo. Para evitar esse problema, geralmente se combina esse princípio com o da capacidade contributiva, garantindo maior equidade.

D. Correto. O **princípio da neutralidade** estabelece que os tributos devem ser estruturados de forma a minimizar distorções econômicas, permitindo que os agentes econômicos tomem decisões baseadas na eficiência do mercado, e não em incentivos ou desincentivos fiscais.

E. Incorreto. O princípio da capacidade de pagar estabelece que os tributos devem ser proporcionais à capacidade econômica dos indivíduos, ou seja, quem tem maior renda deve contribuir mais. A adoção de uma alíquota única contraria esse princípio, pois não considera a progressividade tributária, que busca distribuir a carga tributária de forma mais justa.

Gabarito: Letra D

Banca FGV

1. FGV - 2024 - Prefeitura de Vitória - ES - Analista em Gestão Pública - Economista

A Curva de Laffer ilustra a relação entre a alíquota de imposto e a receita tributária total arrecadada pelo governo.

Com base nos conceitos econômicos associados à Curva de Laffer, é correto concluir que

A) a receita tributária é máxima quando a alíquota de imposto é 100%.

B) em níveis de alíquota muito baixos e muito altos, a receita tributária é próxima de zero.

C) a redução das alíquotas de imposto sempre aumenta a receita tributária.

D) a alíquota de imposto que maximiza a receita tributária é de 50%.

E) aumentar a alíquota de imposto além do ponto onde a receita é máxima resulta em uma redução não contínua da receita tributária.

Resolução:

A. Incorreta. Se a alíquota de imposto for de 100%, ninguém terá incentivo para produzir ou consumir bens e serviços, já que todo o rendimento seria confiscado pelo governo. Isso levaria a uma atividade econômica nula, e, consequentemente, a receita tributária seria zero. A Curva de Laffer sugere que a receita tributária começa a cair à medida que a alíquota se aproxima de 100%.

B. Correta. Se a alíquota for muito baixa, o governo arrecadará pouco porque os impostos cobrados serão insuficientes para gerar receita significativa. Por outro lado, se a alíquota for muito alta, como discutido na alternativa anterior, as pessoas e empresas perderão o incentivo de produzir e consumir, resultando também em uma receita tributária muito baixa. Portanto, o formato da curva confirma que em níveis extremos (muito baixos ou muito altos) a receita tributária tende a ser próxima de zero.

C. Incorreta. A redução das alíquotas não garante um aumento da receita tributária. Segundo a Curva de Laffer, essa relação depende de onde a economia está posicionada na curva: Se a alíquota está acima do ponto que maximiza a receita, uma redução pode aumentar a receita. Se a alíquota está abaixo do ponto ótimo, a redução resultará em menor arrecadação. Portanto, a afirmação é incorreta ao usar o termo "sempre".

D. Incorreta. Embora algumas representações simplificadas da Curva de Laffer usem 50% como referência teórica, não há um valor universal para a alíquota que maximiza a receita tributária. Esse ponto depende de diversos fatores, como a elasticidade da oferta e da demanda, o comportamento dos contribuintes e as condições econômicas específicas de cada país. Assim, a afirmação é incorreta por generalizar um número exato.

E. Incorreta. A redução da receita tributária ao aumentar a alíquota além do ponto ótimo é contínua e gradual, conforme descrito pela Curva de Laffer. Não há "quebra" ou comportamento não contínuo na curva. A receita diminui progressivamente porque a atividade econômica se contrai gradualmente à medida que as alíquotas aumentam.

Gabarito: Letra B

2. FGV - 2024 - Prefeitura de Vitória - ES - Analista em Gestão Pública - Economista

Considere os seguintes modelos teóricos de bens públicos: Lindahl, Tiebout, Samuelson e Musgrave.

Sobre as características e implicações de cada modelo, é correto afirmar que

A) o modelo de Lindahl propõe que o financiamento de bens públicos deve ocorrer através de um imposto fixo por indivíduo, independentemente do benefício marginal individual recebido.

B) no modelo de Tiebout, a mobilidade dos indivíduos entre diferentes jurisdições não contribui para a eficiência na provisão de bens públicos, pois não considera as preferências de consumo e disposição para pagar dos indivíduos.

C) o modelo de Samuelson é conhecido por propor que a provisão de bens públicos deve se basear no princípio do voto com os pés, onde os indivíduos se movem para diferentes regiões conforme suas preferências de consumo de bens públicos.

D) Musgrave, em seu modelo, destaca a importância do papel do governo na redistribuição de renda, na estabilização da economia e na alocação eficiente de recursos para a provisão de bens públicos.

E) no modelo de Lindahl, os preços dos bens públicos são determinados pela média das avaliações individuais, garantindo que todos paguem o mesmo valor pelo benefício marginal recebido.

Resolução:

A. Incorreta. O modelo de Lindahl propõe que cada indivíduo pague de acordo com o benefício marginal que recebe do bem público, ajustando as contribuições para refletir as preferências individuais. Não há imposto fixo por indivíduo no modelo; o objetivo é alcançar uma provisão eficiente de bens públicos ajustando os preços de forma personalizada para cada cidadão. Essa alternativa contradiz o princípio central do modelo.

B. Incorreta. O modelo de Tiebout propõe justamente o contrário: a mobilidade dos indivíduos entre jurisdições é essencial para alcançar a eficiência na provisão de bens públicos. No modelo, os indivíduos "votam com os pés", escolhendo a jurisdição que melhor atende às suas preferências em termos de bens públicos e impostos. A competição entre jurisdições leva à provisão eficiente dos bens públicos. Assim, a afirmação contradiz a essência do modelo.

C. Incorreta. O modelo de Samuelson trata da condição de eficiência na provisão de bens públicos, conhecida como Regra de Samuelson, que estabelece que a soma dos benefícios marginais individuais deve ser igual ao custo marginal de provisão do bem público. Esse modelo não tem relação com mobilidade ou voto com os pés, que é o foco do modelo de Tiebout. A afirmação mistura conceitos e é incorreta.

D. Correta. O modelo de Musgrave identifica três funções principais do governo na economia: Redistribuição de renda, para promover maior equidade. Estabilização econômica, para lidar com flutuações macroeconômicas. Alocação eficiente de recursos, garantindo a provisão de bens públicos e corrigindo falhas de mercado. Essa visão é amplamente aceita na teoria das finanças públicas e torna a alternativa correta.

E. Incorreta. No modelo de Lindahl, os preços dos bens públicos são ajustados de forma que cada indivíduo pague de acordo com o benefício marginal que recebe, e não pelo valor médio das avaliações individuais. O modelo busca encontrar um equilíbrio onde todos os indivíduos estejam dispostos a pagar pelos bens públicos na quantidade eficiente, mas os valores pagos não são iguais, pois refletem diferenças nas preferências individuais.

Gabarito: Letra D

3. FGV - 2024 - Prefeitura de Macaé - RJ - Analista Previdenciário - Especialidade: Economia

As opções a seguir apresentam os instrumentos de financiamento que o governo federal usou para garantir os recursos necessários à execução de suas políticas públicas, à exceção de uma. Assinale-a.

A) Emissão de títulos públicos.

B) Captação de empréstimos externos.

C) Recebimento de transferências voluntárias.

D) Venda de ativos públicos.

E) Emissão de moeda pelo Banco Central.

Resolução:

A. Incorreto. A emissão de títulos públicos é um dos instrumentos mais importantes de financiamento do governo federal. Por meio da venda de títulos no mercado financeiro, o governo consegue captar recursos para cobrir déficits e financiar suas políticas públicas. Correta, mas não é a exceção.

B. Incorreto. O governo federal pode captar recursos por meio de empréstimos externos junto a organismos internacionais ou instituições financeiras estrangeiras. Esses recursos são frequentemente utilizados para financiar projetos específicos ou cobrir déficits fiscais. Correta, mas não é a exceção.

C. Correto. As transferências voluntárias não são instrumentos de financiamento do governo federal, mas sim um mecanismo de repasse de recursos do governo federal para estados e municípios. Essas transferências redistribuem os recursos já arrecadados, não gerando novos recursos para o governo federal. Essa é a exceção e, portanto, a alternativa correta para a questão. Incorreta, pois é a exceção.

D. Incorreto. A venda de ativos públicos, como imóveis ou empresas estatais, é uma estratégia que pode ser utilizada pelo governo para arrecadar recursos, especialmente em situações de ajuste fiscal. Embora não seja um instrumento recorrente, é válido como forma de financiamento. Correta, mas não é a exceção.

E. Incorreto. Embora a emissão de moeda seja um instrumento raramente utilizado em economias modernas devido aos riscos inflacionários, ela ainda é uma forma de financiamento do governo federal, especialmente em situações de crise severa. Logo, não é a exceção.

Gabarito: Letra C

4. FGV - 2024 - TRF - 1ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa

Ao assumir a secretaria de finanças de um ente público, o secretário solicitou da equipe um relatório detalhado com a análise econômico-financeira dos recursos arrecadados pelo ente nos últimos quatro anos, com informações em nível analítico suficiente para subsidiar decisões sobre ações para incremento na arrecadação.

A principal fonte a ser utilizada pela equipe na preparação do relatório solicitado deve ser a classificação das receitas:

- A) por esfera orçamentária;
- B) por fonte/destinação de recursos;
- C) quanto à afetação patrimonial;
- D) quanto à origem ou coercitividade;
- E) segundo a natureza.

Resolução:

A. Incorreto. A classificação por esfera orçamentária separa os recursos conforme a vinculação aos diferentes orçamentos (orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos das estatais). Essa classificação é útil para organizar os recursos no planejamento orçamentário, mas não fornece o detalhamento necessário para analisar a arrecadação e propor estratégias de incremento.

B. Incorreto. Essa classificação detalha a origem dos recursos e suas destinações específicas, como transferências voluntárias ou contribuições vinculadas. Apesar de importante para o acompanhamento da execução orçamentária, não é a mais indicada para análises detalhadas relacionadas à arrecadação ou ao planejamento de ações para aumentá-la.

C. Incorreto. A classificação quanto à afetação patrimonial diferencia receitas em correntes (como impostos e taxas) e de capital (como alienação de bens ou empréstimos). Embora essa distinção seja relevante para o planejamento fiscal, ela não é suficientemente analítica para subsidiar decisões focadas no incremento da arrecadação.

D. Incorreto. Essa classificação diferencia receitas originárias (como as provenientes da exploração de bens e serviços públicos) e derivadas (como impostos e taxas, obtidas pelo poder coercitivo do Estado). Apesar de útil para categorizar as fontes de arrecadação, não oferece o nível de detalhamento necessário para análise econômico-financeira em termos de estratégia de arrecadação.

E. Correto. A classificação segundo a natureza é a mais detalhada e analítica. Ela organiza as receitas em grupos, categorias e espécies, permitindo identificar com clareza a origem específica de cada tipo de receita, como impostos, contribuições, taxas, e outros ingressos. Essa abordagem é fundamental para análises econômico-financeiras que busquem identificar gargalos, tendências e potencialidades de arrecadação, além de subsidiar decisões para incrementar a receita pública.

Gabarito: Letra E

5. FGV - 2024 - TRF - 1ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa

Um servidor, recém-empossado e lotado na Secretaria de Planejamento e Finanças de um ente estadual, foi designado para revisar o Anexo de Metas Fiscais do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, antes que este fosse submetido à apreciação do Assembleia Legislativa do estado. Ao analisar o quadro de metas anuais, em valores correntes e constantes, o servidor considerou inconsistente a inclusão de metas relativas:

- A) a despesas primárias ou não financeiras;
- B) à evolução do patrimônio líquido;
- C) ao montante da dívida pública consolidada;
- D) aos dois exercícios seguintes àquele a que o projeto se refere;
- E) a receitas e despesas totais do exercício.

Resolução:

A. Incorreto. As despesas primárias são aquelas que excluem o pagamento de juros da dívida pública e estão diretamente relacionadas ao controle do gasto público. A inclusão de metas relacionadas às despesas primárias é consistente com o objetivo da LRF, que busca a sustentabilidade fiscal, mas não a inconsistência.

B. Incorreto. Embora a evolução do patrimônio líquido tenha uma natureza mais contábil e esteja associada ao balanço patrimonial, sua inclusão no Anexo de Metas Fiscais pode ser considerada válida, pois reflete a capacidade financeira e a saúde patrimonial do ente público ao longo do tempo, mas não a inconsistência.

C. Incorreto. O controle e a projeção do montante da dívida pública consolidada são elementos essenciais do Anexo de Metas Fiscais, em conformidade com a LRF. Essas metas permitem monitorar os limites legais da dívida e garantir a sustentabilidade fiscal, mas não a inconsistência.

D. Incorreto. A LRF exige que o Anexo de Metas Fiscais apresente metas para o exercício a que se refere o projeto e também para os dois exercícios subsequentes. Isso proporciona previsibilidade e planejamento fiscal de médio prazo, sendo uma inclusão consistente, mas não a inconsistência.

E. Correto. O Anexo de Metas Fiscais não exige a inclusão de metas relacionadas às receitas e despesas totais do exercício de forma agregada. O foco do anexo está em demonstrar metas fiscais específicas, como o resultado primário, a dívida pública e o controle das despesas primárias, e não em apresentar uma visão agregada das receitas e despesas totais. Essa inclusão seria inconsistente com os objetivos do anexo, pois é a inconsistência.

Gabarito: Letra E

6. FGV - 2024 - TCE-PA - Auditor de Controle Externo - Área de Fiscalização - Direito

Essencialmente, os Governos Federal, Estaduais e Municipais desempenham três funções econômicas clássicas, que refletem no orçamento público.

Em relação à função alocativa do governo, assinale a afirmativa correta.

- A) A função alocativa tem como objetivo o controle da inflação, proporcionando crescimento da economia e baixo índice de desemprego.
- B) Um dos papéis do governo na função alocativa é reduzir a desigualdade de renda, através da realização de subsídios e transferências.
- C) A função alocativa está ligada à intervenção do Estado na economia, alterando o comportamento dos níveis de emprego.
- D) A função alocativa é a política que interfere diretamente na divisão do produto entre o consumo e a acumulação.
- E) Na função alocativa, o governo atua no fornecimento ou regulação de bens públicos, como saúde e educação, complementando a ação do mercado.

Resolução:

A. Incorreta. Essa descrição se refere à função estabilizadora, que está relacionada ao controle de variáveis macroeconômicas, como inflação, crescimento econômico e desemprego, por meio de políticas monetárias e fiscais. A função alocativa, por outro lado, está voltada à provisão de bens públicos e à correção de falhas de mercado.

B. Incorreta. A redução da desigualdade de renda faz parte da função distributiva, que visa melhorar a equidade na distribuição do produto social por meio de políticas de redistribuição de renda, como subsídios e transferências sociais. A função alocativa não tem esse objetivo.

C. Incorreta. Alterar os níveis de emprego é um objetivo da função estabilizadora, que busca o pleno emprego por meio de políticas macroeconômicas. A função alocativa, ao contrário, está mais relacionada ao fornecimento de bens públicos e à correção de ineficiências no mercado.

D. Incorreta. Essa descrição está relacionada à função distributiva, que interfere na divisão do produto entre consumo e investimento, visando melhorar a justiça social e redistribuir a renda. A função alocativa não está diretamente relacionada a essa questão.

E. Correta. A função alocativa é responsável por corrigir falhas de mercado, como a ausência de provisão adequada de bens públicos, que são não rivais e não exclusivos (ex.: segurança pública, saúde básica, e educação pública). Nessa função, o governo intervém para oferecer ou regular esses bens, complementando a ação do mercado onde ele falha em alocar recursos de forma eficiente.

Gabarito: Letra E

7. FGV - 2024 - MF - Auditor Federal de Finanças e Controle - Área Econômico-Financeira - tarde

O gráfico abaixo apresenta a evolução das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) primária e nominal, entre janeiro de 2020 e dezembro de 2023.

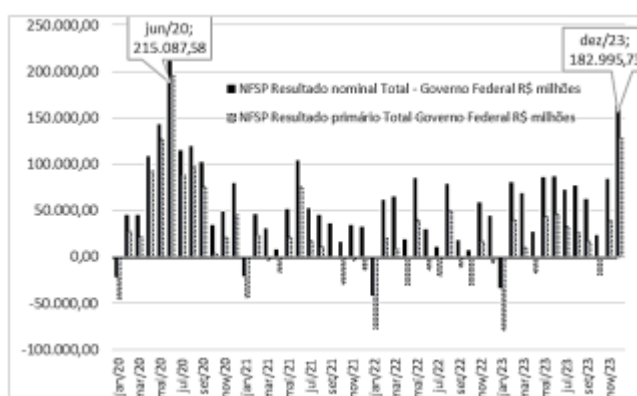


Imagem associada para resolução da questão

Com base no exposto, julgue se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V).

() Os elevados gastos com juros explicam a NFSP em termos nominais aquém da NFSP do resultado primário.

() A elevada taxa de juros do país no período é a principal causa direta da NFSP nominal acima da NFSP primária.

() As causas do aumento da NFSP primária e nominal em junho de 2020 e dezembro de 2023 são similares: juros elevados.

As afirmativas são, respectivamente,

A) V – V – V.

B) F – F – F.

C) V – V – F.

D) F – F – V.

E) F – V – F.

Resolução:

Afirmativa 1: Essa afirmativa está incorreta porque a NFSP nominal está acima da NFSP primária, como evidenciado no gráfico. Os elevados gastos com juros são adicionados ao cálculo da NFSP nominal, o que a torna superior à primária. A palavra "aquém" na afirmativa é um erro, tornando-a falsa.

Afirmativa 2: Falsa. Embora os juros elevados contribuam significativamente para a diferença entre os resultados primário e nominal, não são a única causa direta. A NFSP primária reflete o resultado fiscal antes dos juros, enquanto a NFSP nominal agrega esse custo. Portanto, a afirmativa está incorreta, pois há outros fatores além da taxa de juros.

Afirmativa 3: Os aumentos da NFSP em junho de 2020 e dezembro de 2023 têm causas distintas: Em junho de 2020, o aumento foi impulsionado pela pandemia da COVID-19, que gerou maior gasto público primário e queda de arrecadação. Em dezembro de 2023, o aumento está relacionado a juros elevados, que impactaram o resultado nominal. Portanto, as causas não são similares, e a afirmativa está errada.

Gabarito: Letra B

8. FGV - 2024 - MF - Auditor Federal de Finanças e Controle - Área Econômico-Financeira - manhã | FGV - 2024 - MF - Auditor Federal de Finanças e Controle - Área Econômico-Financeira (contratações) - manhã

A promoção do desenvolvimento econômico pode envolver o uso de diversos instrumentos de política que impactam sobremaneira o orçamento público. Entre os instrumentos de estímulos destacam-se os incentivos fiscais, que devem ser registrados como gastos tributários.

Sobre tais gastos, assinale a afirmativa correta.

- A) A isenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) dentro de determinada faixa, é desoneração tributária e configura gasto tributário.
- B) Os gastos tributários são gastos diretos do governo que, comprometendo suas receitas, visa à consecução do equilíbrio fiscal.
- C) Reduções de alíquotas de impostos para setores específicos não se confundem com gastos tributários, pois não envolvem registro de dispêndio corrente.
- D) A classificação e identificação dos gastos tributários independe da definição do Sistema Tributário de Referência de um país.
- E) Os gastos tributários são gastos indiretos do governo realizados por intermédio do sistema tributário, visando atender objetivos econômicos e sociais.

Resolução:

- A. Incorreto. A isenção do IRPF dentro de uma faixa específica de renda (como a faixa de isenção para rendas mais baixas) é considerada um gasto tributário, pois representa uma renúncia de receita que o governo deixa de arrecadar. Essa medida é classificada como desoneração tributária e se enquadra nos critérios de gastos tributários, pois visa atender objetivos de equidade e justiça social.
- B. Incorreto. Os gastos tributários não são gastos diretos, mas sim renúncias de receita realizadas por meio do sistema tributário. Além disso, esses gastos não têm como objetivo principal o equilíbrio fiscal, mas sim estimular setores econômicos, reduzir desigualdades ou atingir outros objetivos econômicos e sociais.
- C. Incorreto. As reduções de alíquotas para setores específicos configuram, sim, gastos tributários, já que representam renúncia de receita pelo governo. O fato de não serem registradas como dispêndios correntes no orçamento público não exclui sua classificação como gasto tributário.

D. Incorreto. A definição e identificação de gastos tributários dependem diretamente do Sistema Tributário de Referência de um país. Esse sistema estabelece a base para determinar quais incentivos ou desonerações constituem desvios em relação à tributação padrão, sendo fundamentais para a classificação de gastos tributários.

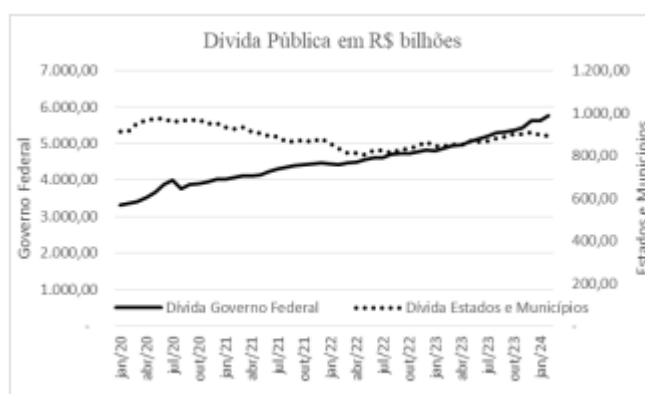
E. Correto. Os gastos tributários são considerados gastos indiretos, pois não envolvem a saída direta de recursos do orçamento público, mas sim a renúncia de receita tributária. Eles são utilizados pelo governo para atingir objetivos econômicos e sociais, como estimular setores econômicos específicos, reduzir desigualdades ou promover investimentos.

Uma observação importante: A alternativa A está correta ao afirmar que a isenção do IRPF dentro de uma faixa específica é um exemplo de gasto tributário, pois se trata de uma renúncia de receita que atende aos critérios definidos para esses gastos, contudo, a alternativa E é mais abrangente e conceitualmente completa, pois define o que são gastos tributários de maneira geral, além de explicar sua função como instrumento indireto do governo para atingir objetivos econômicos e sociais.

Gabarito: Letra E

9. FGV - 2024 - MF - Auditor Federal de Finanças e Controle - Área Econômico-Financeira - manhã | FGV - 2024 - MF - Auditor Federal de Finanças e Controle - Área Econômico-Financeira (contratações) - manhã

O gráfico a seguir apresenta o comportamento recente da dívida pública do governo federal e dos governos subnacionais (estados e municípios) no Brasil.



Com base no exposto, avalie se as assertivas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F):

() Verifica-se uma tendência comum para o endividamento do setor público, independente da esfera de governo.

() A dívida pública do governo federal segue uma tendência estacionária.

() Verifica-se o impacto da pandemia na elevação do endividamento dos estados e municípios.

As assertivas são, respectivamente,

A) V – V – V.

B) F – F – F.

C) F – F – V.

D) F – V – V.

E) F – V – F.

Resolução:

Afirmativa 1: O gráfico apresenta trajetórias distintas para o endividamento das esferas de governo: A dívida do governo federal segue uma tendência de crescimento contínuo ao longo do período. A dívida de estados e municípios, embora tenha aumentado durante a pandemia (2020-2021), mostra uma estabilização a partir de 2022. Portanto, não há uma tendência comum entre as esferas de governo.

Afirmativa 2: A dívida pública do governo federal apresenta uma trajetória ascendente durante todo o período, sem sinais de estabilização ou estacionariedade. Isso significa que o endividamento federal está em crescimento constante, e a afirmativa está incorreta.

Afirmativa 3: Embora a pandemia tenha gerado impacto econômico significativo, o gráfico mostra que a dívida de estados e municípios se mantém relativamente estável durante 2020 e não apresenta um aumento tão expressivo quanto o esperado para refletir o impacto direto da pandemia. Esse comportamento não é suficiente para validar a afirmativa.

Gabarito: Letra B

10. FGV - 2024 - MF - Auditor Federal de Finanças e Controle - Área Econômico-Financeira - manhã | FGV - 2024 - MF - Auditor Federal de Finanças e Controle - Área Econômico-Financeira (contratações) - manhã

A questão da Solvência do Setor Público tem sido tema de intenso debate econômico, principalmente desde o início dos anos 2000.

Sobre este tema é incorreto afirmar que

A) uma das formas de se aferir a sustentabilidade fiscal do setor público envolve a análise da dinâmica do déficit público que, não sendo explosiva, sugere solvência.

B) comumente opta-se por analisar a solvência por meio da dinâmica do déficit primário do setor público, pois assim se incorpora o saldo entre despesas e receitas desconsiderando as despesas com juros da dívida preexistente.

C) o estabelecimento de um “Teto” para o Estoque da Dívida Consolidada do Setor Público é o normativo utilizado para aferir a solvência da economia.

D) a relação dívida/PIB é a variável-chave para a aferição do grau de solvência do setor público.

E) quanto maior o crescimento econômico, mais elevado o limite para o estoque da dívida pública a partir do qual se atinge uma situação de solvência.

Resolução:

A. Correta. A solvência do setor público pode ser avaliada analisando-se a trajetória do déficit público. Se o déficit público não apresenta um comportamento explosivo (ou seja, cresce de forma descontrolada), sugere-se que as finanças públicas sejam sustentáveis e o setor público solvente. Essa é uma abordagem válida na análise da sustentabilidade fiscal.

B. Correta. O déficit primário é amplamente utilizado como indicador de solvência, pois mede o saldo entre receitas e despesas antes do pagamento de juros da dívida. Essa métrica avalia a capacidade do governo de gerar superávits primários suficientes para estabilizar ou reduzir a relação dívida/PIB no longo prazo.

C. Incorreta. Embora existam normativos, como limites para o estoque da dívida pública (definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), o teto para a dívida consolidada não é o principal indicador para aferir a solvência. A solvência é comumente avaliada por métricas econômicas, como a relação dívida/PIB ou a trajetória do déficit primário, e não por um teto normativo.

D. Correta. A relação dívida/PIB é amplamente reconhecida como um dos principais indicadores de solvência fiscal, pois avalia o tamanho da dívida pública em proporção à capacidade da economia de gerar riqueza, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB). O PIB representa o valor total de bens e serviços finais produzidos em um país durante um determinado período, refletindo o desempenho econômico e a capacidade de arrecadação tributária do governo.

Uma relação dívida/PIB elevada pode indicar riscos de insolvência, sugerindo que o governo pode ter dificuldade em honrar suas obrigações financeiras, especialmente se o crescimento econômico for insuficiente para compensar o aumento da dívida. Por outro lado, uma relação controlada sugere uma situação fiscal mais sustentável, indicando que a economia tem capacidade de gerar recursos suficientes para financiar a dívida pública ao longo do tempo sem comprometer o equilíbrio das contas públicas.

E. Correta. O crescimento econômico reduz a pressão sobre o endividamento público, pois eleva o PIB, permitindo que o governo acomode estoques de dívida mais elevados sem comprometer sua solvência. Em cenários de crescimento acelerado, o governo pode sustentar níveis mais altos de dívida pública em relação ao PIB.

Gabarito: Letra C

Banca Cebraspe

1. CESPE / CEBRASPE - 2024 - CODEVASF - Analista em Desenvolvimento Regional - Área: Economia

Acerca do papel do Estado e da atuação do governo nas finanças públicas, julgue o item a seguir.

A função estabilizadora decorre da necessidade da intervenção do Estado nas finanças públicas, mediante o uso da política fiscal e do seu orçamento, para ampliar a oferta de bens semipúblicos.

- () Certo
- () Errado

Resolução:

A assertiva está incorreta, pois a função estabilizadora do Estado nas finanças públicas não está relacionada à ampliação da oferta de bens semipúblicos, mas sim à regulação da economia para garantir estabilidade econômica, combater flutuações do ciclo econômico (inflação, desemprego e recessão) e promover o crescimento

econômico sustentável. A política fiscal e o orçamento são utilizados com esse objetivo, mas não especificamente para ampliar bens semipúblicos, que se relacionam mais à função alocativa do Estado.

Gabarito: Errado

Utilize o texto e a tabela seguinte para responder às questões 2, 3 e 4.

2. CESPE / CEBRASPE - 2024 - CODEVASF - Analista em Desenvolvimento Regional - Área: Economia

variáveis	2022		2023	
	Fluxos (R\$ bilhões)	% PIB	Fluxos (R\$ bilhões)	% PIB
nominal	460,4	4,6	967,4	8,9
governo central	448,3	4,4	879,1	8,1
governos estaduais	35,1	0,3	66,3	0,6
governos municipais	-21,5	-0,2	14,4	0,1
empresas estatais	-1,5	0,0	7,7	0,1
juros nominais	586,4	5,8	718,3	6,6
governo central	503,2	5,0	614,5	5,7
governos estaduais	74,1	0,7	93,8	0,9
governos municipais	4,4	0,0	4,6	0,0
empresas estatais	4,6	0,0	5,4	0,0
primário	-126,0	-1,2	249,1	2,3
governo central	-54,9	-0,5	264,5	2,4
• INSS	261,3	2,6	306,2	2,8
governos estaduais	-39,0	-0,4	-27,5	-0,3
governos municipais	-25,9	-0,3	9,8	0,1
empresas estatais	-6,1	-0,1	2,3	0,0
PIB	10.079,7	-	10.856,1	-

Necessidades de financiamento do setor público no Brasil em 2022 e 2023.
Banco Central do Brasil, 2024 (com adaptações).

Considerando as informações apresentadas na tabela precedente, referentes à evolução do déficit público brasileiro nos anos de 2022 e 2023, bem como aspectos relativos à estrutura orçamentária do governo, julgue o item seguinte.

Em 2022, observou-se um déficit primário de R\$ 126 bilhões, o que foi compensado pelo bom desempenho das contas no ano seguinte, evidenciado pelo superávit primário de R\$ 249,1 bilhões.

- () Certo
() Errado

Resolução:

Os valores apresentados na tabela contradizem a ideia de que houve um superávit primário de R\$ 249,1 bilhões em 2023. De acordo com a tabela, o resultado primário foi, na verdade, um déficit de R\$ 249,1 bilhões, correspondente a -2,3% do PIB. Isso significa que, ao contrário do que foi mencionado, as contas públicas não apresentaram superávit no ano de 2023.

Esse resultado reflete que as despesas primárias (excluindo os juros da dívida) superaram as receitas primárias, indicando um agravamento fiscal em comparação ao déficit de 2022, que foi de R\$ 126 bilhões (-1,2% do PIB). Portanto, a assertiva interpreta incorretamente os dados da tabela, já que não houve o superávit alegado.

Gabarito: Errado

3. CESPE / CEBRASPE - 2024 - CODEVASF - Analista em Desenvolvimento
Regional - Área: Economia

Considerando as informações apresentadas na tabela precedente, referentes à evolução do déficit público brasileiro nos anos de 2022 e 2023, bem como aspectos relativos à estrutura orçamentária do governo, julgue o item seguinte.

O resultado primário é composto pelo saldo entre as receitas e despesas, excluído o pagamento de juros da dívida.

- () Certo
() Errado

Resolução:

A assertiva está correta. O resultado primário é definido como o saldo entre as receitas e despesas primárias do setor público, excluindo o pagamento de juros da dívida pública. Esse indicador é amplamente utilizado para avaliar a sustentabilidade fiscal, pois reflete a capacidade do governo de gerar recursos suficientes para cobrir suas despesas não financeiras, sem considerar os encargos com a dívida. Conforme os dados da tabela, o resultado primário consolidado foi negativo em R\$ 126 bilhões (-1,2% do PIB) em 2022 e agravou-se para R\$ 249,1 bilhões (-2,3% do PIB) em 2023, demonstrando a diferença entre receitas e despesas primárias, sem incluir os juros nominais, que estão listados separadamente. Essa separação confirma a definição apresentada na assertiva.

Gabarito: Certo

4. CESPE / CEBRASPE - 2024 - CODEVASF - Analista em Desenvolvimento Regional - Área: Economia

Considerando as informações apresentadas na tabela precedente, referentes à evolução do déficit público brasileiro nos anos de 2022 e 2023, bem como aspectos relativos à estrutura orçamentária do governo, julgue o item seguinte.

Em 2022, o resultado primário negativo sinaliza que o governo não conseguiu arcar com o pagamento de juros da dívida naquele ano em específico.

- ☐ Certo
☐ Errado

Resolução:

A assertiva está incorreta. O resultado primário negativo de R\$ 126 bilhões (-1,2% do PIB) em 2022 indica que as despesas primárias (excluindo juros) superaram as receitas primárias, mas não significa que o governo não conseguiu arcar com o pagamento de juros da dívida.

O pagamento de juros da dívida é avaliado separadamente no resultado nominal, que inclui o resultado primário e os juros nominais. Em 2022, o setor público consolidado registrou um déficit nominal de R\$ 460,4 bilhões (4,6% do PIB), o que reflete a soma do resultado primário negativo e dos juros nominais pagos (R\$ 586,4 bilhões). O déficit primário sinaliza um desequilíbrio fiscal em relação às receitas e despesas não financeiras, mas não implica diretamente a incapacidade de pagar os juros da dívida, já que o governo pode recorrer a outras fontes de financiamento, como emissão de dívida, para honrar tais pagamentos.

Gabarito: Errado

5. CESPE / CEBRASPE - 2024 - CODEVASF - Analista em Desenvolvimento Regional - Área: Economia

Considerando os princípios gerais de economia do setor público, julgue o item a seguir.

O resultado operacional é obtido subtraindo-se as receitas totais do governo das despesas totais, incluídos os juros da dívida pública.

- ☐ Certo
☐ Errado

Resolução:

A assertiva está incorreta, pois o resultado operacional não é obtido simplesmente subtraindo as receitas totais do governo das despesas totais, incluindo os juros da dívida pública.

Na contabilidade fiscal, o resultado operacional é calculado considerando o resultado nominal, ajustado pela variação inflacionária sobre a dívida líquida do setor público. Isso significa que, diferentemente da definição apresentada na assertiva, o resultado operacional não se limita a uma simples diferença entre receitas e despesas totais, mas envolve ajustes para refletir os efeitos da inflação sobre o endividamento público.

Gabarito: Errado

6. CESPE / CEBRASPE - 2024 - CODEVASF - Analista em Desenvolvimento Regional - Área: Economia

Considerando os princípios gerais de economia do setor público, julgue o item a seguir.

Consoante a regra de ouro fiscal, o governo só deve se endividar para financiar investimentos que aumentem a capacidade produtiva futura do país.

- () Certo
- () Errado

Resolução:

A regra de ouro fiscal é um princípio utilizado em finanças públicas que estabelece que o governo só deve contrair dívidas para financiar investimentos que contribuam para o aumento da capacidade produtiva futura da economia. Isso significa que o endividamento público deve ser direcionado para despesas de capital, como infraestrutura, educação ou tecnologia, que gerem benefícios econômicos no longo prazo.

Essa regra busca evitar que o governo utilize a dívida para cobrir despesas correntes, como salários ou benefícios sociais, pois essas despesas não aumentam a capacidade de geração de riqueza do país. O objetivo é garantir a sustentabilidade fiscal e assegurar que o endividamento traga retorno econômico que justifique o custo dos empréstimos. Portanto, a definição apresentada na assertiva reflete corretamente o conceito da regra de ouro fiscal.

Gabarito: Certo

7. CESPE / CEBRASPE - 2024 - CODEVASF - Analista em Desenvolvimento Regional - Área: Economia

Considerando os princípios gerais de economia do setor público, julgue o item a seguir.

As operações compromissadas são uma forma de endividamento de curto-prazo que, geralmente, não afeta a sustentabilidade da dívida de longo-prazo do governo.

- () Certo
- () Errado

Resolução:

As operações compromissadas são instrumentos de política monetária utilizados pelo Banco Central, que envolvem a venda temporária de títulos públicos com o compromisso de recompra em curto prazo. Essas operações têm como objetivo principal controlar a liquidez do sistema financeiro, gerenciando a quantidade de dinheiro em circulação para manter a estabilidade econômica.

Embora representem um tipo de endividamento de curto prazo, as operações compromissadas não afetam diretamente a sustentabilidade da dívida de longo prazo do governo. Isso ocorre porque elas são essencialmente transações temporárias e voltadas para a condução da política monetária, sem implicar em um aumento permanente do estoque da dívida pública consolidada, ou seja, assertiva correta.

Gabarito: Certo

8. CESPE / CEBRASPE - 2024 - CODEVASF - Analista em Desenvolvimento Regional - Área: Economia

Considerando os princípios gerais de economia do setor público, julgue o item a seguir.

No cálculo da dívida bruta do governo geral, são consideradas as operações compromissadas realizadas pela autoridade monetária.

- () Certo
- () Errado

Resolução:

A assertiva está correta. No cálculo da dívida bruta do governo geral, são incluídos todos os passivos que representam obrigações financeiras do governo perante o setor privado e outras instituições. Isso inclui as operações compromissadas realizadas pela autoridade monetária (Banco Central), que são instrumentos de política monetária utilizados para controlar a liquidez no mercado financeiro.

As operações compromissadas, por envolverem a emissão de títulos públicos com o compromisso de recompra, configuram-se como passivos financeiros e, portanto, compõem a dívida bruta do governo geral. Por outro lado, elas não são consideradas no cálculo da dívida líquida do setor público, pois nesse indicador também são contabilizados os ativos financeiros do governo.

Gabarito: Certo

9. CESPE / CEBRASPE - 2024 - CODEVASF - Analista em Desenvolvimento Regional - Área: Economia

Considerando os princípios gerais de economia do setor público, julgue o item a seguir.

As externalidades negativas são um exemplo de falhas de mercado que justificam a intervenção do governo.

- () Certo
- () Errado

Resolução:

As externalidades negativas são um exemplo clássico de falhas de mercado, ocorrendo quando as ações de um agente econômico impõem custos a terceiros que não são refletidos no preço de mercado. Exemplos comuns incluem a poluição ambiental gerada por indústrias ou o congestionamento urbano causado pelo uso excessivo de veículos.

Essas situações justificam a intervenção do governo, pois, sem ela, o mercado não internaliza esses custos sociais, resultando em produção ou consumo excessivo do bem ou serviço associado à externalidade negativa. O governo pode corrigir essas falhas de mercado por meio de instrumentos como taxação (ex.: imposto sobre carbono), regulamentações (ex.: limites de emissões), ou subsídios para tecnologias limpas, promovendo um equilíbrio mais eficiente e justo para a sociedade. Portanto, a questão está correta.

Gabarito: Certo

10. CESPE / CEBRASPE - 2024 - CODEVASF - Analista em Desenvolvimento Regional - Área: Economia

Considerando os princípios gerais de economia do setor público, julgue o item a seguir.

A apresentação de um déficit nominal pelo governo necessariamente implica a existência de um déficit primário no governo.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

Resolução:

O déficit nominal é o resultado fiscal que considera tanto o resultado primário (saldo entre receitas e despesas, excluindo os juros da dívida) quanto os juros nominais pagos sobre a dívida pública. Portanto, é possível que o governo apresente um déficit nominal mesmo que o resultado primário seja superavitário, desde que os juros da dívida sejam elevados o suficiente para gerar um saldo negativo no resultado nominal.

Por exemplo, um governo pode apresentar um superávit primário, mas se os encargos com juros forem muito altos, o resultado nominal será deficitário. Assim, a existência de um déficit nominal não implica, necessariamente, a existência de um déficit primário, pois ambos são resultados diferentes e influenciados por fatores distintos. A questão está errada.

Gabarito: Errado

ESTRATÉGIAS DE ESTUDO: ALGUMAS DICAS

A formulação de estratégias de estudo para provas de concursos públicos requer uma abordagem planejada e disciplinada, considerando tanto a vastidão do conteúdo quanto o formato das questões. Para começar, é essencial estabelecer um cronograma de estudos. Um planejamento adequado permite dividir o tempo disponível de maneira equilibrada entre as matérias, evitando a sobrecarga em um único conteúdo. É importante que o plano seja flexível, adaptando-se conforme a necessidade de aprofundamento em tópicos mais complexos ou que apresentam maior dificuldade para o candidato.

O segundo passo é a escolha dos materiais de estudo. Selecionar fontes confiáveis, como livros didáticos, apostilas especializadas e cursos online de qualidade, é fundamental para garantir que o conteúdo esteja alinhado com o edital do concurso. Além disso, é recomendável buscar por materiais atualizados, uma vez que muitos concursos podem envolver legislações e normas com constantes modificações.

Um ponto-chave na preparação é a realização de resumos e esquemas. Criar resumos ajuda a fixar o conteúdo de maneira objetiva e prática, facilitando a revisão para a prova. O uso de mapas mentais ou diagramas pode ser eficaz para visualizar as conexões entre temas e aprimorar a memorização. Técnicas como a de Cornell⁴⁵ para anotações ou fichamentos podem contribuir para a organização do estudo e a retenção de informações.

A prática de resolução de exercícios e provas anteriores também deve fazer parte da rotina de estudo. Ao resolver questões de concursos passados, o candidato ganha familiaridade com o estilo das perguntas, o formato das provas e os temas mais recorrentes. Além disso, a resolução de exercícios permite avaliar o progresso nos estudos, identificando pontos fortes e fracos, o que facilita o ajuste no plano de estudo.

A revisão periódica do conteúdo estudado é outra estratégia crucial. Realizar revisões semanais ou quinzenais de tudo o que foi aprendido até o momento ajuda a consolidar o conhecimento. A revisão espaçada, que distribui as revisões ao longo do tempo, também é uma técnica comprovada para melhorar a retenção de informações e evitar o esquecimento de conteúdos mais antigos.

O estudo em grupo pode ser uma forma eficaz de aprimorar a compreensão de determinados tópicos. Ao discutir com outros candidatos, é possível obter diferentes

⁴⁵ A técnica de Cornell é um método eficiente de anotação e organização de informações durante o estudo. Desenvolvida por Walter Pauk na década de 1950, ela divide a página em três seções: uma coluna estreita à esquerda para palavras-chave ou perguntas, uma seção maior à direita para as anotações principais durante a aula ou leitura, e uma área inferior para um resumo breve do conteúdo. Após a aula, o estudante deve revisar as anotações, escrever perguntas na coluna da esquerda baseadas nas informações da seção maior, e usar a parte inferior para sintetizar o conteúdo em poucas frases. Esse formato facilita a revisão, estimula a reflexão ativa sobre o material e melhora a retenção da informação.

perspectivas sobre o conteúdo e esclarecer dúvidas que possam surgir durante o estudo individual. No entanto, é importante que o grupo seja focado e comprometido com os objetivos do concurso, para que as sessões de estudo não se tornem improdutivas.

A gestão do tempo de estudo também é crucial para o sucesso na preparação. Cada disciplina deve ter um tempo específico alocado, respeitando as prioridades de acordo com o peso das matérias no concurso e a dificuldade pessoal do candidato. Para isso, pode-se usar técnicas de gestão de tempo, como a técnica “Pomodoro”, que consiste em períodos curtos de estudo intensivo seguidos de pequenas pausas.

A técnica “Pomodoro” é uma abordagem popular de gerenciamento de tempo, especialmente eficaz para quem busca aumentar a produtividade durante os estudos ou o trabalho. Ela consiste em dividir o tempo em blocos de 25 minutos de foco intenso, chamados de “pomodoros”, seguidos por uma breve pausa de 5 minutos. Após quatro pomodoros, faz-se uma pausa mais longa, de 15 a 30 minutos. Esse método ajuda a evitar a fadiga mental, mantendo a concentração elevada e permitindo que o cérebro descanse regularmente, o que melhora a retenção e o desempenho. A técnica é útil para quem se distrai facilmente, pois as pausas regulares oferecem momentos de descanso que, paradoxalmente, favorecem o trabalho contínuo e eficiente.

Outra técnica eficaz é a “Lei de Parkinson”, que postula que o trabalho se expande para preencher o tempo disponível para sua conclusão. Aplicando essa ideia ao estudo, ao definir um tempo mais restrito para a realização de tarefas, o estudante tende a ser mais objetivo e eficiente, evitando procrastinação. Por exemplo, se um exercício deve ser feito em 30 minutos, ao limitar o tempo de forma consciente, o estudante se empenha em concluir a tarefa dentro desse período, sem se distrair com detalhes desnecessários. Essa técnica ajuda a manter o foco, estimulando a produtividade ao eliminar a tendência de se prolongar no processo.

A técnica “Time Blocking” também é bastante útil, especialmente para quem tem muitas atividades para organizar. Ela consiste em dividir o dia em blocos de tempo dedicados a tarefas específicas. Ao planejar com antecedência cada período de tempo para estudo, trabalho ou lazer, o indivíduo consegue organizar melhor seu dia, evitando a sobrecarga e garantindo que tarefas importantes sejam priorizadas. Além disso, essa abordagem oferece uma visão clara de como o tempo está sendo utilizado, ajudando a identificar possíveis áreas de melhoria na gestão das atividades diárias.

Simular condições reais de prova também é uma excelente estratégia de preparação. Realizar simulados, com limite de tempo e em um ambiente sem distrações, prepara o candidato para o ritmo e as condições do dia da prova. Durante os simulados, é fundamental que o candidato não apenas busque acertar o maior número de questões possível, mas também treine a administração do tempo disponível para cada questão.

Manter o equilíbrio emocional é uma parte importante do processo de preparação. A ansiedade pode prejudicar o desempenho nos estudos e nas provas, por isso, é essencial adotar práticas que ajudem a manter a calma, como exercícios de relaxamento e meditação. Além disso, reservar um tempo para atividades de lazer e descanso contribui para que o candidato mantenha a motivação e o foco durante o período de preparação.

Por fim, a revisão final antes da prova deve ser estratégica. Nos últimos dias antes do concurso, a prioridade deve ser revisar os pontos-chave, realizar os últimos simulados e reforçar conteúdos que ainda apresentem dificuldades. A revisão final não deve incluir o estudo de novos temas, para evitar sobrecarga e estresse. O foco deve ser na consolidação do conhecimento adquirido, garantindo que o candidato entre na prova confiante e preparado.

No mais, mantenha a calma, o foco e tome água. Bom Estudo!

TENTE VOCÊ MESMO

Bancas Diversas

1. IBFC - 2023 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Economista

Economias plenamente centralizadas ou descentralizadas não existem na realidade, as quais acabam por apresentar diferentes tipos de economias mistas, nas quais Estado e Mercado ocupam maior ou menor importância relativa nas funções de organização econômica. Considerando este tipo de economia e as funções do Estado, dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() O Estado, em economias mistas, acaba por fornecer de forma compulsória uma série de bens público e privados, de forma a corrigir eventuais problemas alocativos.

() Em momentos de ocorrência de anomalias econômicas indesejáveis, o Estado acaba por intervir na economia para a estabilizar, sendo esta uma de suas funções principais.

() A partir da distribuição desigual de renda e riquezas, o Estado pode agir de forma a redistribuir tal renda, através de políticas públicas ou de políticas fiscais.

() Uma função essencial do Estado é sua função tributária, que oferece maior competitividade aos agentes econômicos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

A) V - V - V - V

B) V - F - V - V

C) F - V - F - F

D) F - V - V - F

2. Considere um cenário no qual o governo de um determinado país tem maiores gastos do que receitas e, portanto, está em déficit. Assinale a alternativa que apresenta a possibilidade de financiamento do setor público.

A) O financiamento poderia se dar através da emissão de moeda, onde seria necessário o depósito compulsório dos valores a serem emitidos na conta reserva do governo

B) O governo poderá utilizar seus títulos públicos para seu financiamento, sendo que a venda externa seria considerada como dívida externa pública

C) A venda de títulos públicos pode ser feita aos interessados dentro do próprio país, mas, a depender da nacionalidade, pode ser considerada como dívida externa

D) O uso de recursos do Fundo Monetário Internacional seria possível, desde que com a autorização da Organização das Nações Unidas

3. IBFC - 2022 - AFEAM - Especialista de Fomento - Economia

Muitas vezes, as economias de mercado não conseguem cumprir adequadamente suas funções. Por essa razão, o Estado e o sistema de mercado passam a dividir várias tarefas. Assinale a alternativa incorreta sobre as várias funções exercidas pelo Estado.

A) Promover a Manutenção da Concorrência, por exemplo, através da Regulação e Lei Antitruste

B) Fornecer Infraestrutura Institucional, por meio da existência de um sistema legal que garante os direitos de propriedade privada e permite o estabelecimento e o cumprimento de contratos

C) Promover a Redistribuição de Renda, fazendo uso da política monetária, cambial e comercial

D) Promover a Realocação de Recursos fornecendo bens públicos que são bens que, por suas características, o mercado não pode e não deve prover

4. IBFC - 2022 - DETRAN-AM - Economista

Muitas vezes, as economias de mercado não conseguem cumprir adequadamente suas funções. Por essa razão, o governo e o sistema de mercado passam a dividir a tarefa de responder as questões econômicas fundamentais. Diante do exposto, analise as afirmativas abaixo sobre o papel do Setor Público em uma economia capitalista:

I. Fornecer a infraestrutura institucional.

II. Viabilizar a redução da concorrência nacional.

III. Promover a realocação de recursos.

IV. Gerar a redistribuição de renda.

V. Manter a estabilidade da economia.

Estão corretas as afirmativas:

A) III, IV e V apenas

B) I apenas

C) I e II apenas

D) II, IV e V apenas

5. IBFC - 2021 - Prefeitura de São Gonçalo do Amarante - RN - Economista

O orçamento público pode ser conceituado como um documento que contém a previsão das receitas e a fixação das despesas para determinado exercício financeiro. Os instrumentos de planejamento orçamentário passaram a ser hierarquizados por três leis. Com base nessas informações, assinale a alternativa que contém as três leis.

A) O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Orçamento Anual (LOA)

B) O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de Orçamento Anual (LOA)

C) Plano Plurianual (PPA), Lei nº 4.320/64 e a Lei Orçamentária Anual (LOA)

D) Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA)

6. FUNDATEC - 2024 - Prefeitura de Cruz Alta - RS - Economista

Sobre as funções do setor público, o déficit e as questões orçamentárias, a Lei de Responsabilidade Fiscal e os Regimes Cambiais, analise as afirmações abaixo:

1. O papel do setor público na Economia é fundamental e deve cumprir algumas funções, tais como: alocativa, distributiva, estabilizadora e de crescimento econômico.

2. O déficit público ocorre quando os gastos superam o montante de arrecadação. As principais conceituações de déficit público são: déficit nominal ou total, chamado

de Necessidades de Financiamento Líquido do Setor Público não financeiro (NFSP) (conceito nominal), déficit primário ou fiscal, déficit operacional (necessidade de financiamento do setor público – conceito operacional) e déficit de caixa.

3. O processo orçamentário no Brasil corresponde a cinco fases principais: elaboração, tramitação legislativa, execução orçamentária, monitoramento e prestação de contas.

4. A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece, em seu art. 1º, os seguintes princípios: a ação planejada e transparente, a prevenção de riscos, o equilíbrio das contas públicas, a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

5. No regime de câmbio fixo, a taxa de câmbio é fixa, sendo determinada pelo Banco Central, ou seja, o Banco Central se compromete a comprar e vender divisas a um preço fixado por ele. No regime de taxas flutuantes (ou flexíveis) de câmbio, o valor da taxa de câmbio é determinado livremente no mercado. No regime de bandas, a taxa de câmbio flutua dentro de um intervalo com limites máximos e mínimos (banda). No regime de flutuação suja (Dirty Floating), que é o mais utilizado no Brasil, o câmbio é determinado pelo mercado, no entanto, o Banco Central intervém procurando limitar sua instabilidade.

O resultado da somatória dos números correspondentes às afirmações corretas é:

A) 08.

B) 10.

C) 12.

D) 13.

E) 15.

7. FUNDATEC - 2024 - Prefeitura de Bagé - RS - Economista

Em relação ao déficit público, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

() Déficit público acontece quando os gastos do governo se igualam à sua arrecadação. Isso ocorre na medida que governo executa as transferências do caixa

para o sistema operacional. A situação não causa impactos, pois o fluxo retorna sempre que a arrecadação aumenta.

() Quando o governo incorre em déficit, o gasto que supera a receita deverá ser financiado, ou seja, o governo deverá obter recursos adicionais para cobri-lo. As diferentes alternativas para financiar o déficit levam ao endividamento do Tesouro Nacional.

() Déficit primário ou fiscal é medido pelo déficit total, excluindo a correção monetária e cambial e os juros reais da dívida contraída anteriormente. De uma forma mais clara é a diferença entre os gastos públicos e a arrecadação tributária no exercício, independentemente dos lucros e correções da dívida passada.

() Em situação de déficit, o governo pode tentar minimizá-lo com medidas tradicionais tais como aumento de impostos ou corte de gastos e financiá-lo através de medidas extrafiscais, tais como emissão de moeda e venda de títulos da dívida pública ao setor privado.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

A) V – F – F – V.

B) V – V – F – F.

C) V – F – V – F.

D) F – V – V – V.

E) F – F – V – V.

8. FUNDATEC - 2022 - Prefeitura de Viamão - RS - Economista

Quanto ao papel do governo e o setor público, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. As restrições orçamentárias visam preservar a situação fiscal dos entes federativos, de acordo com seus balanços anuais, com o objetivo de garantir a saúde financeira de estados e municípios. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 10/2000) estabelece, em regime nacional, parâmetros a serem seguidos relativos ao gasto público de cada ente federativo (estados e municípios) brasileiro.

II. A poupança do governo em conta corrente é calculada pela carga tributária bruta do governo menos as transferências. Essa poupança do governo em conta corrente menos as despesas de capital do governo, ou seja, os investimentos irão resultar em um superávit ou déficit público. A ocorrência de déficits obriga o governo a se financiar, ou seja, captar recursos para investimentos ou até mesmo para as operações. Perdurando esta situação o governo passa a ter dívida pública.

III. O governo deve operar fundamentado em suas três funções: a primeira é a função alocativa, que diz respeito à alocação de recursos na economia. A segunda função é a distributiva, a qual o governo arrecada impostos de determinados setores e regiões e executa a transferência direta para outros, tais como previdência social, projetos sociais entre outros. Por último a função estabilizadora, papel importante para garantir o pleno emprego e o desenvolvimento da economia.

IV. Visando o equilíbrio das contas públicas, o governo pode utilizar políticas expansionistas ou contracionistas. Se há superávit, o governo está aplicando uma política fiscal contracionista e, quando há déficit, o governo está realizando uma política expansionista.

- A) Todas estão corretas.
- B) Todas estão incorretas.
- C) Apenas I está correta.
- D) Apenas I, II e IV estão corretas.
- E) Apenas II, III e IV estão corretas.

9. FUNDATEC - 2022 - AGERGS - Técnico Superior Economista

A Lei nº 10.086/1994, publicada no DOE nº 17/1994 dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos e dá outras providências. Nesse sentido, analise as assertivas abaixo sobre alguns capítulos, artigos e parágrafos: I. Capítulo I – Das Disposições Preliminares. Art. 1º – A concessão de serviços públicos precedida ou não da execução de obras públicas, e a permissão de serviços públicos reger-se-ão por esta Lei. II. Art. 3º – Para os fins desta Lei, considera-se: II – concessão de serviço público: a delegação contratual de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

III. Art. 5º – É obrigatório facultar a todo cidadão residente no Rio Grande do Sul, maior de idade, fazer parte do Cadastro de Usuários Voluntários interessados em participar dos assuntos de serviços públicos de que trata esta Lei. Estes voluntários receberão periodicamente informações dos andamentos dos trabalhos pertinentes a esta Lei.

Quais delas contêm exemplos de artigos que NÃO estão inseridos na referida Lei?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

10. FUNDATEC - 2022 - AGERGS - Técnico Superior Economista

Sobre déficit público, financiamento e orçamento, analise as afirmações abaixo:

1. O déficit nominal ou total (necessidades de financiamento líquido do setor público não-financeiro – NFSP) indica o fluxo líquido de novos financiamentos obtidos ao longo de um ano pelos setor público não-financeiro nas suas várias esferas.
2. Uma situação de déficit leva o governo a algumas medidas tradicionais de política fiscal, tais como aumento de impostos ou corte de gastos. No entanto, o governo terá que financiá-lo com medidas que podem ser: emissão de moeda e venda de títulos da dívida pública.
3. A emissão de moeda para fins de financiamento do déficit público, a chamada monetização da dívida, é uma das poucas medidas que não gera inflação na economia.
4. A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, apresenta a programação dos gastos governamentais, bem como a previsão das receitas para custear esses gastos. Trata-se de um único documento, constituído por três partes: o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

5. O Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal tem por finalidade, entre outras, formular o planejamento estratégico nacional, formular planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social.

O resultado da somatória dos números correspondentes às afirmações corretas é:

- A) 06.
- B) 08.
- C) 11.
- D) 12.
- E) 15.

11. FUNDATEC - 2022 - AGERGS - Técnico Superior Economista

Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos (impostos, taxas, contribuições de melhoria, entre outros). Sobre esse tema, considere as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

() O orçamento público estima tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto fixa as despesas a serem efetuadas com o dinheiro.

() Uma vez que o orçamento detalha as despesas, pode-se acompanhar as prioridades do governo para cada ano, o que contribui para fiscalizar o uso do dinheiro público através do Portal da Transparência do Governo Federal.

() O processo de elaboração do orçamento é relativamente fácil, uma vez que todas as informações estão no sistema integrado. Envolve as prioridades do Brasil, um país com mais de 200 milhões de habitantes.

() A aprovação da Lei do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) é proposta pelo Poder Legislativo a partir de objetivos específicos, e depende da aprovação da Câmara de Deputados.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – F – V.
- B) V – V – F – F.

C) V – F – V – F.

D) F – V – F – V.

E) F – F – V – V.

12. FUNDATEC - 2022 - SPGG - RS - Analista Economista

A política econômica é um mecanismo de intervenção do governo na economia com objetivo de gerar crescimento e desenvolvimento econômico. Analise as afirmações abaixo:

1. A política fiscal é o mecanismo que o governo utiliza para o gerenciamento de suas receitas, através da arrecadação de impostos e dos seus gastos. Através dessa política, o governo pode expandir ou contrair a economia. Se há aumento da tributação (arrecadação) e baixos níveis de gastos, o governo está aplicando uma política fiscal contracionista, ao contrário, o aumento do gasto do governo e o “alívio” na tributação cria um efeito expansionista na economia.

2. Se o governo gasta mais do que arrecada, ele possui déficits, e, se essa situação permanecer, pode transformar-se em dívida pública, que deverá ser financiada, gerando custos financeiros para o governo.

3. O governo tem pouco ou nenhum controle sobre a política cambial, uma vez que a taxa dólar é estabelecida pelo mercado internacional.

4. A política monetária pode ser utilizada para controle dos níveis inflacionários. Um dos mecanismos é a taxa de juros oficial (SELIC). Entre outros efeitos, o aumento na taxa de juros causa um efeito “cascata” no sistema financeiro e todos os agentes passam a operar com taxas de juros mais elevadas, tornando o crédito mais caro e restringindo o consumo e controlando o aumento da demanda por bens e serviços.

5. A política de rendas estabelece o valor do salário-mínimo, assim como seus reajustes. Esta política trata também dos programas sociais e subsídios diversos para o desenvolvimento econômico do país.

O resultado da somatória dos números correspondentes às afirmações corretas é:

A) 06.

B) 10.

C) 12.

D) 13.

E) 15.

13. UPENET/IAUPE - 2024 - Prefeitura de Olinda - PE - Contador

Qual dos seguintes cenários descreve melhor uma economia mista em ação?

A) O governo é o único responsável pela produção de todos os bens e serviços.

B) As empresas privadas atuam livremente sem qualquer intervenção do governo em qualquer setor da economia.

C) A alocação de recursos é feita exclusivamente por meio de um planejamento centralizado, sem participação de empresas privadas.

D) O setor privado atua de maneira significativa, mas o governo intervém em setores estratégicos e regula a economia para corrigir distorções.

E) O governo se abstém completamente da economia, deixando todas as decisões de produção e distribuição para o mercado.

14. Instituto Consulplan - 2024 - Prefeitura de Divinópolis - MG - Economista

Devido à existência de falhas de mercado, tendo em vista a necessidade de aumentar o bem-estar da sociedade, o setor público intervém na economia desempenhando três funções clássicas: alocativa, estabilizadora e distributiva. Considere as afirmativas a seguir, as quais versam sobre a economia do setor público, o Estado e as funções econômicas governamentais, as necessidades públicas e as formas de atuação dos governos e assinale a afirmativa INCORRETA.

A) A função alocativa está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado.

B) A função distributiva é voltada para a necessidade do governo de intervir na economia, visando corrigir a desigualdade existente na distribuição da renda nacional que, normalmente, não é igualitária.

C) A função estabilizadora concentra seus esforços na manutenção de um alto nível de utilização de recursos e de um valor estável da moeda. Consiste na promoção do crescimento econômico sustentado, com baixo desemprego e estabilidade de preços.

D) A adoção de políticas de transferência de renda em favor de populações mais carentes é um instrumento para que o Estado cumpra, estritamente, sua função alocativa. Por exemplo, recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Programa Bolsa Família.

15. Instituto Consulplan - 2024 - Prefeitura de Divinópolis - MG - Economista

Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital. A respeito da estrutura orçamentária e da evolução da dívida pública brasileira, analise as informações contidas na tabela a seguir, cujos valores estão expressos em bilhões de reais (R\$).

	No mês (Dez. 2023)	No ano	12 meses
Despesas de Capital	95,01 Bilhões	1.824,48 Bilhões	1.824,48 Bilhões
Receitas Consideradas:	86,06 Bilhões	1.918,73 Bilhões	1.918,73 Bilhões
• (+) Receitas de operações de Crédito	145,06 Bilhões	1.754,14 Bilhões	1.754,14 Bilhões
• (-) Variação do colchão da Dívida	59,01 Bilhões	-164,59 Bilhões	- 164,59 Bilhões
Ressalva Constitucional	0,00 Bilhões	-164,59 Bilhões	- 164,59 Bilhões
Resultado	8,95 Bilhões	50,75 Bilhões	50,75 Bilhões

(Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.)

Considerando as informações disponibilizadas anteriormente e os conhecimentos relativos à estrutura orçamentária e à dívida pública brasileira, analise as afirmativas a seguir.

I. A Regra de Ouro impede que os governos se endividem para o pagamento de despesas com pessoal, benefícios sociais, juros da dívida e o custeio da máquina pública.

II. A margem de suficiência para o cumprimento da regra de ouro corresponde ao excedente de despesas de capital em relação às receitas de operações de crédito consideradas para a apuração, em um determinado período.

III. A linha “ressalva constitucional” consiste na ressalva estabelecida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que permite exceder o volume de operações de crédito em relação às despesas correntes até o montante de crédito extraordinário, com finalidade precisa, aprovado previamente pelo Poder Executivo.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.

GABARITO:

- 1. D
- 2. B
- 3. C
- 4. A
- 5. A
- 6. E
- 7. C
- 8. A
- 9. C
- 10. B
- 11. B
- 12. C
- 13. D
- 14. D
- 15. C

GLOSSÁRIO DE TERMOS ECONÔMICOS

Abordagem Neoschumpeteriana: Corrente econômica que enfatiza a importância da inovação, da dinâmica tecnológica e da redução de gaps tecnológicos para o desenvolvimento econômico.

Accountability: Responsabilidade e prestação de contas por parte dos gestores públicos em relação ao uso dos recursos públicos.

Alíquota: Percentual aplicado sobre a base de cálculo para determinar o valor de um tributo ou imposto.

Análise Custo-Benefício (ACB): Técnica econômica que compara os custos de implementação de uma política com seus benefícios, expressos em termos monetários.

Arcabouço Fiscal: Conjunto de regras e normas que orientam a política fiscal de um país.

Ativos Financeiros: Recursos financeiros que uma entidade possui, como dinheiro, títulos públicos e investimentos.

Avaliação de Impacto: Processo que mede os efeitos diretos e indiretos de uma política pública sobre a sociedade e os indivíduos.

Avaliação de Políticas Públicas: Processo de análise dos resultados de uma política pública, com o objetivo de verificar se os objetivos estabelecidos foram alcançados e de identificar possíveis melhorias na execução.

Baixo Carbono: Economia que busca minimizar as emissões de dióxido de carbono (CO₂) e outros gases de efeito estufa, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas.

Bem de Clube: Bem que é não rival (o consumo por uma pessoa não reduz a disponibilidade para outras) mas excludente (o acesso pode ser restrito a quem paga). Exemplo: TV por assinatura.

Bem de Recurso Comum: Bem que é rival (o consumo por uma pessoa reduz a disponibilidade para outras) mas não excludente (ninguém pode ser impedido de usá-lo). Exemplo: peixes em um rio.

Bem Privado: Bem que é rival (o consumo por uma pessoa reduz a disponibilidade para outras) e excludente (o acesso pode ser restrito a quem paga). Exemplo: vestuário.

Bens Públicos: Bens que são não-excludentes (não se pode impedir que alguém use) e não-rivais (o uso por uma pessoa não impede o uso por outra). Exemplos incluem segurança pública e iluminação pública.

Bens Semipúblicos: Bens que têm características de bens públicos (não rivalidade e não exclusão) mas não completamente, como educação e saúde.

Big Data: Uso de grandes volumes de dados para análise e tomada de decisões, aplicado na gestão pública para melhorar a eficiência.

Capacidade de Pagamento: Princípio tributário que estabelece que os impostos devem ser cobrados de acordo com a capacidade econômica do contribuinte, geralmente associado à progressividade dos tributos.

Contribuições: Tributos com finalidade específica, como as contribuições previdenciárias ou para financiamento da seguridade social.

Controle Social: Participação da sociedade na fiscalização e avaliação das políticas públicas, garantindo transparência e responsabilidade.

Crescimento Econômico: Aumento na produção de bens e serviços de uma economia ao longo do tempo, geralmente medido pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Custo de Oportunidade: Conceito econômico que se refere ao valor da melhor alternativa não escolhida quando se toma uma decisão. No contexto do setor público, envolve avaliar o que se deixa de produzir ou realizar ao alocar recursos para uma determinada política pública.

Déficit Nominal: É o resultado fiscal total do governo, que engloba tanto o resultado primário (diferença entre receitas e despesas, excluindo os juros da dívida) quanto os juros nominais pagos sobre a dívida pública.

Déficit Público: Situação em que as despesas do governo excedem suas receitas em um determinado período.

Demanda Agregada: Soma total de todos os bens e serviços demandados em uma economia em um determinado período.

Desenvolvimento Sustentável: Modelo de desenvolvimento que busca equilibrar crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental.

Design Thinking: Abordagem centrada no usuário para a solução de problemas, aplicada na gestão pública para desenvolver políticas mais adequadas às necessidades da população.

Desigualdade de Renda: Distribuição desigual da renda entre diferentes grupos da população, geralmente medida por indicadores como o Índice de Gini.

Desigualdade Social: Diferença nas condições de vida entre os membros da sociedade, refletindo desigualdades de acesso a recursos, educação, saúde e oportunidades econômicas. O governo pode adotar políticas públicas para mitigar essas desigualdades.

Despesas Correntes: Gastos do governo relacionados à manutenção das atividades governamentais, como pagamento de salários, encargos sociais e materiais de consumo.

Despesas de Capital: Gastos do governo que aumentam o patrimônio líquido, como investimentos em infraestrutura, amortização de empréstimos e alienação de bens.

Despesas Primárias: Gastos do governo que não incluem os juros da dívida pública, como salários, investimentos e transferências.

Despesas Públicas: Gastos realizados pelo Estado para cumprir suas funções e atender às necessidades da sociedade, como saúde, educação e segurança.

Dívida Bruta do Setor Público: Total de obrigações financeiras do governo, incluindo títulos públicos e outras formas de endividamento, expressa como proporção do Produto Interno Bruto (PIB).

Dívida Líquida do Setor Público: Dívida bruta do governo menos os ativos financeiros do governo.

Dívida Pública: Total das obrigações financeiras do governo, resultantes da emissão de títulos para financiar déficits orçamentários. A gestão eficiente da dívida pública é crucial para a sustentabilidade fiscal do país.

Economia Comportamental: Disciplina que integra insights da psicologia e das ciências sociais à teoria econômica, estudando como as pessoas tomam decisões e como as políticas públicas podem influenciar esses comportamentos.

Economia do Bem-Estar: Teoria econômica que analisa como o governo pode intervir na economia para corrigir falhas de mercado e promover maior bem-estar social, principalmente por meio de redistribuição de recursos.

Economia do Setor Público: Ramo da economia que estuda a atuação do governo na economia, abordando a arrecadação de recursos (tributação), a alocação desses recursos (gastos públicos) e as políticas públicas.

Efeito Carona (Free Rider): Situação em que indivíduos se beneficiam de um bem ou serviço sem contribuir para seu custo, comum em bens públicos devido à sua natureza não exclusiva.

Efeito Crowding-out: Fenômeno econômico que ocorre quando o aumento do gasto público leva à redução da atividade do setor privado, geralmente devido ao aumento das taxas de juros e à redução do espaço para investimentos privados.

Eficiência de Pareto: Princípio de que uma alocação de recursos é eficiente quando ninguém pode ser melhorado sem prejudicar outra pessoa. Termo criado por Vilfredo Pareto (1848–1923) ao estudar a distribuição de renda. Trata-se de um conceito central da teoria do bem-estar e da análise da eficiência econômica.

Eficiência Tributária: Princípio de que o sistema tributário deve minimizar os impactos negativos na economia, evitando distorções nos incentivos econômicos.

Empresas Estatais: Empresas controladas pelo governo que atuam em setores estratégicos, como energia, telecomunicações e transporte, podendo ou não gerar lucro.

Empresas Públicas: Empresas controladas pelo Estado que atuam em setores estratégicos, como energia, telecomunicações e transportes.

Encargos com Juros: Pagamentos de juros sobre a dívida pública.

Equidade Horizontal: Princípio de que contribuintes em situações econômicas semelhantes devem pagar valores semelhantes de tributos.

Equidade Tributária: Princípio que busca garantir que a tributação seja justa e adequada às diferenças entre os contribuintes, tratando desiguais de forma desigual.

Equidade Vertical: Princípio de que indivíduos com maior capacidade contributiva devem pagar mais tributos, promovendo uma redistribuição de renda.

Externalidades: Efeitos indiretos das atividades econômicas de indivíduos ou empresas sobre terceiros, que não são refletidos nos preços de mercado. Podem ser positivas (ex: educação pública, que beneficia a sociedade) ou negativas (ex: poluição, que afeta a saúde pública).

Falhas de Mercado: Situações em que o mercado, por si só, não consegue alocar recursos de forma eficiente, justificando intervenções governamentais. Exemplos incluem externalidades, bens públicos e monopólios.

Federalismo Fiscal: Sistema de divisão de competências e responsabilidades fiscais entre os diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal), com a repartição de receitas e atribuições de gastos.

Função Alocativa: Papel do governo em alocar recursos de forma eficiente, especialmente em áreas onde o mercado falha, como na provisão de bens públicos.

Função Distributiva: Papel do governo em promover uma distribuição mais justa e equitativa da renda e da riqueza na sociedade, por meio de políticas como tributação progressiva, transferências de renda (como programas sociais e auxílios) e subsídios.

Função Estabilizadora: Papel do governo em usar políticas fiscais e monetárias para suavizar flutuações econômicas, como inflação, desemprego e recessão.

Governança Colaborativa: Modelo de gestão pública que envolve a participação da sociedade civil, setor privado e outras entidades na co-criação de políticas públicas.

Guerra Fiscal: Competição entre os entes federados (União, Estados e Municípios) para atrair investimentos por meio da concessão de incentivos fiscais, muitas vezes em desacordo com as normas fiscais nacionais.

Hiatos Tecnológicos: Diferenças entre o nível tecnológico de um país ou setor e a fronteira tecnológica internacional.

Impostos: Tributos obrigatórios pagos pelos cidadãos ao governo, sem vínculo direto com um serviço específico, utilizados para financiar a atividade estatal.

Impostos Progressivos: Sistema de tributação onde a alíquota do imposto aumenta conforme a renda ou a riqueza do contribuinte. O objetivo é tornar o sistema tributário mais justo, redistribuindo a carga tributária de acordo com a capacidade contributiva.

Impostos regressivos: tipo de tributo onde a alíquota (percentual de imposto) diminui à medida que a base de cálculo (renda ou valor tributado) aumenta.

Incidência Tributária: Determinação de quem, de fato, arca com o ônus do tributo, podendo recair sobre o consumidor, o produtor ou ser partilhada entre ambos.

Indicadores de Desempenho: Métricas utilizadas para avaliar o impacto das políticas públicas e a eficiência da gestão pública, como a qualidade dos serviços prestados e os resultados financeiros das ações do governo.

Inflação: Aumento geral dos preços de bens e serviços em uma economia ao longo do tempo.

Inteligência Artificial: Tecnologia que permite a automação de processos e a análise de dados complexos, utilizada na gestão pública para otimizar serviços.

Intervenção do Governo na Economia: Ação do estado para regular a economia, corrigir falhas de mercado e promover políticas públicas que atendam às necessidades sociais, como subsídios ou regulamentações.

Investimentos Públicos: Gastos do governo em infraestrutura, tecnologia e outros projetos que visam aumentar a capacidade produtiva da economia.

Juros Reais: Taxa de juros ajustada pela inflação, refletindo o custo real do empréstimo ou o retorno real do investimento.

Justiça Distributiva: Preocupação com a distribuição equitativa dos benefícios da produção, garantindo que os benefícios do crescimento econômico sejam compartilhados de forma justa. O conceito tem origem na filosofia de Aristóteles, que defendia a repartição dos bens de acordo com o mérito e a contribuição de cada indivíduo. Na teoria moderna, o termo abrange a forma como recursos,

oportunidades e benefícios são distribuídos na sociedade, buscando equilíbrio entre equidade e eficiência, especialmente nas políticas públicas e sistemas tributários.

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): Normas que regulam a gestão fiscal no Brasil, visando garantir o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento de metas fiscais.

Lei de Wagner: Teoria que estabelece que a demanda por bens e serviços públicos cresce proporcionalmente ou mais que proporcionalmente com o aumento da renda nacional, levando a um aumento dos gastos públicos.

Liquidez: Facilidade com que um ativo pode ser convertido em dinheiro sem afetar significativamente seu preço.

Monitoramento Contínuo: Coleta de dados durante a execução das políticas públicas, permitindo ajustes e correções rápidas.

Monopólio: Situação em que uma única empresa domina a oferta de um bem ou serviço em um mercado, sem concorrência significativa.

Monopólio Natural: Situação em que os custos médios de produção diminuem à medida que a escala aumenta, tornando inviável a concorrência entre várias empresas (exemplo: serviços de energia elétrica).

Não Exclusividade: Característica de um bem em que não é possível excluir alguém de seu uso.

Não Rivalidade: Característica de um bem em que o consumo por uma pessoa não reduz a disponibilidade para outras.

Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP): Diferença entre as despesas e as receitas do setor público, indicando a necessidade de captação de recursos para cobrir o déficit.

Neutralidade Tributária: Princípio que busca minimizar as distorções econômicas causadas pelos impostos, visando a eficiência na alocação de recursos.

Nota Fiscal Eletrônica (NF-e): Sistema digital de emissão de notas fiscais, implementado no Brasil para aumentar a eficiência e a transparência na arrecadação de tributos.

Nudge (Empurrão): Pequenos incentivos ou mudanças no ambiente para modificar o comportamento das pessoas de forma previsível, sem a necessidade de proibir ou taxar.

Oferta Agregada: Total de bens e serviços produzidos e ofertados em uma economia em um determinado período.

Oferta Monetária: Quantidade total de meios de pagamento disponíveis em uma economia em um determinado momento.

Oligopólios: Situações em que poucas empresas dominam um setor, podendo impor preços altos e reduzir a concorrência.

Operações Compromissadas: Instrumentos de política monetária que envolvem a venda temporária de títulos públicos com o compromisso de recompra em curto prazo, utilizados para controlar a liquidez do sistema financeiro.

Opt-out: Mecanismo em que os indivíduos são automaticamente inscritos em um programa ou serviço, mas têm a opção de se retirar (opt-out) se desejarem.

Orçamento Público: Documento que descreve as receitas e despesas do governo para um período específico, geralmente anual. Serve como planejamento financeiro para a execução das políticas públicas.

Pacto de Estabilidade e Crescimento: Acordo entre países da União Europeia para limitar o déficit fiscal e a dívida pública, garantindo a sustentabilidade fiscal.

Participação Especial: Cobrança adicional aplicada a campos de petróleo e gás com alta produção ou rentabilidade, como os do pré-sal no Brasil.

Passivos Financeiros: Obrigações financeiras que uma entidade deve pagar no futuro.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D): Investimentos para a criação de novas tecnologias ou aprimoramento de processos produtivos.

Política Fiscal: Conjunto de ações do governo relacionadas à arrecadação de tributos e aos gastos públicos, visando atingir objetivos econômicos, como o controle da inflação ou o estímulo ao crescimento.

Política Fiscal Contracionista: Medidas governamentais que visam reduzir a demanda agregada, geralmente por meio de cortes de gastos públicos ou aumento de impostos, para controlar a inflação.

Política Fiscal Expansionista: Conjunto de medidas adotadas pelo governo com o objetivo de estimular a economia, geralmente em períodos de recessão ou desaceleração econômica. Essas medidas envolvem o aumento dos gastos públicos e/ou a redução de impostos, com o intuito de elevar a demanda agregada, impulsionar o consumo, o investimento e, conseqüentemente, o crescimento econômico.

Política Industrial: Conjunto de ações coordenadas entre setor público e privado para aumentar a competitividade da indústria. Pode ser dividida em políticas horizontais (que beneficiam todos os setores) e verticais (que focam em setores específicos).

Política Industrial Horizontal: Medidas que beneficiam todos os setores da economia, como investimentos em infraestrutura ou melhoria da educação.

Política Industrial Vertical: Medidas direcionadas a setores específicos da economia, como subsídios à indústria farmacêutica.

Política Monetária: Conjunto de ações deliberadas do banco central para afetar a oferta de moeda e estipular as taxas de juros.

Políticas Horizontais: Medidas que impactam todos os setores da economia de forma ampla, sem foco específico em um segmento.

Princípio do Benefício: Princípio tributário que defende que os impostos devem ser cobrados com base nos benefícios que o contribuinte recebe dos serviços públicos.

Princípio da Capacidade de Pagamento: Princípio tributário que estabelece que os impostos devem ser cobrados de acordo com a capacidade econômica do contribuinte, geralmente associado à progressividade dos tributos.

Privatização: Processo de venda ou transferência de ativos e empresas estatais para o setor privado.

Produto Interno Bruto (PIB): valor adicionado dos bens e serviços finais produzidos em determinado país durante certo período.

Receitas Correntes: Receitas arrecadadas pelo governo a partir de suas atividades operacionais, como impostos, taxas e contribuições, destinadas a cobrir despesas correntes.

Receitas de Capital: Receitas que aumentam o patrimônio líquido do governo, como empréstimos, alienação de bens e amortização de empréstimos.

Receitas Extraorçamentárias: Receitas que não constam na Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo entradas temporárias que o governo tem a obrigação de devolver, como cauções e depósitos em garantia.

Receitas Líquidas de Impostos: Total de impostos arrecadados pelo governo menos as transferências governamentais.

Reindustrialização: Processo de revitalização e expansão da base industrial de um país.

Regra de Ouro Fiscal: Princípio que estabelece que o governo só deve se endividar para financiar investimentos que aumentem a capacidade produtiva futura do país.

Regulação: Intervenção do Estado para corrigir falhas de mercado, garantindo preços justos e acesso à competição.

Resultado Nominal: Diferença entre as receitas líquidas de impostos e as despesas totais do governo, incluindo gastos primários e juros da dívida pública.

Resultado Operacional: Resultado fiscal ajustado pela variação inflacionária sobre a dívida líquida do setor público.

Resultado Primário: Diferença entre as receitas e despesas do governo, excluindo os juros da dívida pública.

Royalties: Pagamentos obrigatórios feitos pelas empresas ao governo sobre o valor da produção de recursos naturais, como petróleo e gás.

Salvaguardas Comerciais: Medidas temporárias que um país pode adotar para proteger sua indústria de aumentos súbitos nas importações.

Setor Privado: Conjunto de empresas e organizações que não são controladas pelo governo, atuando com fins lucrativos e realizando atividades econômicas em regime de mercado.

Setor Público: Conjunto de entidades governamentais, incluindo a administração direta (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) e a administração indireta (autarquias, fundações, empresas estatais).

Simplicidade Tributária: Princípio de que a administração e o cumprimento das obrigações tributárias devem ser simples e transparentes.

Sistema Nacional de Inovação: Rede de instituições, políticas e práticas que promovem a inovação tecnológica e científica em um país.

Solvência: Capacidade de um ente (como o governo) de cumprir suas obrigações financeiras de longo prazo.

Subsídios: Auxílios financeiros concedidos pelo governo a setores ou atividades econômicas específicas, com o objetivo de incentivá-los ou torná-los mais acessíveis à população, como subsídios para combustíveis ou produtos agrícolas.

Superávit Primário: Situação em que as receitas primárias do governo (excluindo juros da dívida) excedem suas despesas primárias.

Sustentabilidade Fiscal: Capacidade do governo de manter suas finanças equilibradas ao longo do tempo, evitando déficits fiscais prolongados e o aumento excessivo da dívida pública. A expressão surgiu a partir das discussões sobre finanças públicas e responsabilidade governamental nas décadas de 1970 e 1980. Sua genealogia está ligada à evolução do conceito de responsabilidade fiscal, consolidado em organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, e, no Brasil, ganhou força com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que institucionalizou práticas de gestão fiscal responsável.

Tarifa Aduaneira: Imposto sobre produtos importados, usado para proteger a indústria doméstica ou gerar receita.

Tarifa Ótima: Nível de tarifa de importação que maximiza o bem-estar de um país ao explorar seu poder de mercado no comércio global.

Taxa de Câmbio: Preço de uma moeda em relação a outra, utilizado para transações internacionais.

Taxa de Juros: Custo do empréstimo ou retorno do investimento, expresso como uma porcentagem do valor principal.

Taxas: Tributos cobrados para financiar serviços específicos prestados pelo governo, como licenças, fiscalização e coleta de lixo.

Teorema do Orçamento Equilibrado: Teoria que estabelece que um aumento nos gastos públicos, financiado por um aumento igual nos tributos, terá um efeito positivo sobre a demanda agregada igual ao valor do aumento dos gastos.

Transferência do Ônus Tributário: Deslocamento do ônus tributário de um agente econômico para outro, geralmente em resposta às condições do mercado.

Transferências de Renda: Movimentações financeiras do governo para indivíduos ou grupos específicos, visando promover a justiça social e reduzir desigualdades, como programas de assistência social e pensões.

Transição Energética: Mudança na matriz energética de uma economia, geralmente em direção a fontes de energia mais limpas e sustentáveis.

Transparência e Prestação de Contas: Princípios essenciais da boa governança, que envolvem a divulgação clara e acessível dos resultados das políticas públicas e a fiscalização do uso dos recursos públicos.

Tributação: Sistema de arrecadação de recursos pelo governo para financiar atividades estatais e cumprir suas funções.

Viés Cognitivo: Tendências sistemáticas de desvio da racionalidade no processo de tomada de decisão, como o viés de status quo.

Viés de Status Quo: Tendência das pessoas a preferirem manter o estado atual das coisas, mesmo quando mudanças poderiam ser benéficas.

REFERÊNCIAS

BIONDI, Aloysio. **O Brasil Privatizado: Um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Geração Editorial, 2014. A obra aborda a privatização de empresas públicas sob diversas perspectivas, incluindo análise econômica, política e social, com um olhar crítico sobre os efeitos dessa transição para a sociedade.

BRASIL, Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico de Orçamento MTO 2026**. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2025. Elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal, orienta a elaboração e execução do orçamento da União. A edição de 2025 traz diretrizes e classificações atualizadas, assegurando padronização, transparência e alinhamento, sendo essencial para gestores e pesquisadores em finanças públicas.

BORTI, Felipe. R; CARREIRO, Perla. D; SOUZA, Luiz E. S. de. **Microeconomia: oferta e demanda: resumo, mapas mentais e questões de concursos comentadas**, São Luís, EDUFMA, 2025. Primeiro volume desta coleção. Vale a pena consultar.

BECKER, Alfredo. **Teoria Geral do Direito Tributário**. 4ª ed. São Paulo: Noeses, 2007. Livro fundamental para entender os princípios e as classificações dos tributos, abordando as implicações econômicas e sociais da tributação. Aborda de forma técnica e aprofundada os diferentes tipos de tributos e sua aplicação.

CERQUEIRA, Lucas. **Empresas estatais e privatização: a grande dessemelhança de eficiência entre a gestão pública e a privada**. São Paulo: Dialética, 2019. O texto examina as diferenças de eficiência entre empresas estatais e privadas, destacando os impactos da governança, dos incentivos e da interferência política na gestão pública. A obra contribui para o debate sobre modernização administrativa e papel do Estado na economia.

COUTINHO, Doris de M. **Finanças Públicas: travessia entre o Passado e o Futuro** São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2018. Análise crítica das finanças públicas no Brasil, com foco nos desafios e oportunidades para o futuro, incluindo aspectos da sustentabilidade fiscal e da gestão pública eficiente.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana C. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. A obra apresenta os fundamentos teóricos e práticos das finanças públicas, com destaque para a estrutura tributária, a gestão do orçamento e o papel do Estado na economia, sendo referência essencial para compreender os desafios fiscais e institucionais do Brasil.

IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas). **Análise de Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2020. As publicações do IPEA fornecem uma visão detalhada sobre o impacto das políticas públicas no Brasil, com estudos aprofundados sobre o desempenho econômico e social das políticas implementadas.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Finanças Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Relatórios oficiais que fornecem dados atualizados sobre a situação fiscal e financeira do Brasil, com informações cruciais para a análise das finanças públicas.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reforma do Estado para a cidadania**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. Obra central para compreender a Nova Gestão Pública no Brasil e a abertura para instrumentos como as PPPs.

PIGOU, Arthur C. **Economics of Welfare**. London: Routledge, 2001. Clássico pioneiro da teoria do bem-estar, escrito nos anos 1920, que fundamenta as intervenções governamentais para corrigir falhas de mercado e promover a eficiência e a equidade nas políticas públicas.

RESENDE, Guilherme M. **Avaliação de políticas públicas no Brasil : uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**, Brasília: IPEA, 2017. O autor oferece uma introdução abrangente aos métodos de avaliação de políticas públicas, com foco na análise de impacto e na utilização de indicadores de desempenho para avaliar a eficácia das políticas.

REZENDE, F. A.; OLIVEIRA, F. A.; ARAÚJO, E. **O dilema fiscal: remendar ou reformar**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. A obra discute as limitações estruturais e institucionais das finanças públicas brasileiras, abordando o desafio entre ajustes pontuais e reformas de longo prazo. O livro propõe uma reflexão crítica sobre a sustentabilidade fiscal e a eficiência do Estado na gestão dos recursos públicos.

RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público - Uma abordagem Introdutória**. São Paulo: LTC, 6ª ed., 2016. Obra excelente para iniciantes, explicando os principais conceitos da Economia do Setor Público. É clara, objetiva e essencial para formar uma base sólida de entendimento teórico sobre o tema.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2018. Aborda a tributação sob uma perspectiva jurídica, essencial para quem deseja entender a estrutura legal por trás da arrecadação de impostos e sua aplicabilidade dentro do direito tributário brasileiro.

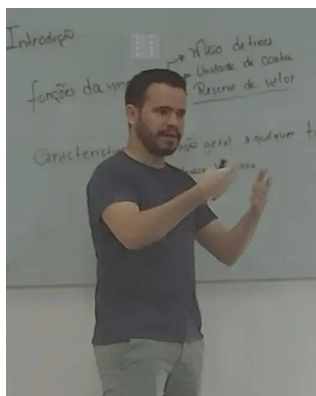
SANTOS, Bruna. **Caminhos da inovação no setor público**. Brasília: Enap, 2022. Discussão crítica sobre as inovações em gestão pública e como essas práticas podem ser implementadas para promover a sustentabilidade fiscal e aumentar a

eficiência no uso dos recursos públicos.

SOBRE OS AUTORES



Luiz Eduardo Simões de Souza, Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo, exerce a docência e pesquisa há mais de três décadas, em diversas instituições pelo país. Desde 2015, está na Universidade Federal do Maranhão, onde atualmente é Professor Associado lecionando nos cursos de graduação e pós-graduação em Economia e História. É autor de vários livros sobre História, Economia e Relações Internacionais. Coordena o Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica (GEEPHE), desde 2010.



Felipe Borti é economista, especialista em Economia no Setor Público e mestrando em Desenvolvimento Socioeconômico. Fundador do Canal Grundrisse, no YouTube, dedicado a aulas de matemática e economia. Com mais de 2.500 vídeos publicados, o canal auxilia estudantes e profissionais na preparação para concursos e no aprofundamento de conhecimentos em ciências econômicas e áreas correlatas.



Perla Carreiro é economista pela Universidade Federal do Maranhão (2023) e mestre do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico pela UFMA. Pesquisadora do Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica (GEEPHE). Tem experiência nas áreas de Economia e História, com ênfase em desenvolvimento, industrialização brasileira, estudos de gênero e questões agrárias.

Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TÍTULO: Economia do Setor Público

ORGANIZAÇÃO: Felipe Reis Borti, Luiz Eduardo Simões de Souza, Perla Daniele Costa Carreiro

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO, CAPA E ILUSTRAÇÃO: Equipe Grundrisse

SUPORTE DIGITAL

PÁGINAS: 142

TIPOGRAFIA: Arial, Calibri.

FELIPE REIS BORTI
LUIZ EDUARDO SIMÕES DE SOUZA
PERLA DANIELE COSTA CARREIRO

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

ISBN 978-655363503-6

